

HT-142



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO E  
COMERCIALIZAÇÃO DE MILHO EM VANDUZI, 1987-2000**

“Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane”

Supervisor: *Prof. Doutor David Hedges*  
Co-Supervisor: *Prof. Doutor Joel das Neves Tembe*  
Estudante: *Arnaldo Pinto Teixeira Caliche*

Maputo, 2004

**AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO  
MILHO EM VANDUZI, 1987-2000**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane por Arnaldo Pinto Teixeira Caliche

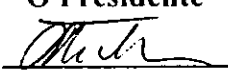
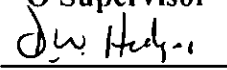
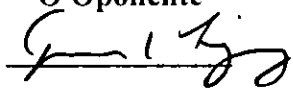
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

Supervisor: Prof. Doutor . Doutor *David Hedges*

Co-Supervisor: Prof. Joel das Neves Tembe

Estudante: *Arnaldo Pinto Teixeira Caliche*

*Maputo, 2004*

O Júri:			Data
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	
			<u>17/06/04</u>

<b>F. LETRAS U.E.M.</b>
R. E. <u>30299</u>
DATA <u>16.1.02.105</u>
AQUISIÇÃO <u>oferta</u>
COTA# <u>T-142</u>

## DECLARAÇÃO

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei”

Dedicatória

Aos meus pais: Pinto Teixeira Caliche e Nolina Fato

Meus irmãos e toda a família Caliche

### Agradecimentos

Endereço os meus agradecimentos ao Porf. Doutor David Hedgs e ao Prof. Doutor Joel das Neves Tembe, meu supervisor e co-supervisor respectivamente, que com muita sabedoria, ponderação, apoio material e moral souberam orientar a realização do presente trabalho em toda sua dimensão.

Os meus agradecimentos são extensivos à todos os professores do Curso de Licenciatura em História da faculdade de Letras e Ciências Sociais, aos meus colegas do Curso, em especial, o apreço vai para dr. Isafias Tinosse, dr. Claudio Mandlate, dr. Erneste Novhola e Humberto António que dentro de várias dificuldades sempre estiveram ao meu lado.

Agradecimentos ainda se entendem aos colegas e amigos do Arquivo Histórico de Moçambique, em especial para o pessoal do Sector de Fontes Orais, do Departamento de Arquivos Permanente, Biblioteca, dr. Sopa e dr. Sérgio Maúngue que disponibilizaram em material e em ideias para que este trabalho tenha o seu devido andamento.

Aos meus amigos e colegas do quarto da residência universitária: Inocêncio, Shapo, Jimes e Roda, o meu grande obrigado pela força e energia que colocaram em mi a vossa disposição.

Os meus agradecimentos vão ainda aos funcionários da Direcção Provincial de Agricultura de Manica, em especial para o Sr. Langa, no distrito de Manica ao Sr. Manhoca e em Vanduzi a equipa de extensão agrária local e ao chefe do posto, Sr. Armindo Meneses Tembenuca e ao meu guia do campo, pelo material disponibilizado, hospitalidade e coragem em percorrer o posto em busca de informação que deu sentido e interesse a esse trabalho.

O meu último obrigado muito especial endereço a minha namorada Valentina Pedro Campambe pelo companheirismo que fez na elaboração deste trabalho.

## Resumo

A produção e o comércio do milho pelo campesinato de Vanduzi foi a actividade económica básica antes da instalação do domínio colonial. Com as reformas económicas dos anos 60 à 1975, Vanduzi veio a ser integrado nos planos de fomento e de povoamento do Revué como um bloco agrário e no sistema de colonato, através do povoamento livre de colonos brancos e negros, com uma produção agrícola semi-mecanizada assistida pelos Grémios e beneficiando-se das infra-estruturas construídas na época: estradas, caminhos de ferro e a Barragem hidroeléctrica de Revué.

Para o campesinato de Vanduzi estas reformas significaram: a perda de terras férteis para a produção agrícola, a integração na economia colonial com baixos salários nas farmas dos colonos e como reserva de mão-de-obra para a Rodésia do Sul, a prática duma agricultura de subsistência orientada pelo Governo colonial (produção do milho e do algodão) face as indústrias: açucareiras (de Marromeu, Mafambisse e Buzi) e têxtil (Textáfrica). Dentro deste quadro económico colonial o campesinato manteve a estratégia de migração e do comércio transfronteiriço com os mercados rodesianos e a produção e comercialização do milho e de outras culturas nos mercados capitalistas da época, concorrendo com a burguesia colona, até a altura da independência em 1975.

De 1975 à 1987, esta estrutura económica em Vanduzi deixou de existir, com a fuga dos farmeiros e o desaparecimento dos Grémios e dos cantineiros indianos e com a implementação do PPI. Estruturou-se uma economia agrária estatal mecanizada e secundarizando a cooperativização e o campesinato, quanto ao acesso aos créditos agrários, etc. A inexperiência e má gestão nas empresas estatais e nas cooperativas e a falta de factores de produção para além da guerra entre o Governo e a RENAMO provocaram o insucesso deste sistema. Por outro lado para o campesinato local e os deslocados/refugiados de guerra a falência da EEAV em 1989 teve outro significado: o acesso a protecção militar, a mão-de-obra efectiva ou sazonal, aos produtos alimentares e factores de produção agrícola (sementes) para o cultivo do milho.

De 1987 à 2000, a produção e comercialização familiar do milho em Vanduzi tiveram novos incentivos: o comércio informal e o projecto GTZ-MAP/MARRP que disponibilizaram factores de produção, abertura de vias de comunicação, furos de água, posto de saúde e escolas. Com o fim da guerra o projecto alargou-se para todas as localidades de Vanduzi. O número de comerciantes vindos de Tete, Chimoio, Beira, Inhambane, Xai-Xai e Maputo aumentou. Também aumentou o custo de produtos de primeira necessidade e a redução do preço do milho, e do poder de decisão do campesinato na comercialização do seu excedente agrícola a favor dos compradores. Esta estrutura económica fez com que o campesinato de Vanduzi, para além de manter a produção e comercialização agrícola do milho, recorresse a prática do comércio informal de produtos industriais adquiridos no Zimbabwe, em Manica, Machipanda e Chimoio como o auto-emprego de entre jovens e adultos, actividades que asseguram o desenvolvimento da agricultura familiar em Vanduzi.

Declaração.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Índice.....	v
Abreviaturas utilizadas.....	vii
<b>CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
Introdução geral.....	1
Objectivos.....	2
Justificativa.....	2
Argumento.....	3
Metodologia.....	11
A estrutura do trabalho.....	12
<b>CAPÍTULO 2: O CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO E POLÍTICO DE VANDUZI</b>	
<b>NOS ANOS 60 A 1987.....</b>	<b>13</b>
2.1. A economia política colonial em Vanduzi, 1960-1974.....	13
2.2. A crise da agricultura familiar em Vanduzi, 1974-1980.....	19
2.3. A Agricultura Familiar em Transição em Vanduzi: da agricultura planificada à agricultura de mercado, 1980-1987.....	22
2.3.1. O significado do intervencionamento do Estado nas farmas coloniais na agricultura familiar em Vanduzi, 1980-1987.....	23
2.3.2. A mão-de-obra da empresa e o seu impacto na economia familiar em Vanduzi.....	28
2.3.3. Mudanças na agricultura familiar em Vanduzi: da agricultura planificada à agricultura de mercado, 1980/87.....	31
<b>CAPÍTULO 3: AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO E</b>	
<b>COMERCIALIZAÇÃO DO MILHO EM VANDUZI, 1987-2000.....</b>	<b>36</b>
3.1. O Significado da Economia de Mercado para a Agricultura Familiar em Vanduzi, 1987-1992.....	36
3.2. Agricultura Familiar em Vanduzi: de GTZ-MAP para GTZ-MARRP, 1984-2000.....	38

3.3. A GTZ-MAP e a produção e comercialização do milho em Vanduzi, 1984-1992...	41
3.4. A GTZ-MARRP e a Agricultura Familiar no pós Guerra em Vanduzi, 1992-2000.	46
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	60
5. FONTES UTILIZADAS.....	64

#### APÊNDICE

1: Características agro-ecológicas e económicas de Vanduzi da década 60-80.....	i
2: Estatísticas de crédito agrícola e de exportações e importações de milho e de mão-de-obra no período colonial, 1960-1974 .....	xiv
3: Estatísticas de produção e comercialização de milho e alguns produtos industriais de primeira necessidade no período pós colonial, 1974-2000 .....	xvii
4: Estatísticas de factores de produção no período da intervenção da GTZ-MAP/MARRP na agricultura familiar em Vanduzi, 1984-2000.....	xxiii
5: Variação da precipitação média mensal na província de Manica, 1991/2.....	xxiii
6: Pequena cronologia	



### **Abreviaturas**

- AADMS- Associação de Agricultores do Distrito de Manica e Sofala
- ACNUR- Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados
- ACMF- Associação de Comércio de Milho e sua Farinha
- Afab.- Alfabetizado
- AGRICOM- Empresa de Comercialização Agrícola de Moçambique
- AHM- Arquivo Histórico de Moçambique
- Analf. - Analfabeto
- FACC- Fundo da Administração do Conselho de Chimoio
- BM-Banco Mundial
- BNU- Banco Nacional Ultramarino
- BOM- Boletim Oficial de Moçambique
- BPD- Banco Popular de Desenvolvimento
- CB- Carroça de Boi
- CEA- Centro de Estudos Africanos
- CIO- Central Intelligence Organization
- CM- Companhia de Moçambique
- Comerc. - Comercializada
- CNAC- Comissão Nacional das aldeias Comunais
- Cx- Caixa
- DDADRM- Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Manica
- Dens. Densidade
- DH/UEM- Departamento de História/Universidade Eduardo Mondlane
- DPADRM- Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Manica
- DPAM- Direcção Provincial de Agricultura de Manica
- DPICTM- Direcção Provincial de Indústria e Comércio e Turismo de Manica
- DDAM- Direcção Distrital de Agricultura de Manica
- Dificient. – Deficiente
- DNSE- Direcção nacional de Serviços de Estatística
- EEAV- Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi
- FCNAC- Fundo da Comissão Nacional de Aldeias Comunais
- FGG- Fundo do Governo Geral

FMI- Fundo Monetário Internacional  
FRELIMO- Frente de Libertação Nacional  
FSE- Fundo de Secção Especial  
Ha- hectare  
GAPPO- Gabinete de Apoio a Produção Agrícola de Manica  
GPCDB- Grémio de produtores de Cereais do Distrito da Beira  
GLPMS- Grémio de Lavoura do Planalto de Manica e Sofala  
GTZ- Agência de Cooperação Alemã  
GTZ-MAP- Agência de Cooperação Alemã- Mozambique Agricultural Input Supply Project  
GTZ-MARRP- Agência de Cooperação Alemã- Mozambique Agriculture, Rural, Reconstruction Programm  
IBW- Instituições de Bretton woods  
IAC- Instituto Agrário de Chimoio  
ICM- Instituto de Cereais de Moçambique  
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano  
INE- Instituto Nacional de Estatística  
INIA- Instituto nacional de Investigação Agronómica  
Kg- Quilograma  
Km- Quilometro  
Km<sup>2</sup>- Quilometro quadrado  
L- Litro  
MA- Ministério de Agricultura  
MADER- Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural  
MAP- Ministério de Agricultura e Pescas  
MCT- Ministério de Comércio e Turismo  
MICT- Ministério da Indústria e Comércio e Turismo  
Méd.- Médio  
MNR- Mozambique National Resistance  
Mt- Meticais  
NELIMO- Núcleo de Estudo de Línguas Moçambicanas

N.º - Número

ONGs- Organizações Não Governamentais

PARPA- Programa de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta

PDRM- Programa de Desenvolvimento Rural de Manica

PIB- Produto Interno Bruto

PPI- Programa Prospectivo Indicativo

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Pop. - População

PRE- Programa de Reabilitação Económica

PRES- Programa de Reabilitação Económica e Social

Precit.- Precipitação

PROCIPP- Programa de Capacitação das Instituições Públicas e Privadas da Província de Manica

Prod.- Produção

PRONAR- Empresa de Comercialização de Sementes

Pv- Processo

PVP- Preço Vendido ao Público

Quant.- Quantidade

RM- República de Moçambique

RENAMO- Resistência Nacional de Moçambique

RNLSC- Rhodesian Native labour Supply Commission

SADC- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SADCC- Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral

Sup. - Superior

S.d- Sem data

S.n- Sem Número

Ton.- Tonelada

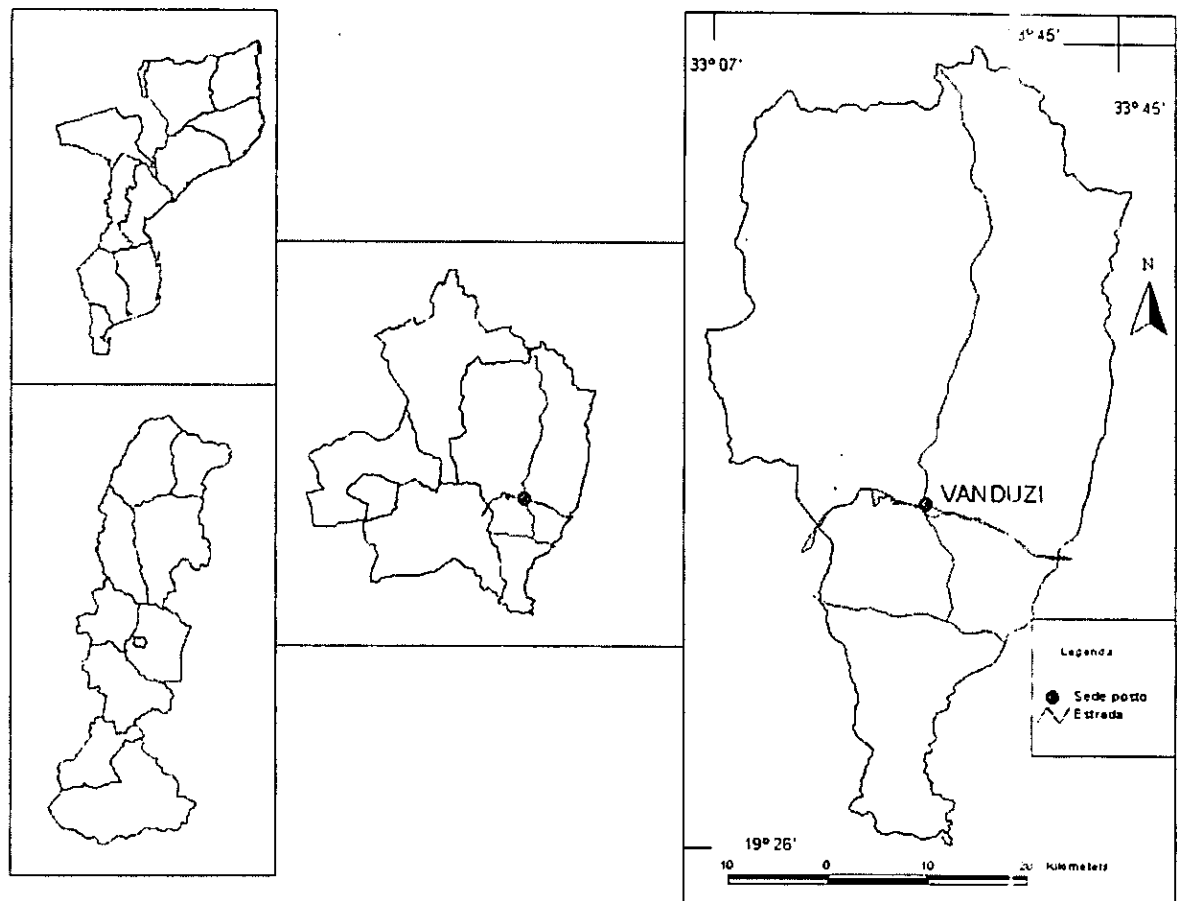
UDI- Declaração Independência Unilateral

U/M- Uma Unidade

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

UP- Unidade de Produção. ZANU- Zimbabwe African National Commission

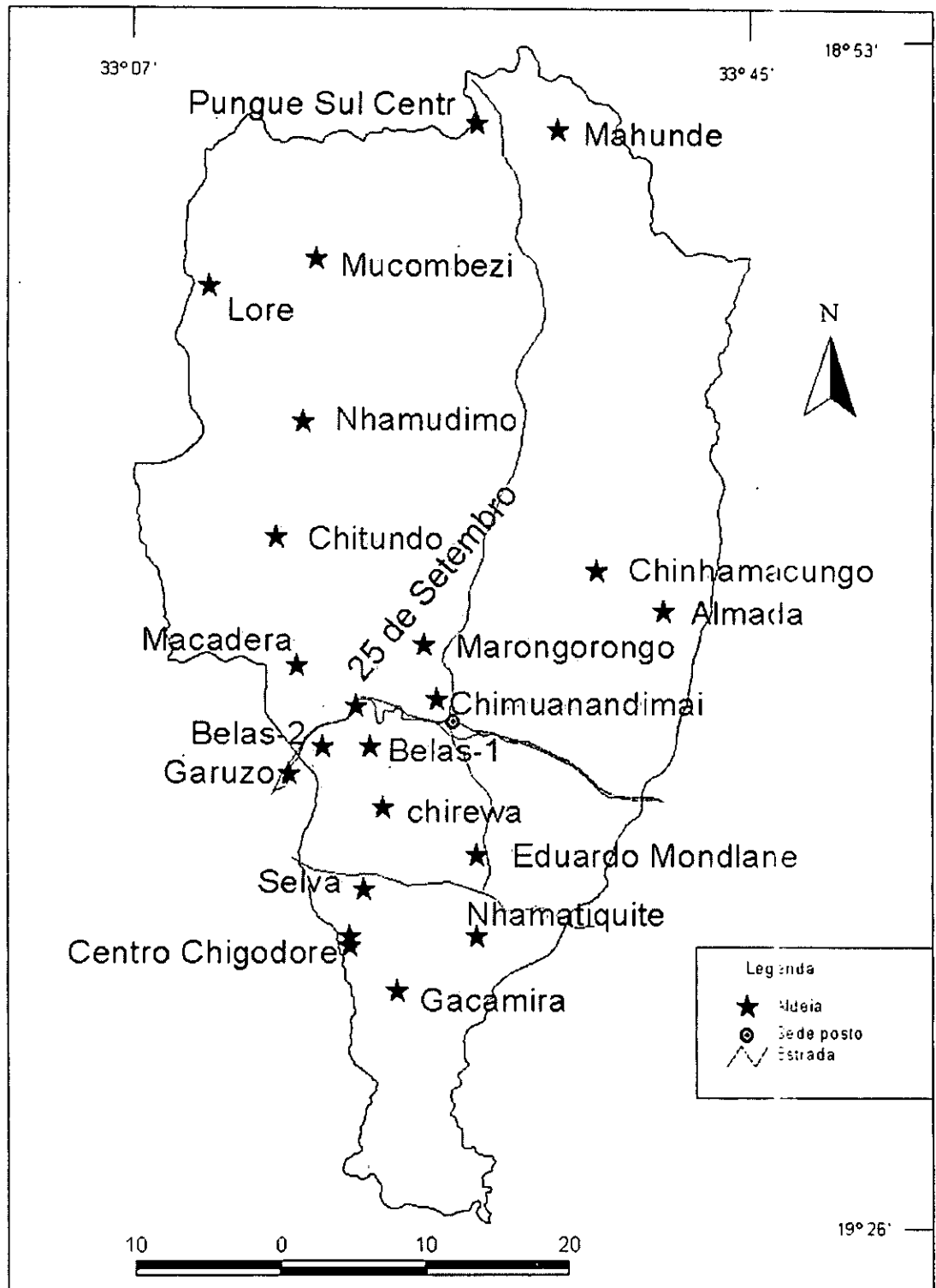
**Mapa 1. Localização Geográfica de Vanduzi: Moçambique, província de Manica, distrito de Manica e Posto Administrativo de Vanduzi.**



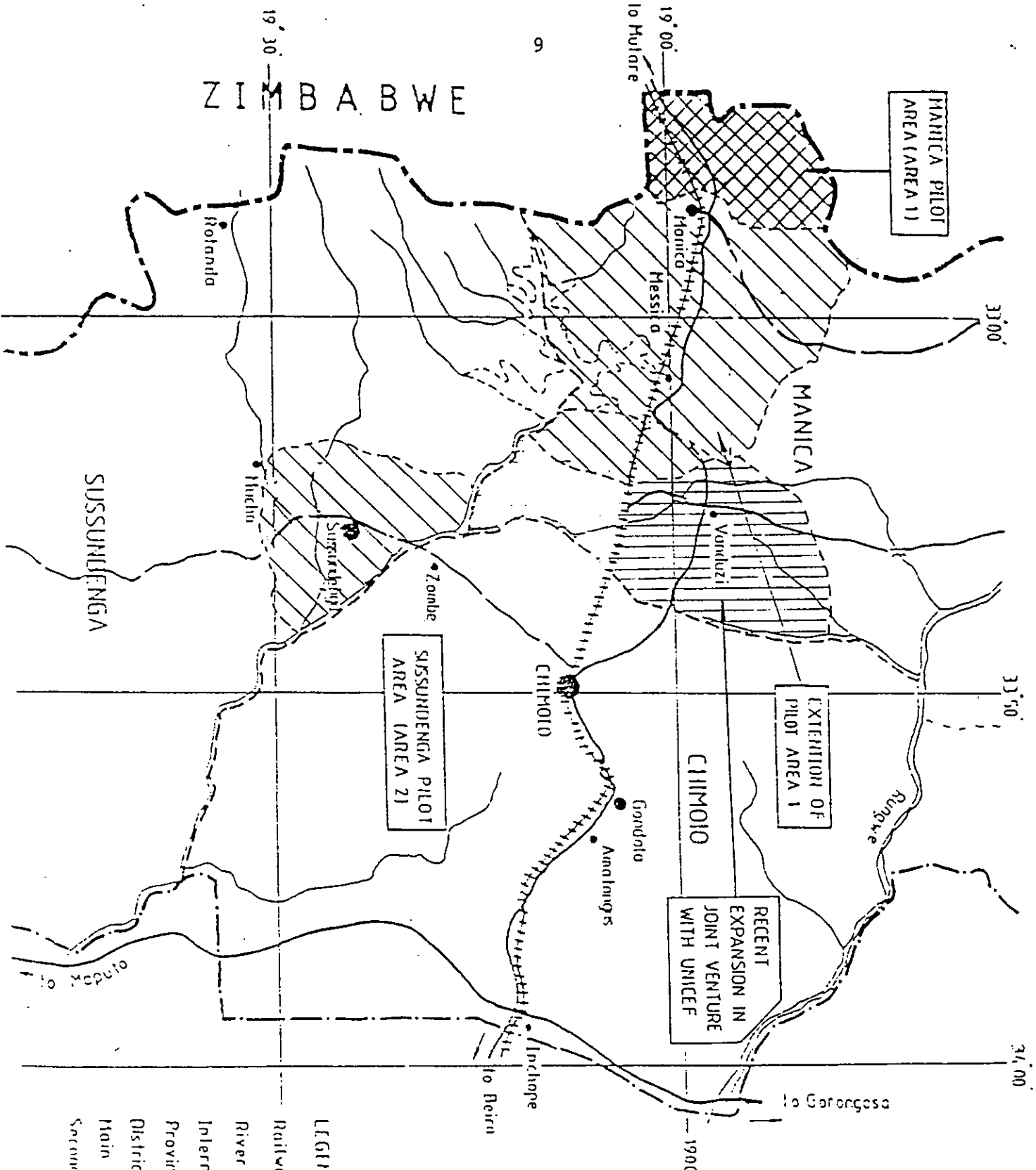
Fonte: Dinageca. Carta Geográfica do Distrito de Manica, [ s.n, s.d] (adaptao)



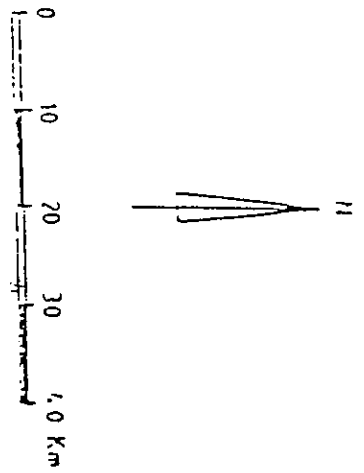
Mapa nº 3 (localização das aldeias comunais no Posto Ad. de Vanduzi).



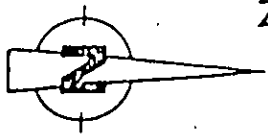
Fonte: Dinageca. Carta Geográfica do Distrito de Manica, [s.n.d].



MAPA 4: LOCALIZAÇÃO DAS ZONAS PILOTAS DO PROJECTO GTZ-MARPP: VANDUZI, MANICA E SUSSUNDENGA ENTRE 1985-2000  
 Fonte: GTZ-MARPP, 1995:6



- LEGENDA**
- Railway line
  - River / stream
  - International Boundary
  - Provincial Boundary
  - District Boundary
  - Main Road
  - Secondary Road

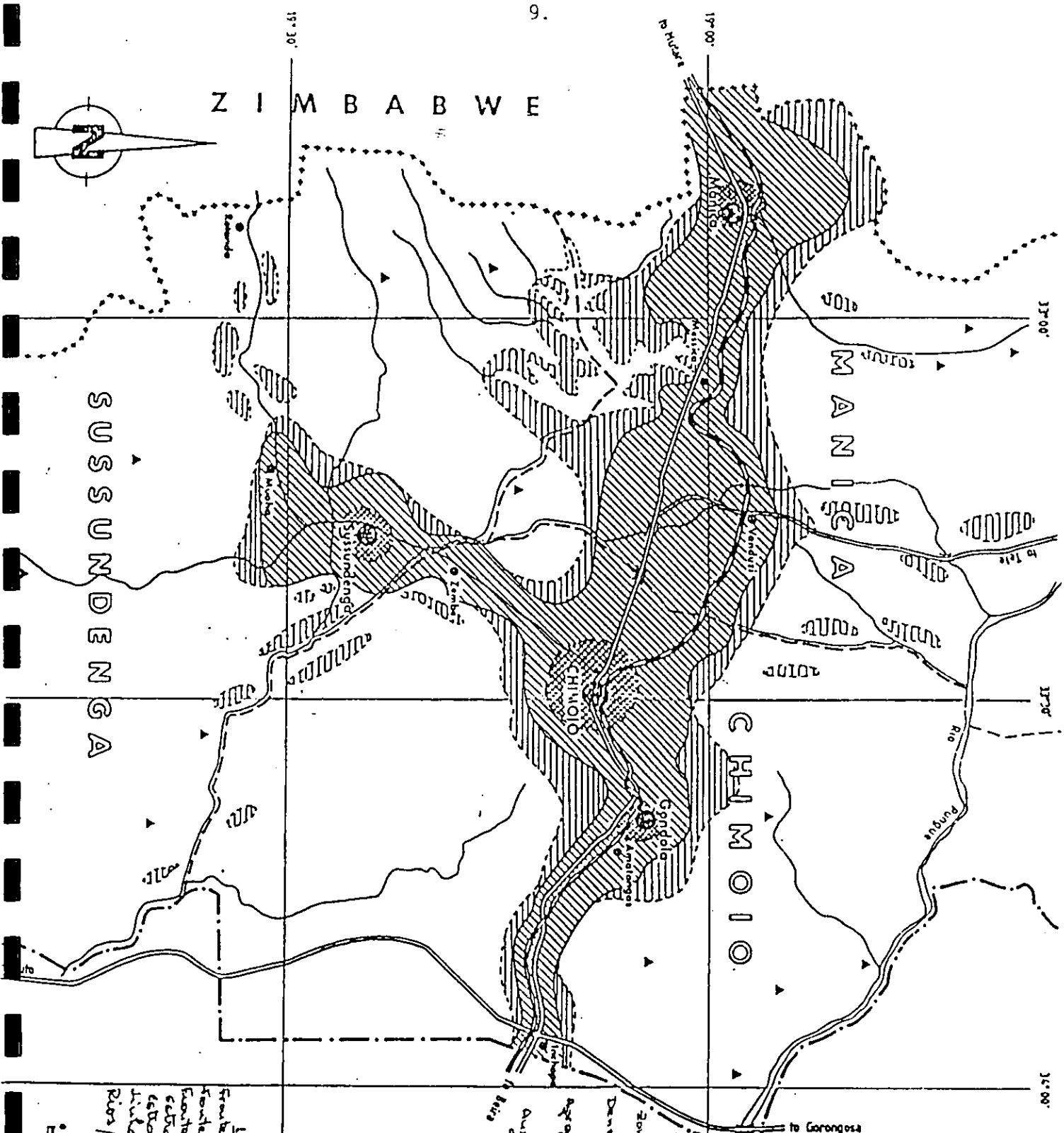


Z I M B A B W E

S U S S U N D E N G A

M A N I C O

C H I M O I O



MAPA 5: CONCENTRAÇÃO DA POPULAÇÃO AO LONGO DO CORREDOR DA BEIRA DURANTE A GUERRA 1980-1992  
Fonte: GTZ-MAP, 1987:6

LEGENDA:

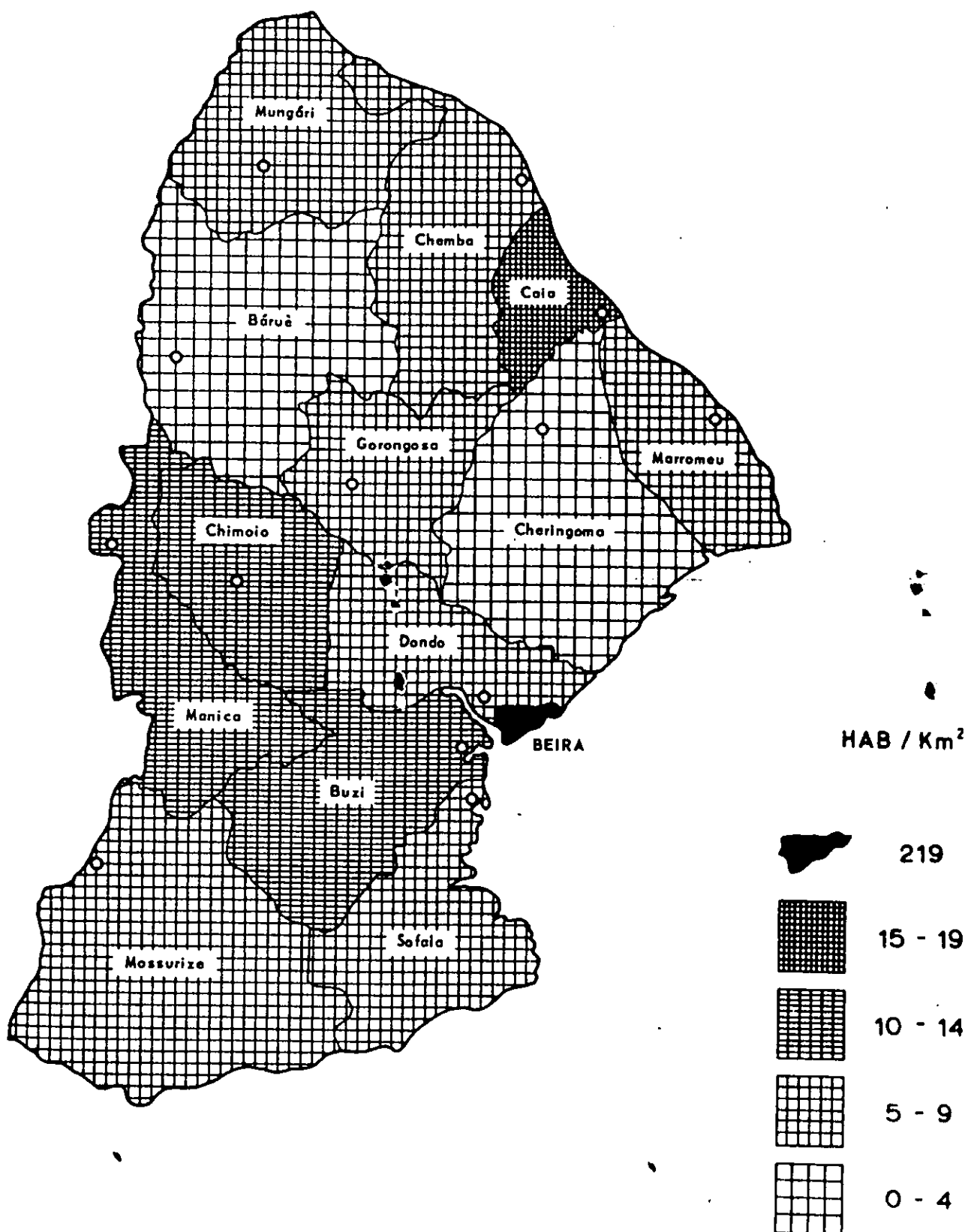
- Fronteira internacional.....
- Fronteira provincial - - - - -
- Fronteira distrital - - - - -
- Estado principal - - - - -
- Estado secundário - - - - -
- Área ferroviária - - - - -
- Rios/lagos/água

- Densidade populacional alta
- Zona verde com elevadas concentrações de população
- Densidade populacional baixa
- Aguares populacionais
- Aguares da agricultura populacionais





Mapa nº 6 (mapa de divisão administrativa e densidade média populacional do distrito de Manica e Sofala nos finais de 1970). Fonte: INE, 1970:xxv.



MAPA 7. LOCALIZAÇÃO DOS BLOCOS AGRÁRIOS DA ECAV. (Fonte: Adaptado na Base do Centro - Vista - observações)



LEGENDA

- Sede do Posto
- Localidade de Postos MILITARES
- 1 - Bloco Agrário sede-chimuanandimoi
- 2 - Bloco Agrário Nhamatiquite
- 3 - Bloco Agrário de Belas
- 4 - Bloco Agrário de Selva
- 5 - Bloco Agrário de Chitundo
- 6 - Bloco Agrário de chinhamacungo
- 7 - Bloco Agrário de Mucumbazi
- 8 - Blo Agrário de chigodoro
- Estrada Principal (EN 102)
- Linha Ferrovia
- Estrada Secundária
- Rios
- ▭ Blocos Agrários (Campos cultivados) ECAV. (1977 - 1983)
- ▭ Blocos Agrários Abandonados durante a guerra, 1983 - 1991
- ▭ Blocos Agrários sob o controle da Empresa, 1983 - 1991

## CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

### Introdução geral

A problemática da produção e comercialização rural de milho está relacionada com a política agrária de Moçambique no período colonial e pós colonial. A conexão entre o aumento da exploração colonial (agrícola e mineira), o recrutamento de mão-de-obra e as migrações fronteiriças mantiveram o empresariado colonial de Manica dependente do trabalho assalariado. Face a isso o campesinato local traçou estratégias de sobrevivência que são: produção agrícola, fuga ao fisco, migração e comércio clandestino para a Rodésia do Sul a procura dos produtos industriais básicos e garantir o acesso a educação e a assistência sanitária entre as famílias da região.

Devido à crise agrária de 1974/80, à invasão da Rodésia à Moçambique (1976/80), a política de socialização do campo (1977/87), à guerra entre o Governo e a RENAMO (1980/92) e o aumento do custo de vida a partir de 1987, o campesinato de Vanduzi manteve a agricultura, o comércio fronteiriço e informal como estratégia de sobrevivência.

✦ O estudo analisa a agricultura familiar, a produção e comercialização do milho em Vanduzi entre 1987 a 2000. O período abarca a introdução do PRE e da guerra contínua entre o Governo e a RENAMO, tendo originado a diminuição da produção agrícola familiar que influenciou a execução do PRE nas zonas rurais. Também o PRE significou a adesão do campesinato de Vanduzi à economia do mercado e o abandono de preços fixos pelo Estado, que passaram a ser impostos pelos compradores junto dos produtores. A ausência de instituições que pudessem comprar o excedente agrícola do campesinato, este passou a vendê-lo a preços não tabelados com vista a obtenção de produtos industriais de primeira necessidade e factores de produção<sup>1</sup>. Esta situação elevou o custo de vida para o campesinato e impulsionou a proliferação de mercados fronteiriços e informais em Vanduzi como estratégias de sobrevivência.

---

<sup>1</sup> Castel-Branco, 1995:585/8.

## Objectivos

Este trabalho estuda a agricultura familiar, a produção e comercialização do milho em Vanduzi no período do ajustamento estrutural (1987-2000). São objectivos específicos os seguintes: (i) perceber como é que o campesinato de Vanduzi passou a produzir e a comercializar o milho no período da economia do mercado, uma vez que na política de socialização do campo existia a Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi (EEAV) e no tempo colonial esta actividade esteve integrada na política agrária dos colonatos para além do comércio clandestino fronteiriço como estratégia de sobrevivência; (ii) qual foi a estratégia de sobrevivência da mão-de-obra assalariada que antes esteve empregue na empresa estatal agrícola e nas farmas coloniais em Vanduzi passou a ter no período da economia do mercado; (iii) que mudanças foram introduzidas pelo PRE depois da inoperância do Plano Prospectivo Indicativo (PPI) na produção e comercialização do milho e no desenvolvimento<sup>2</sup> da economia das famílias rurais em Vanduzi e (iv) como relacionar a economia do mercado, a guerra, o custo de vida e do transporte com a produção e comercialização do milho em Vanduzi<sup>3</sup>.

## Justificativa

A escolha do tema prendeu-se com o interesse em estudar a história sócio-económica e compreender as estratégias de sobrevivência das famílias rurais perante as mudanças das políticas económicas e agrárias pós coloniais em Moçambique e, sobretudo, a partir de 1987 a 2000 na região de Vanduzi e analisar a importância da cultura de milho na segurança alimentar para as famílias rurais. Também o estudo constitui uma oportunidade de desenvolver metodologias de recolha de dados da economia agrária pós colonial e seu impacto na economia familiar em Vanduzi.

Escolheu-se o Posto Administrativo de Vanduzi, pelo facto de espelhar as transformações políticas agrárias que o país foi atravessando ao longo da sua história. No tempo colonial funcionou no posto um bloco agrário de colonos livres dentro do projecto de fomento e povoamento de Revué. Com a independência, as áreas abandonadas pelos

---

<sup>2</sup>O conceito de desenvolvimento rural, segundo Adam, inclui questões como: o acesso à boa alimentação, saúde e educação, água e ar não poluído, higiene, para além de incluir o uso racional dos recursos básicos existentes a nível local, regional ou nacional com uma boa gestão e intervenção de vários indivíduos, famílias ou a sociedade no geral, para permitir que haja um desenvolvimento comunitário, (1996: 70/73).

<sup>3</sup> Castel-Branco, 1995:586.

colonos foram intervencionadas pelo Estado no quadro da política de socialização do campo. A partir de 1987, em Vanduzi funcionou um bloco de extensão agrário no âmbito da política de ajustamento estrutural e para além disso o autor do trabalho conhece a região e é falante da língua local.

\* Estuda-se o período entre 1987 a 2000, porque em 1987 foi introduzido o PRE que facilitou a intervenção do investimento estrangeiro no país e o Governo procurava reactivar a assistência agrícola familiar e privada. O ano de 2000 foi o da introdução do PARPA<sup>4</sup>. Com o PARPA, o Governo passou a orientar e identificar onde investir para garantir o desenvolvimento rural redefinindo o PRE.

### Argumento

O aumento da exploração colonial ao campesinato e a mineração de ouro em Manica não paralisou a prática da agricultura familiar em Vanduzi: o cultivo de mapira, de milho, de feijão, de mexoeira, etc., entre as populações da região. Costa, DH/UEM, Bannerman, Beach e Newitt<sup>5</sup> referem que a produção e comercialização dessas culturas antes e depois do estabelecimento da fronteira ocidental (1891) eram a base de sobrevivência das populações. A partir de 1896 a 1906, segundo Cruz<sup>6</sup>, os farmeiros brancos dentro da jurisdição da Companhia de Moçambique (CM) expropriaram as terras dos camponeses do distrito de Manica e Sofala para a produção agrícola e extracção de ouro, e 1907 a 1942 produziram e comercializaram o milho e tendo a mão-de-obra local como a força de trabalho. A transformação do campesinato como trabalhador assalariado em Manica gerou a diferenciação social<sup>7</sup> fortificando a subordinação dos camponeses como trabalhadores contratados com baixos salários e os farmeiros como empregadores. O

<sup>4</sup> Os estudos sobre o perfil de pobreza em Moçambique realizados entre 1996 a 1997 revelaram que em cada três moçambicanos, dois viviam em condições de extrema pobreza com um consumo inferior a 5.433 meticais por dia, e em 1997 era de 4 cêntimos de dólar, (PNUD, 2000:9). A taxa de crescimento do PIB em 1997/8 foi de 11.1 e 11.9%, e a partir de 1999 a 2000 decresceu de 7.3 para 2.1%. A província de Manica contribuía com 2.1% (1998) e 2.2.% (1999) do PIB na economia nacional. O índice de esperança de vida na província de Manica era de 0.3 a 0.35%, e no ano 2000 foi de 0.32%, que reflectia um decrescimento do índice do desenvolvimento humano apesar do crescimento significativo da economia nacional. Esta contradição fez com que o Governo de Moçambique definisse o PARPA em 2000, como um novo instrumento de combate a pobreza absoluta no país, (PNUD 2000:23; PNUD, 2001:27).

<sup>5</sup> Costa, 1982:49; DHU/EM, 1988:67/8; Bannerman, 1993:92; Beach, 1993:54 e Newitt, 1997:59, 183, 312/21.

<sup>6</sup> Cruz, 1982: 161/2 e 175.

<sup>7</sup> DH/UEM, 1988:144/5.

que causou a fuga de mão-de-obra clandestina para a Rodésia do Sul a procura de melhores condições de vida<sup>8</sup>.

Para Mavaneke<sup>9</sup> esta exploração era uma forma de manter o campesinato dependente do trabalho assalariado e como reserva de mão-de-obra para a Rodésia do Sul. Neves<sup>10</sup> realça o desenvolvimento da cultura do milho ao longo da fronteira pelos fazendeiros rodesianos, o que criou a concorrência no recrutamento de mão-de-obra com os colonos portugueses, e o campesinato local preferia o emprego nas fazendas rodesianas com melhores salários e como mercado de venda dos seus excedentes agrícolas. O que obrigou o Governo colonial português a institucionalizar o recrutamento da mão-de-obra em Manica e Tete em 1913<sup>11</sup> como fonte de receitas<sup>12</sup> e moldar a estrutura de produção e comercialização de milho entre os colonos brancos em associações agrícolas (1936) sem a incorporação do campesinato, fortalecendo a discriminação social e a política de baixos salários<sup>13</sup>.

Para Adam et al<sup>14</sup> a migração clandestina do campesinato e a atitude do Governo colonial português reflecte a sua fraqueza em controlar a fronteira ocidental. O fim da concessão da CM sobre o território de Manica e Sofala em 1942<sup>15</sup> marcou o início das reformas de 1961 que terminaram com a independência de Moçambique em 1975 e a definição de novas políticas económicas. A região de Manica sempre beneficiou de investimentos privados e estrangeiros tendo a actividade agrícola dominante nos cereais a produção e comercialização do milho<sup>16</sup>.

---

<sup>8</sup> Neves, 1990:12.

<sup>9</sup> Mavaneke, 1995:7

<sup>10</sup> Neves, 1990:12.

<sup>11</sup> Os acordos de 1913 foram ratificados pelo Governo português e rodesiano em 1925, 1934, 1947 e 1958, (Neves, 1991:14, 22, 27 e 35; Neves, 1998: 89, 106/10; Adam, 1981:62/9).

<sup>12</sup> Neves, 1990:12.

<sup>13</sup> Em 1936 foi fundada a Associação de Agricultores do Distrito de Manica e Sofala (AADMS) e a Associação de Comércio de Milho e sua Farinha (ACMF) sob a administração da CM. Elas excluíam a integração do campesinato. Só faziam parte delas a burguesia colonial. O campesinato local foi mantido como a mão-de-obra assalariada entre os fazendeiros e proprietários das minas de Manica e da Rodésia do Sul, (Costa, 1940:130/1, Cruz, 1982:49 e 161, Neves, 1991: 289, Neves, 1998: 6/8 e 94).

<sup>14</sup> Adam et al, 1981: 6

<sup>15</sup> A política nacionalismo económico de Salazar extinguiu a CM em 1942, e por sinal era a data finda dos direitos da companhia sobre as terras de Manica e Sofala e a produção e comercialização do milho nesta região passou para o controlo do Estado sob a gestão do GPCDB que funcionou até em 1962 e daí como o GLPDMS com sede em Chimoio tendo funcionado até 1974, (Wuyts, 1980:14-20; BOM, 1961:1286).

<sup>16</sup> A partir de 1940 com o desenvolvimento da 2ª guerra mundial, a cultura de milho assumiu a categoria de produção obrigatória para garantir a alimentação dos efectivos militares das potências coloniais envolvidas na 2ª GM (Inglaterra) a partir dos mercados rodesianos, (Bettencourt, 1945:174; Wuyts, 1980:14; Neves, 1998:96-99).

As reformas dos anos 60 permitiram a fixação livre dos colonos brancos em Vanduzi dentro da política de fomento e povoamento de Revué e de colonatos. O que aumentou o número de colonos brancos na região e a expropriação das terras férteis dos camponeses<sup>17</sup>. O objectivo era integra-los na economia colonial como mão-de-obra assalariada e reservada para a Rodésia do Sul<sup>18</sup>. A modernização da agricultura rodesiana na década 60 teve impacto na abolição do recrutamento da mão-de-obra na região de Manica e Tete e a sua dispensa nas farmas rodesianas (apêndice 2.7)<sup>19</sup>. Uma parte da mão-de-obra foi absorvida pelos colonatos e outra regressou à produção agrícola familiar<sup>20</sup>.

No período pós independência (1975/7)<sup>21</sup>, o campesinato de Manica não tinha mercados para a venda do excedente agrícola como no período colonial, neste caso recorriam aos Grémios e à Rodésia do Sul<sup>22</sup>. A estrutura agrícola do PPI (1980/87) não conseguiu restituir a rede de comercialização que funcionou no período colonial e absorver o excedente da mão-de-obra deixada pela estrutura económica colonial<sup>23</sup>. A preocupação era integrar o campesinato e o sector privado na produção colectiva, sem incentivar a produção familiar e privada. Portanto, estes sectores foram "secundarizados" quanto a concessão do crédito agrícola definido para financiar as empresas estatais agrícolas e as cooperativas de produção, numa perspectiva de inter-ajuda onde o campesinato forneceria a matéria-prima à indústria, e esta por sua vez, os bens de consumo e factores agrícolas às populações<sup>24</sup>.

Os estudos realizados em Manica no período pós independência poucos realçam o problema da produção e comercialização do milho. No período pós guerra (1992) enfatizam a problemática dos conflitos de terra. Para a percepção das estratégias utilizadas pelo campesinato na produção e comercialização do milho em Vanduzi, o trabalho inspira-se na abordagem das estratégias de sobrevivência do campesinato perante a modernização agrícola e o aumento da pressão colonial nos anos 60, segundo Neves, que trata dos benefícios do Corredor da Beira e da Barragem de Revué para a implementação da política de colonatos e o desenvolvimento da agricultura em Manica comparado com os

<sup>17</sup>Neves, 1998:167; Alexander, 1996:117/8.

<sup>18</sup>Neves, 1998: 89, 106, 110; Mosca, 1999: 33/4.

<sup>19</sup>Adam et al, 1981:70.

<sup>20</sup>Neves, 1998:26, e Adam et al, 1981:60/1.

<sup>21</sup>Habermeier, 1981:42

<sup>22</sup>Neves, 1998:156-160.

<sup>23</sup>Adam et al, 1981: 7/8; Wuyts, 1978: 24, 28, 34, 36/8.

<sup>24</sup>Habermeier, 1981:43; Bowen, 1990:10.

argumentos apresentados por Chilundo, sobre a relutância do campesinato em melhorar as suas próprias técnicas de produção face a revolução dos transportes em Nampula. As estratégias históricas da população de Vanduzi em melhorar a sua condição sócio-económica a partir do cultivo de milho, comércio fronteiriço (com Zimbabwe) e informal espelharam essa realidade<sup>25</sup>.

Para o estudo da economia de mercado nas zonas rurais será analisado neste trabalho a questão da família e economia rural, tendo as variáveis terra e mercado, como percursos da percepção sobre posse e o uso de terra para o cultivo de milho, grau de integração do campesinato nos mercados modernos e o seu poder de compra, segundo Negrão<sup>26</sup> que realça na análise económica das zonas rurais africanas, a família rural e não sector familiar. Pois, para ele, o sector familiar entende-se como um lugar de trabalho e de extracção de recursos de sobrevivência incluindo o local de trabalho, de convivência e de consumo (casa), de desenvolvimento das relações de produção a partir de linhagens, de laços culturais, do parentesco nas suas actividades sócio-económicas e até políticas, diferentemente da análise de Cardoso<sup>27</sup> que vê a questão a nível económico pela existência de actividades agrícolas, criação de gado, artesanato e pesca actividades desenvolvidas entre os camponeses<sup>28</sup> tendo a terra como principal recurso económico.

Hughes e Muchanga<sup>29</sup> admitem que neste período registaram-se conflitos de terra nas regiões das extintas farmas coloniais e das empresas estatais agrícolas, como a de Vanduzi. Myers e Alexander<sup>30</sup> vê os conflitos de terra em Manica como consequência da presença do Corredor da Beira que condicionou a alocação de maiores investimentos em relação aos distritos ao redor que são: Bárue, Macossa, Sussundenga, Mossurize, Tambara e Mavonde, regiões mais afectadas pela guerra. As grandes áreas de disputa de terra tinham a ver com a segurança de mercados, recursos hídricos, serviços sociais e vias de comunicação (estradas e linhas férreas), infra-estruturas básicas favoráveis à produção e à

---

<sup>25</sup> Neves, 1998:151/4, 169/71; Chilundo, 2001:256/8.

<sup>26</sup> Negrão, 2001: 269/70.

<sup>27</sup> Cardoso, 1993:40.

<sup>28</sup> Camponeses são unidades de produção agrícola com acesso a terra como meio de subsistência e utilizando a mão-de-obra familiar em sistemas económicos abrangentes, caracterizados com uma integração parcial em mercados que tendem a funcionar com elevado grau de imperfeição. Portanto, os camponeses são ao mesmo tempo famílias e empresas. Unidades económicas que opõem ao mesmo tempo nos dois lados do mercado, como produtores e consumidores, (Cardoso, 1993:40).

<sup>29</sup> Hughes, 1990:17/18; Muchanga, 2000: 20.

<sup>30</sup> Myers, 1993:62/6; Alexander, 1995:116-123.



comercialização agrícola. Por outro lado, estas condições permitiram a experimentação do PPI em Vanduzi entre 1980 a 1987 (mapa 3).

A política de socialização de campo segundo Wuyts e O'Laughlin<sup>31</sup> foi a resposta à herança agrária colonial, a crise agrária pós colonial (1974/7), o abandono das farmas pelos colonos portugueses e a tentativa de eliminar a produção de subsistência familiar (concebida como pré-capitalista) e a sua substituição com as cooperativas de produção, estas ficaram sem financiamento, numa estrutura que favorecia as empresas estatais agrárias<sup>32</sup>. Foi desta forma que Vanduzi integrou-se no PPI em 1980. Antes de 1974, a produção de milho em Manica e em particular em Vanduzi estava sob o controlo do Grémio de Lavoura do Planalto do Distrito de Manica e Sofala (GLPDMS), instituição que depois da independência sofreu uma intervenção e foi integrada no Gabinete de Apoio a Produção Agrícola de Manica (GAPPO).

O GAPPO controlou as terras agrícolas de Vanduzi como Unidades de Produção (UP) e utilizou a mão-de-obra sazonal como a principal força de trabalho até a formação da EEAV em 1981. As falhas verificadas no PPI fizeram com que o Governo em 1987 introduzisse o Programa de Reabilitação Económica (PRE), em busca de respostas que as populações rurais e os sectores de produção não encontravam no PPI.

Minter e Vines<sup>33</sup> associam a crise agrária (1974/7) em Manica com as sanções impostas ao Governo Rodesiano e seus ataques a partir 1976 e os da RENAMO a partir de 1978 ao longo da fronteira tendo influenciado na inoperância da política de socialização do campo em Vanduzi. Esta situação foi confirmada por Myers<sup>34</sup> quando discute a tardia nacionalização e a formação da EEAV a partir de 1981, e 1989 foi o ano da sua falência como corolário da má gestão dos créditos disponibilizados pelo BPD, a guerra, incapacidade técnica e financeira e as políticas de privatização. Nesta altura Vanduzi acomodou os deslocados de guerra dos distritos ao seu redor acima referidos<sup>35</sup>.

---

<sup>31</sup> Wuyts, 1981:39; O'Laughlin, 1981 : 14/5.

<sup>32</sup> As empresas estatais foram organizações de propriedades pertencentes ao Estado, pressupondo que a maioria das receitas provinham das vendas e que essas empresas tinham existência legal como entidades autónomas e que possuíam contabilidades próprias, (Cardoso, 19093:77).

<sup>33</sup> Minter, 1998: 41; Vines, 1991: 61.

<sup>34</sup> Myers, 1993: 45/6.

<sup>35</sup> Alexander, 1994:5-8.

Face às défices da produção agrícola de milho e na falta de alimentação na região<sup>36</sup>, o Governo provincial de Manica em 1985 lançou o Programa de Desenvolvimento Rural de Manica (PDRM) com objectivo de transferir os deslocados de guerra ao longo do Corredor da Beira e das zonas urbanas e periurbanas de volta à produção agrícola nas zonas rurais, a partir do processo de socialização do campo como resposta a crise da produção rural<sup>37</sup>. O PRE procurava corrigir os erros detectados anterior<sup>38</sup>. Era necessário introduzir sistematicamente no país a economia de mercado sob a monitoria do BM e FMI<sup>39</sup>. No entanto, <sup>40</sup> o PRE não conseguiu criar bases de acesso a créditos agrários ao campesinato, a não ser o aumento dos preços das culturas de exportação e dos produtos alimentares importados enquanto provocava a relativa diminuição dos preços dos produtos agrícolas comercializados, neste caso o milho e outros. O PRE não foi capaz de resolver os problemas deixados pelo PPI que dificultou a alocação de créditos para a produção familiar, (apêndice 3.11/12)<sup>41</sup>.

Para Tschirley e Santos<sup>42</sup> a possível operacionalidade do PRE incide com o fim da guerra a partir de 1992, materializada com o aumento de índices de produção a partir de 1995 (apêndice 3.13), intensificado pela liberalização do preço de milho. Esta situação condicionou o surgimento de novos mercados de milho a nível da região central do país, e do Malawi, que passou a comprar o milho produzido nos distritos de Manica, Mocuba (Zambézia) e Ribaué (Nampula). Devido ao aumento de preço da venda do milho em Manica em 1996, no ano de 1997 Malawi passou a comprar apenas o milho produzido em Mocuba e Ribaué. O milho de Manica passou a alimentar o mercado interno nomeadamente as cidade da: Beira, Inhambane, Xai-Xai e Maputo tendo mantido o equilíbrio do seu preço e índices de venda independentemente de ter perdido o mercado malawiano<sup>43</sup>.

---

<sup>36</sup> Tschirley e Santos, 1999:1-13.

<sup>37</sup> Alexander, 1994:17.

<sup>38</sup> Os erros que se pressupõem terem decorrido durante a política do PPI foram: a má gestão macro-económica, distorção da estrutura dos preços relativo a agricultura e as exportações, o desincentivo a produção do privado nacional e estrangeiro e do campesinato a favor das empresas estatais, etc., (Castel-Branco, 1995:600).

<sup>39</sup> Castel-Branco, 1995:600

<sup>40</sup> Castel-Branco, 1995: 603/6

<sup>41</sup> MAP, 1996: 60; Adam e Cruz e Silva, 1989, anexo 8, mapa 2.

<sup>42</sup> Tschirley e Santos, 1999: 1-13.

<sup>43</sup> Tschirley e Santos, 1999: 5.

Portanto, apesar de Moçambique ser um dos maiores produtores de milho na SADC, a comercialização deste produto é feita no preço mais baixo. Esta situação deve-se ao facto de grande parte da sua produção vir do campesinato e este vende-o aos países vizinhos fora do controlo do Estado, porque o campesinato moçambicano ainda não possui uma base legal comercial que estimule o preço de venda do seu milho a favor da sua força de trabalho e do custo de produção. Por essa razão, o camponês e o comerciante vê grandes vantagens na venda do milho além da fronteira<sup>44</sup>.

A falência das indústrias nacionais segundo Castel-Branco<sup>45</sup> tornou o campesinato cada vez mais dependente dos produtos importados. A desvalorização da moeda nacional em cerca de 80% e a falta de preços fixos para a comercialização agrícola fez com que a produção do campesinato se destinasse ao mercado informal e ao auto-sustento familiar. *A preocupação do trabalho é perceber "até que ponto a agricultura familiar, a produção e a comercialização do milho em Vanduzi foi influenciada pela política da economia de mercado (PRE)"*.

O facto de Vanduzi fazer parte do corredor da Beira foi e é propenso aos investimentos desde o período colonial e pós colonial. O Governo de Manica em 1985 desenhou um plano de desenvolvimento agrícola em volta do Corredor. Tendo em conta o factor guerra é preciso analisar e compreender a operacionalidade do PRE e dos investimentos alocados no Corredor e perceber como é que contribuíram para o melhoramento da vida das comunidades locais. Quais foram as estratégias de sobrevivência das populações deslocadas para esta região no período antes e pós guerra entre o Governo e a RENAMO? Será que o PRE introduzido a partir de 1987 foi a solução dos problemas económicos das famílias rurais remanescentes do período colonial e do PPI? Uma vez que as terras agrárias de Vanduzi foram intervencionadas de 1980 a 1989 e a EEAV havia falido e a sua produtividade sempre tinha um gráfico decrescente, (apêndice 3.2)<sup>46</sup>. Como é que as famílias que trabalhavam na EEAV passaram a viver depois da falência desta? Que estratégias de sobrevivência o campesinato de Vanduzi tomou para satisfação das suas necessidades básicas ligadas ao acesso ao mercado para a venda dos excedentes agrícolas, na segurança alimentar, e no acesso a terra e a produtos industriais de

<sup>44</sup> Tschirley e Santos, 1999: 1-13.

<sup>45</sup> Castel-Branco, 1995:604.

<sup>46</sup> DPAM. "Programa de Desenvolvimento Agrícola para 1989", 1989.

primeira necessidade no período pós PPI e da EEAV? É nessa situação perversa que reside o problema e é isso que sustenta o argumento e as hipóteses que o trabalho procura analisar em que:

(i) o ajustamento estrutural implementado pelo Governo entre 1987 e 2000 não alterou o cenário de não financiamento "secundarização" da produção agrícola do campesinato de Vanduzi concebido pelo PPI (1980/87). Por isso, a produção do campesinato continuou sendo basicamente para o consumo apesar de ser comercializada como estratégia de sobrevivência implicando a redução do excedente a margem das reservas alimentares do milho entre as famílias rurais de Vanduzi<sup>47</sup>.

(ii) o comércio fronteiriço e informal para as famílias rurais de Vanduzi passou a ser a base de compra de produtos industriais de primeira necessidade e de venda de milho como resposta à crise económica provocada pela guerra (1976/92) e pelo elevado custo de vida a partir dos anos de 1987.

(iii) a guerra (1976/92) e o aumento dos preços dos produtos industriais de primeira necessidade em Vanduzi alteraram a base das relações de produção agrícola das famílias e aumentou o fluxo de jovens em idade escolar a praticar o comércio fronteiriço e informal, como fonte de rendimento económico.

(iv) os preços mínimos na comercialização agrícola nas zonas rurais não são tabelados pelo Estado e nem negociados pelos camponeses na venda da sua produção. Os camponeses são vulneráveis aos preços e as oportunidades que o mercado informal lhes oferece.

---

<sup>47</sup>Gobe, 1995: 603/6, Cardoso, 1993: 44/5.

## Metodologia

Para a realização do presente trabalho tomou-se, como metodologia básica, a recolha bibliográfica<sup>48</sup> dos documentos e relatórios existentes nos Ministérios e outras instituições<sup>49</sup>, confrontados com os documentos primários e relatórios estatísticos. A recolha e análise de estatísticas agrárias<sup>50</sup> foi a base ilustrativa da evolução gráfica das áreas de produção e o índice de comercialização de milho em Vanduzi entre os diversos intervenientes acrescidos pelo material cartográfico que serviu de base para a elaboração de mapas temáticos<sup>51</sup>.

Para preencher as lacunas deixadas pelos documentos escritos fez-se o trabalho de campo em Vanduzi que teve como metodologia básica a seguinte: (i) a observação participativa do autor; (ii) entrevistas estruturadas e semi-estruturadas (estórias de vida) feitas em alguns povoados obedecendo os seguintes critérios: a) principais zonas de produção de milho; b) regiões com aldeamentos nos períodos durante e pós a guerra entre o Governo e a RENAMO; c) regiões das antigas machambas estatais; d) povoados de reassentamentos dos refugiados/regressados de guerra; e) principais produtores e comerciantes de milho; f) antigos trabalhadores da extinta EEAV; g) jovens em idade escolar e mulheres praticantes do comércio informal. Portanto, foram entrevistados no total cerca de 56 informantes em três localidades de Vanduzi, (apêndice 1.2).

---

<sup>48</sup> As principais bibliotecas consultadas foram: AHM, CEA, a da FL a nível da cidade de Maputo. Na província de Manica foram consultados os documentos nos arquivos da DPADRM e DDADRM.

<sup>49</sup> Os Ministérios consultados foram: O MADER e o MCT.

<sup>50</sup> Os dados estatísticos agrários em Moçambique são muito pobre e incompletos, e a produção do campesinato é muito difícil de estimar. As estatísticas existentes são globais e do excedente comercializado, na sua maioria, das culturas de exportação: o algodão e caju (Castel-Branco, 1994:33). No caso das estatísticas de milho em Vanduzi, o autor baseou-se nos dados recolhidos e estimados a partir das entrevistas feitas no local e uma parte da documentação recolhida na DPADRM e DDADRM.

<sup>51</sup> Os mapas temáticos ilustram a localização geográfica do distrito no geral e especificamente, as principais zonas de cultivo de milho a nível do posto administrativo de Vanduzi, os centros comerciais, a localização das aldeias comunais e outros centros habitacionais, para além das principais vias de comunicação impulsionadoras da produção e comercialização de milho na região.

## **A estrutura do trabalho**

No capítulo da introdução, consta o objecto de estudo, os objectivos gerais e específicos. A justificativa que inclui os motivos pela escolha do tema, a sua pertinência e as balizas cronológicas. O argumento inclui a problemática (recessão bibliográfica), a pergunta de partida, as hipóteses e finalmente apresentamos a metodologia utilizada na elaboração do trabalho.

O segundo capítulo apresenta uma análise sumária e histórica da produção e comercialização de milho em Vanduzi em três vertentes: a da estrutura agrária colonial dos anos 60 até 1975, a dos anos 75 a 1980 e finalmente a do período que vai de 1980 a 1987. Este último período remete-nos ao capítulo principal do trabalho, abordando a agricultura familiar em transição em Vanduzi: da agricultura planificada a uma agricultura de mercado entre os anos de 1980 a 1987. Procurando perceber o significado da intervenção do Estado nas farmas coloniais e o papel da mão-de-obra empregue na EEAV para a economia do campesinato local. Também procura verificar as mudanças registadas na produção e comercialização do milho entre as comunidades locais em Vanduzi da agricultura planificada para a agricultura de mercado e procuramos perceber o processo da continuidade e descontinuidade das políticas agrárias e suas interferências na produção de milho e na economia das famílias locais, pese embora com imensas dificuldades em termos de dados estatísticos para quantificarmos a real produção e comercialização do milho em Vanduzi, por isso recorreremos a dados globais de produção do milho em Manica.

O terceiro capítulo trata da agricultura familiar, a produção e comercialização do milho em Vanduzi no período do ajustamento estrutural (1987-2000). O capítulo centra-se na agricultura familiar, na produção e na comercialização do milho em Vanduzi. Analisar o significado da economia de mercado para a agricultura familiar, o papel do projecto GTZ-MAP/MARRP na produção e comercialização do milho durante e pós a guerra entre o Governo e a RENAMO e relaciona-los com as estratégias de sobrevivências desenvolvidas pelas comunidades locais perante a política agrária do PRE. O quarto capítulo é das considerações finais do estudo e finalmente apresentamos a lista de fontes utilizada na elaboração deste trabalho.

## **CAPÍTULO 2: O CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO E POLÍTICO DE VANDUZI NOS ANOS 60 A 1987**

Este capítulo pretende analisar a estrutura agrária colonial em Vanduzi dos anos 60 até 1987, incluindo a crise agrária, que se prolongou até as mudanças na estrutura agrícola dos anos 87.

A produção agrícola de milho em Manica nos anos 60 estava integrada no plano de desenvolvimento e povoamento de Revué dentro da política de colonatos, onde Vanduzi fazia parte como um bloco agrário de fixação livre de colonos brancos e de integração de pequenos agricultores africanos na produção agrícola e o campesinato local como mão-de-obra nas farmas coloniais. Esta estrutura agrícola desenvolveu-se até a proclamação da independência em 1975, o ano que marcou a ruptura da estrutura agrária colonial e a eclosão da crise agrária provocada pela saída massiva de colonos brancos e a destruição da rede de comercialização nas zonas rurais até nos anos 80, momento da implementação do PPI, que em Vanduzi se fez pela abertura da empresa estatal agrícola dentro da política de socialização do campo até em 1987, o ano do início da economia de mercado e da falência da Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi.

Neste capítulo procuramos perceber que tipo de transformações estruturais das políticas agrícolas que Vanduzi teve entre os anos 60 a 1987, e como é que elas influenciaram no melhoramento ou não da produção e comercialização do milho em geral, e em particular na vida das populações. Que estratégias o campesinato local foi buscando para a produção e comercialização agrícola para o melhoramento da sua condição sócio-económica perante as mudanças das políticas agrárias entre os períodos de 1960/74, de 1974/80 e de 1980/87.

### **2.1. A economia política colonial em Vanduzi, 1960-1974**

Vanduzi situa-se na parte Este do distrito de Manica<sup>52</sup>. As condições agro-ecológicas (apêndice 1) e a existência de infra-estruturas como: estradas (corredor) e outras<sup>53</sup>, rede de energia eléctrica, condicionaram a fixação da população colona nos anos 60 e novos reassentamentos populacionais a partir de 1976 (mapa 1, 2 e 3) na produção agrícola mecanizada na empresa, e sequeira entre o campesinato local.

---

<sup>52</sup> GTZ-MARRP, 1995:5/6. Para mais detalhes vide: apêndice 1.

Na política agrária do nacionalismo económico de Salazar (1930)<sup>54</sup> até as reformas dos anos 60, Vanduzi esteve sob duas administrações: a da CM até os finais de 1942<sup>55</sup> e a dos Grémios: o GPCDB (1942-1962) e o GLPDMS<sup>56</sup> (1963-1974)<sup>57</sup>. A integração do campesinato na política económica colonial foi contraditória. Dum lado era imperioso integrar o campesinato na economia agrícola da época para incremento da produção, mas receiava-se a emergência destes na concorrência com a burguesia farrameira colonial na produção e comercialização agrícola, por isso houve a necessidade de proteger os colonos brancos através de leis restritivas na integração dos agricultores africanos nos grémios. Doutro lado era imperioso manter o campesinato na economia agrícola de prestação de serviços<sup>58</sup> nas farmas coloniais e como reserva de mão-de-obra para a Rodésia do Sul<sup>59</sup>. Perante essa situação o campesinato local traçou estratégias de sobrevivências como: a produção de milho para o consumo e comercialização, fuga clandestina de mão-de-obra para a Rodésia do Sul e o comércio fronteiriço na região<sup>60</sup>.

A política agrária dos anos 60 mecanizou a agricultura em Vanduzi (apêndice 1.4) e integrou o campesinato na agricultura industrial e comercial pelo melhoramento das vias de comunicação (estradas e caminhos de ferro)<sup>61</sup> criando novos postos de trabalho<sup>62</sup>.

O redimensionamento da estrutura agrária colonial dos anos 60 permitiu o aumento da exploração e a expansão das redes comerciais benéficas para o campesinato<sup>63</sup>. Em Vanduzi a modernização agrícola nos anos 60 significou o aumento da produção das

---

<sup>53</sup> As outras estradas existentes em Vanduzi são as secundárias: a estrada Bandula-Vanduzi com cerca de 18Km, Bandula-Matsinhe, Messica - Bandula, a estrada n.º 345 que liga a cidade de Chimoio e Machipanda, (Armindo Meneses Vanduzi (sede), 25.03.2003; ACNUR/PNUD, 1990:10/2).

<sup>54</sup> Wuyts, 1980:14-22.

<sup>55</sup> Rocha et al, 1999:1; Cruz, 1982:192; Neves, 1998:86.

<sup>56</sup> O Grémio Produtor de Cereais de Distrito da Beira (GPCDB) foi criado pela Portaria Ministerial n.º 37 de 8/10 de 1942 e a Portaria Provincial n.º 5147 de 29/15 de 1942. Este, funcionou até 30 de Outubro de 1962, e em 1963 foi criado o Grémio de Lavoura do Planalto do Distrito de Manica e Sofala (GLPDMS). Para mais detalhes, vide: Ramo, 1966:16; BOM, N.º 13 (31-3) 1962, p.65; BOM, N.º 38 (8-10-1942), p.356; BOM, N.º 40 (13-10)', 1961, p.449 e 1286).

<sup>57</sup> AHM-FGG, Cx. 916, P.V/012ª. "Organismo de Coordenação e Cooperativas".

<sup>58</sup> A economia de prestação de serviços no período colonial dependia de receitas vindas do trabalho migratório, tráfego de trânsito, turismo, postos à disposição a África do Sul e a Rodésia do Sul pelo Portugal. No caso da Rodésia do Sul foram assinados acordos entre Portugal e a Rodésia do Sul em 1913 ratificados em 1925, 1934, 1947 e 1958 (CEA, Cx. 34/A; Adam et al, 1981:62-68; Cruz, 1982:48; Hermele, 1987:2; Neves, 1990:14, 22, 27; Abrahamsson e Nilsson, 1994:28; Neves, 1998:89, 99, 106 e 110).

<sup>59</sup> Neves, 1998:155-160 e 165.

<sup>60</sup> Adam et al, 1981:61/2 e Neves, 1998:99.

<sup>61</sup> Oliveira, 1964:87-91.

<sup>62</sup> Neves, 1998:152.

<sup>63</sup> Neves, 1998:161/2; Chilundo, 2001:305.



culturas de consumo (milho) e de exportação (tabaco e algodão), como resultados dos investimentos do I e II Plano de Fomento (1953/8 e 1959/64), alocados no vale de Revué estimados em cerca de 58.000.000 a 160.000.000 escudos para o estudo de reassentamento dos farmeiros brancos na região e cerca de 130.000.000 de escudos destinaram-se para o projecto de irrigação agrícola. Neste período o sector comercial capitalista estava sob o controlo dos colonos brancos associados em Grémios e os cantineiros indianos<sup>64</sup>.

Estes investimentos completaram o plano de povoamento e de formação do colonato<sup>65</sup> de Sussundenga e a fixação livre de agricultores brancos em Vanduzi, que beneficiaram dos créditos agrários e das infra-estruturas disponibilizadas pelo vizinho colonato de Sussundenga (apêndice 1.6)<sup>66</sup>, tendo resultado no aumento da população branca em Vanduzi (apêndice 1.3, tabela 1)<sup>67</sup> em duas fases sendo a 1ª (1950) aumento de colonos brancos e a 2ª (1961) aumento de colonos negros<sup>68</sup>. Também surgiram as regedorias e freguesias controladas pelos régulos na integração do campesinato na nova política económica<sup>69</sup>, que atribuía a ``[...] qualquer que seja o direito sobre a terra que as autoridades nativas [exerciam] segundo os usos e costumes, os terrenos da regedoria [eram] considerados património público da autarquia pelo que os vizinhos [podiam] exercer os direitos compatíveis com este regime [...]''<sup>70</sup> (apêndice 1.2). Regulamento que justificou a intensificação da exploração do campesinato e o aumento da produção agrícola comercializável e garantiu a alimentação na colónia na década 60<sup>71</sup>. Factor que influenciou a permanente dependência do campesinato ao trabalho

<sup>64</sup> Neves, 1998:161 e 170.

<sup>65</sup> Os Colonatos eram regiões de ordenamento e de fixação de colonos europeus. Organizados de forma a criar em Moçambique, uma pequena sociedade rústica portuguesa. Tinham por outro lado, o objectivo de estabelecer zonas que deviam constituir barreira ao avanço de qualquer movimento nacionalista que, na altura, emergia por toda África, e dava em Moçambique os primeiros passos, (Hedges e Rocha, 1999: 165).

<sup>66</sup> Neves, 1998:161/2.

<sup>67</sup> INE, 1970: xxxi

<sup>68</sup> Neves, 1998:155.

<sup>69</sup> As entrevistas feitas em Sussundenga confirmaram que o aumento do incentivo do Governo colonial na economia agrícola familiar foi pela integração dos africanos no sistema dos colonatos e a sua posterior transformação em pequenos agricultores prósperos para melhor servir a causa colonial. Daí que através do GLPDMS os colonos negros receberam casas e machambas lavradas e semeadas pelos tractores sob o controlo do Grémio e a posterior colheita e comercialização do milho. Tendo a hipoteca do crédito dado pelo Grémio paga pelos rendimentos vindos da comercialização sem o consentimento dos produtores. O Governo colonial fazia os descontos que correspondiam o custos totais da produção, (André Festa Bofo. Sussundenga. 28. 02. 2003; Chimoio Manuel Magode. Sussundenga. 24.02.2003 e Joaquim Flanela Sussundenga. 03.03. 2003; Negrão, 2001:143).

<sup>70</sup> III Plano de Fomento para 1968-1973: Moçambique, Lisboa, 1968:16.

<sup>71</sup> Entre 1961-1965, a cultura de milho em Moçambique ocupava uma área de 298.939 ha. Sendo 273.036 ha, correspondendo a 91,3 % vinha da produção familiar, 25.903 ha correspondendo a 8,71 % vinha da produção dos colonos. Desta área, 16,2 % pertenciam ao Distrito de Manica e Sofala. Da área total do Distrito, 48,8 % pertenciam aos circunscrições de Bárucê, Manica, Mossurize e Chimoio, (III Plano de

assalariado nas farmas mas mantendo a produção agrícola familiar<sup>72</sup>, na medida em que o teor da exploração colonial não alterava: mantinha o controlo dos preços dos produtores de bens alimentares para permitir a prática de salários baixos, instalação de sistemas de produção dependentes de grande número de trabalhadores sazonais e controlo da mobilidade das populações e legislação restritiva e discriminatória relativa às actividades económicas do campesinato<sup>73</sup>. O azo desta nova estrutura agrária na região de Manica acima referido foi a formação do colonato de Sussundenga e a fixação livre de colonos em Vanduzi, (apêndice 1.5, tabela 1)<sup>74</sup>.

Em Vanduzi a produção de milho foi facilitada pela presença do Corredor da Beira e pelo (sistema de crédito disponibilizado pelo Grémio ao colonato), crédito agrário dirigido para colonos brancos e negros, não para campesinato local<sup>75</sup>.

A integração da população local como trabalhadores nas farmas dos colonos brancos em Vanduzi iniciou nos anos 40, tendo se intensificado nas décadas 50/60 com o recrutamento de jovens para o cultivo de milho e algodão. Os contratos assinados eram forçados e o vencimento mensal era inferior a 50 escudos, muito inferior em comparação com o que era pago nas farmas rodesianas ou no Transvaal, que aproximava aos 250 escudos (£ 5.00) mensais. Segundo Sr. Basílio Sozinho Faustino Jorge<sup>76</sup>

“[...] os farmeiros que se estabeleceram na região de Púnguè Sul tinham pequenas farmas com alguns trabalhadores contratados [...] que trabalhavam num período de 6 meses e recebiam mensalmente 20 escudos. Esse valor era igual [...] pago aos trabalhadores recrutados localmente, motivo que levou muitos de nós a fugirmos para a Rodésia do Sul [...]”.

O pagamento de baixos salários nas farmas coloniais em Vanduzi motivou a fuga clandestina do campesinato local para a Rodésia do Sul<sup>77</sup>, onde aprendiam técnicas de

---

Fomento Parte II-Relatórios Sectoriais: Agricultura e Silvicultura. Tomo III-Milho-Trigo-Arroz-Amendoim. Vol. I. Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique, [s.d], p.318-321.

<sup>72</sup> Em média a produção agrícola familiar por Distrito na colónia de Moçambique era de 0,6332 ha. Nos Distrito de Manica e Sofala era de 0,7978 ha. Assim, a produção total de milho na colónia era de 372.708 ton. das quais 353.423 ton., correspondendo a 94,4 % vinha da produção familiar e 19.285 ton., correspondendo a 5,2 %, pertencia aos agricultores colonos, (III Plano de Fomento Parte II-Relatórios Sectoriais: Agricultura e Silvicultura. Tomo III-Milho-Trigo-Arroz-Amendoim. Vol. I. Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique, [s.d.], p.321/2).

<sup>73</sup> Araújo Mpungu. Mucombeze-Vanduzi, 25. 03. 2003; Mosca, 1999:38.

<sup>74</sup> Neves, 1999:154; Hedges e Rocha, 1999: 165.

<sup>75</sup> Neves, 1998:160/2.

<sup>76</sup> Basílio Sozinho Faustino Jorge. Púnguè Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003.

<sup>77</sup> Adam et al, 1981:68. Para mais detalhes, vide: apêndice 2.7.

produção agrícola melhoradas, uso de tractores, adubos, fertilizantes, etc. Com o regresso de moçambicanos da Rodésia do Sul, a partir da década 60 aumentou a concorrência de pequenos agricultores africanos capazes de utilizarem este conhecimento na produção e comercialização de milho (apêndice 1.5)<sup>78</sup>. Esta situação levou o Governo colonial a propor inovações capazes de comprar e armazenar uma maior parte da produção camponesa de milho (apêndice 2.4)<sup>79</sup>. Em Vanduzi foi construído um armazém com uma capacidade de 5.000 toneladas de milho num investimento de cerca de 10.000 contos em escudos<sup>80</sup>.

O milho armazenado em Vanduzi era produzido pelos colonos (brancos e negros) e o campesinato em geral, que a partir dos meados da década 60 até a altura da independência faziam parte da política de fomento agrário e de povoamento de Revué. A maior parte das terras férteis estavam distribuídas entre os colonos brancos (apêndice 1.7)<sup>81</sup>. Dos africanos que se destacaram no controlo de algumas terras férteis foram os mambos Púnguè e Chibata e alguns colonos negros, com cerca de 8 a 10 ha de terras para cada, como o régulo Araújo Púnguè<sup>82</sup>, refere que

''[...] existiam colonos negros nessa região como o Sr. Mutendera Braunde, António Cimento, Simeque Piri-Piri, Fernando Victor e seus irmãos, etc. Eles trabalhavam com a ajuda dos tractores do Grémio, na sacha, sementeira e comercialização. Vinham os carros de Grémio [...], são os que carregavam a produção que era armazenada aqui nos silos de Vanduzi sede, e mais tarde [...] era vendida em Chimoio e na Beira, só que o valor da venda era reduzido, 120 escudos cada saco de 90 kg de milho [...]''. ''

A integração dos africanos como agricultores (colonos) em Vanduzi foi através da concessão de créditos disponibilizados pelo Grémio, a título de empréstimos em cada época agrícola, em factores de produção (tractores na sacha, lavoura, sementeira e colheita, insumos agrários: sementes de milho, adubos, insecticidas, enxadas, catanas e sacos vazios, para além de transporte para a comercialização do milho), pagos no fim da campanha de comercialização agrícola. Enquanto que os colonos brancos eram facilitados pelo Grémio na compra desses factores de produção, pagando a hipoteca, isto também no

<sup>78</sup>Neves, 1998:169; Basílio Sozinho; Faustino Jorge; Inácio Muchaiabande. Púnguè Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003.

<sup>79</sup> III Plano de Fomento-Parte II-Relatório Sectoriais: Agricultura e Sivicultura: Tomo III-Milho-Trigo-Arroz- A Mandioca. Vol. I. Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique, [ s.d.], p. 349.

<sup>80</sup> III Plano de Fomento Para 1968-1973, 1968:161, 165, 168, 169 e 173.

<sup>81</sup> Alexander, 1996:117/8.

<sup>82</sup> Araújo Púnguè. Púnguè Sul. 27. 03. 2003.

fim de cada época agrícola. Contudo, ambos utilizavam a mão-de-obra sazonal local (homens, mulheres e crianças) na produção de milho, batata, girassol, feijão, algodão, tabaco e variedade de vegetais, exportados para Chimoio e Beira<sup>83</sup>, pagando baixos salários. Basílio Sozinho Faustino Jorge<sup>84</sup>,

“ [...] quando comecei a trabalhar na farma do colono Manuel da Silva [...] tinha cerca de sete (7) anos e recebia dois (2) escudos. [...], e depois aumentaram-me para dez (10) escudos. Em 1968 mudei e fui trabalhar para chefe Freita como empregado comercial, [...], já recebia trezentos e setenta (370) escudos. Na loja de Freita vendíamos sabão, óleo, açúcar, sal, roupas, enxadas, sementes, adubos, e outros produtos. Também comprávamos o milho dos camponeses por um (1) escudo a quilo, só que, o comerciante ‘muenhée’ (indiano) - Valley Ossoman, é que comprava grandes quantidades de milho dos camponeses e ia vender em Vila Pery, [...]”.

O aumento da exploração da mão-de-obra local e da produção agrícola deveu a existência de uma estrutura agrária mista em Vanduzi: uma agricultura colona parcialmente mecanizada e de produção familiar (sequeira) facilitada pela expansão da rede de estradas para a comercialização, aumentando o controlo do Governo colonial sobre a produção colona e do campesinato local e melhorando as condições sócio-económica das famílias rurais. Estes foram os resultados directos do I, II e do III Plano de Fomento em Vanduzi que significou o alargamento do mercado interno a partir da produção do campesinato e mecanização da economia pela preparação mental da população africana e torna-la receptível a extensão e diversificação da produção agrícola e industrial e outros serviços, o que permitiu o aumento da produção do campesinato e a sua progressiva integração na economia agrícola colonial, para fazer face aos planos previstos em 1968, onde o campesinato devia participar na redução das importações de produtos de consumo e aumentar as exportações na colónia e melhorar balanço de pagamento (apêndice 2.8), estrutura de produção agrícola que se manteve até ao advento da guerra de libertação na região de Manica, a partir de 1972 a 1974<sup>85</sup>.

A integração do campesinato de Vanduzi no mercado capitalista de trabalho e de acesso aos bens de consumo e factores de produção agrícola foi numa forma subalterna, o que constituía no tempo colonial a base de acumulação colonial do capital industrial, comercial e financeiro e a base do atraso da economia e da produção agrícola familiar<sup>86</sup>.

---

<sup>83</sup> Myers, 1993:43.

<sup>84</sup> Basílio Sozinho Jorge Faustino. Púnguè Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003.

<sup>85</sup> Neves, 1998: 152/6 e 193-195

<sup>86</sup> Neves, 1998: 194/5.

## 2.2. A crise da agricultura familiar em Vanduzi, 1974-1980

O enfraquecimento do sistema económico colonial em Moçambique teve o seu impacto nos finais dos anos 70 pela eliminação do poderio social e económico da minoria branca no país<sup>87</sup> e pelo desmantelamento da estrutura económica herdada<sup>88</sup>.

Em Vanduzi os colonos brancos já em 1974 tinham iniciado o processo de abandono as farmas<sup>89</sup>. Muitos deles refugiaram-se na Rodésia do Sul com a esperança de retomarem as suas actividades económicas e outros ficaram em Chimoio praticando o comércio formal com pouca esperança de reconciliação política com o novo Governo<sup>90</sup>. Também estes temiam as possíveis retaliações por parte dos moçambicanos no período pós independência, como Sr. Basílio Sozinho Faustino Jorge<sup>91</sup> explica:

“[...] a independência que conseguimos em 1975 significou muita coisa para nós [...]. Cada um começou a produzir onde quisesse, porque os farmeiros brancos e outros colonos negros que faziam mal a população começaram a abandonar as suas terras aqui em Vanduzi entre 1976/7. Eles sabiam que eram malfeitores e também tinham o conhecimento que as novas leis não admitiam a exploração do homem pelo homem [...] deixaram tudo e foram-se embora para Rodésia do Sul, principalmente, aqueles que eram conhecidos como malfeitores saíram com medo da repressão da população [...], mas outros como Sr. Joaquim Pina, Sr. Manuel Abreu, José Alberto Ribeiro saíram de Vanduzi foram para Chimoio e começaram a fazer outros negócios mais continuando aqui no país porque eram bons ‘zwickakas’”<sup>92</sup>.

O abandono maciço dos campos agrícolas pelos colonos marcou o início da crise agrária que se prolongou até 1980, como resultado da ruptura da estrutura agrária colonial<sup>93</sup>.

A estrutura produtiva do período pós independência não absorveu toda mão-de-obra que antes trabalhou nas farmas coloniais e nas minas e plantações rodesianas. O resultado, entre 1974/7 foi a redução da produção agrícola nacional em 43%, (-60%) no sector camponês, (-54%) no sector colonial e (-16%) nas plantações e o aumento da produção agrícola de subsistência familiar em (+13%)<sup>94</sup>.

<sup>87</sup> Darch e Hedges, [s.d], p. 2.

<sup>88</sup> Darch e Hedges, [s.d.], p.20; Mosca, 1999:40-47.

<sup>89</sup> Entre 1974/5 cerca de 185.000 portugueses dum total de 200.000 e outros proprietários não portugueses a nível do país tinham regressado a Portugal ou tinham refugiado na África do Sul, (Abrahamsson e Nilsson, 1994:36).

<sup>90</sup> Abrahamsson e Nilsson, 1994:36, Myers al al, 1993:6. Darch e Hedges, [s.d], p.1/2.

<sup>91</sup> Basílio Sozinho Faustino Jorge. Púnguè Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003.

<sup>92</sup> O termo “zwickaka” em língua tewe significa farmeiro ou fazendeiro.

<sup>93</sup> Rcal Casal. Vanduzi (sede), 25. 03. 2003; Júlio Bulande Kantitci. Púnguè Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003. Para uma síntese global da estrutura agrária colonial, vide: Wuyts, 1978:16; O’Laughlin, 1981:13.

<sup>94</sup> Castel-Branco, 1994: 46.

Em Vanduzi o campesinato local manteve a sua estratégia de produção para o consumo e a migração para as farmas Zimbabweanas, apesar do Governo entre o período de 1978-1980 procurou integrar os camponeses organizados em aldeias comunais a produzirem colectivamente, o que resultou num insucesso. O Sr. Ntchandjundja Ndalamandja Nhakanbuwa<sup>95</sup> explica o seguinte:

“ [...] a falência das cooperativas de produção nas aldeias comunais aqui em Vanduzi, entre 1979/80 deveu-se a ausência de entendimento entre os dirigentes e a população. [...] Ninguém sabia o destino e a quantidade produzida do milho na nossa cooperativa, podia ser vendida e comprar alguma coisa, construir uma escola, hospitais, lojas, [...], mas nada se fez como se prometia. As pessoas preferiram ir trabalhar nas suas machambas em vez de ir as machambas do Povo [...]. Outras [...] iam a Rodésia do Sul clandestinamente porque sabiam que o Governo não deixava e lá tinha muita coisa [...].

Por vezes a transferência “compulsiva” das populações rurais para os novos centros habitacionais (aldeias comunais) alterou a estrutura de produção familiar. Admitir que a estrutura produtiva familiar é a base do desenvolvimento da economia familiar nas zonas rurais, tendo em conta, ela “ [...] é a mais pequena unidade de produção, consumo e distribuição nas sociedades rurais africanas [...]”<sup>96</sup>, explica que, a produção familiar incluía, o local de trabalho, de convivência, de consumo (casa), de desenvolvimento de relações de produção a partir de linhagens e do parentesco no desenvolvimento da economia<sup>97</sup>. Todavia, a política de socialização do campo segundo este conceito estava desenquadrada e entrou em contradição consigo mesmo, quanto aos objectivos do Governo em acabar com a fome e a pobreza deixada pelo Governo português. O não financiamento “secundarização” da produção do campesinato, a principal força produtiva no país, em conexão com o problema de falta dos investimentos de capitais fixos, de insumos para rentabilizar as culturas e a extensão das áreas de produção e eliminar a dependência do GAPPO<sup>98</sup>, que em Vanduzi, funcionou em Unidades de Produção entre 1978-1980 e em 1981, como uma empresa estatal de base laboral sazonal e de baixas qualificações técnicas, marcaram o início da inoperância do PPI<sup>99</sup>.

A crise agrária que se prolongou até a década 80 deveu-se ao desmoronamento do Estado colonial, do abandono dos colonos no país, a retirada do campesinato na produção

<sup>95</sup> Ntchandjundja Ndalamandja Nhakanbuwa, Púnguè Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003

<sup>96</sup> Negrão, 2001: 17 e 270.

<sup>97</sup> Negrão, 2001: 271-278.

<sup>98</sup> Castelo-Branco, 1995:598-600; CEA, 1981:2, Abrahamsson e Nilsson, 1994:37; Casal, 1988:160/8).

<sup>99</sup> António Rodrigues; Rogério Mavanga, Chimoio, 18. 03. 2003; Mário dos Santos Armando, Chimoio, 19. 03. 2003; Pedro Claber, Sussudenga, 20.03. 2003.

socializante motivada pela incerteza do trabalho e da vida assalariada nas empresas estatais e cooperativas de produção dedicaram-se a produção de subsistência familiar<sup>100</sup>. Neste período em Vanduzi foi notória a deterioração da base produtiva e de comercialização do campesinato, ausência duma mão-de-obra assalariada nos sectores de trabalho, presença dum mercado fragmentado e estreito e roptura completa dos circuitos de comercialização e do abastecimento de bens de consumo e de factores de produção, baixo preço na comercialização agrícola, a fraqueza da extensão rural, a deterioração da base de acumulação do campesinato pela falta de investimento na agricultura familiar, a permanência do sector empresarial e estatal à dependência do trabalho sazonal<sup>101</sup>. Esta situação degradou a condição sócio-económica do campesinato, apesar de haver algumas soluções locais como o Sr. Alberto Manuel Ndzaiquira<sup>102</sup> explica que,

“[...] quando os colonos brancos começaram a abandonar as suas farmas aqui em Vanduzi em 1976, a população através de grupos dinamizadores procuram fazer aquilo que o falecido presidente Samora Machel dizia [...]. Ele aconselhava as pessoas a aumentarem a produção agrícola como base da vida, alimentação e economia familiar. Quando os brancos saíram [...] tivemos certos problemas de falta de produtos industriais como: roupa, produtos alimentares, sabão e outros, mas mais tarde tudo ficou mais ou menos, só que chegou piorar quando começou a guerra entre o Governo e a RENAMO nos anos 80 aqui na zona [...]”.

Portanto, a crise mostrou a necessidade urgente de transformar a força e a capacidade de acumulação do campesinato na base agrícola com os mercados de trabalho e de bens. Reestruturar a produção e os mercados para facilitar a integração do campesinato no sector empresarial. Política que o Governo a partir de 1980 tentou implementar sem grandes sucessos<sup>103</sup>. Para os camponeses de Vanduzi, a independência significou posse de todas as benfeitorias que não tinham conseguido durante o período colonial. O “ [...] direito a terra por exemplo, aumentou o argumento de que a vitória da luta armada lhes dava o direito de acesso automático à terra [...]”<sup>104</sup> usurpada no período colonial, só que as nacionalizações e a política de socialização do campo<sup>105</sup> em Vanduzi retiraram esse sonho aos camponeses a partir de 1980 com o início da produção agrícola estatal<sup>106</sup>.

<sup>100</sup> Castel-Branco, 1994: 49-51; Wuyts, 1978:41.

<sup>101</sup> Nelson Fole. Mucombezi-Vanduzi, 28. 03. 2003; Enesse Mequissene Matsipissa. Chimuanandimai-Vanduzi, 02. 04. 2003.

<sup>102</sup> Alberto Manuel Ndzaiquira. Selva-Vanduzi, 31. 03. 2004.

<sup>103</sup> Castel-Branco, 1994:50/1.

<sup>104</sup> Valá, 2003:90.

<sup>105</sup> O termo “ socializar a terra” significava a extensão e a consolidação do sector estatal e a cooperativização da produção familiar fazendo com que haja uma interação entre o sector industria e agrícola. A agricultura garantisse a alimentação às populações e matérias primas as indústrias e estas por sua

### 2.3. A Agricultura Familiar em Transição em Vanduzi: da agricultura planificada à agricultura de mercado, 1980-1987

Com as linhas orientadoras do III Congresso da FRELIMO em 1977 e a aprovação do PPI<sup>107</sup> em 1980, as regiões de Chimoio, Angónia, Mossurize, Alta Zambézia, Niassa e o vale do Limpopo e Incomati foram definidas como as principais áreas de produção de milho no país, e até 1980 deviam produzir cerca de 50.000 toneladas de milho<sup>108</sup>.

Em 1983 o 4º Congresso da FRELIMO avaliou os resultados do PPI e reconheceu o fracasso do projecto<sup>109</sup>, apesar de ter constatado um aumento em 8.8% na agricultura, 13.7% na indústria e 55% no sector estatal e familiar<sup>110</sup> e outras áreas sócio-económicas<sup>111</sup>. A produção do milho comercializado a nível nacional aumentou de 34.000 ton. em 1977 para e 78.300 ton. em 1981<sup>112</sup>. As agressões do Governo Rodesiano em conexão com a MNR (1976-1980), do Apartheid (1981-1984), da RENAMO (a partir de 1980) e a seca de 1982 foram alguns factores que retardaram a produção agrícola nos primeiros anos da independência no país<sup>113</sup>. Apesar do ano de 1981 ter registado maior índice da produção agrícola comercializada<sup>114</sup>, em 1982 havia decaído em 8% como reflexo directo da seca e dos ataques da RENAMO<sup>115</sup>. Dai que as metas de produção de milho foram fixadas entre 155.000 a 165.000 ton. com um rendimento médio nacional de 2,5 a 2,8 ton./ha. Para a compra do milho familiar, as metas variavam entre 55.000 a 60.000 ton. por ano, actividade responsabilizada às lojas do povo criadas nos meados de 1976<sup>116</sup>, que em

---

vez fornecessem produtos alimentares e factores de produção às populações para o desenvolvimento da agricultura. Assim, a socialização do campo implicava não meramente o alargamento da base económica produtiva, mas a reordenação das relações de classe, como um processo de transformação a partir de velhas formas de produção para novas, (CEA, 1981:2 e 4).

<sup>106</sup> Feniassa Manchuri. Selva-Vanduzi, 31. 03. 2003.

<sup>107</sup> O PPI tinha como objectivos: eliminar o subdesenvolvimento herdado do colonialismo português em dez anos a partir da colectivização do campo, industrialização e formação de técnicos e quadros nacionais. Resolver a debilidade estrutural da economia nacional e do seu potencial não aproveitado durante o período colonial e pós colonial, envolver todas as populações na reconstrução de Moçambique independente e afirmar o modelo socialista económico da União Soviética na perspectiva de fazer parte da CAME, (Castelo-Branco, 1995:598-600; CEA, 1981:2, Abrahamsson e Nilsson, 1994:37; Casal, 1988:160/8).

<sup>108</sup> Frelimo, [s.d.] p. 36/7.

<sup>109</sup> Covane, 2001:263; Simão, 2001:25/6.

<sup>110</sup> Frelimo, 1983:5/7.

<sup>111</sup> Abrahamsson e Nilsson, 1994:44.

<sup>112</sup> Frelimo, 1983:12.

<sup>113</sup> Tahjú, 1988: 13-18, 19/22; Frelimo, 1983:14/5; Covane, 2001: 237.

<sup>114</sup> Segundo Egerõ (1992:108), o índice da produção agrícola de milho comercializado a nível nacional em 1979 foi de 66 mil toneladas, e em 1981 aumento para 78,3 mil toneladas tendo decrescido para 55, 8 mil toneladas de milho comercializado em 1983.

<sup>115</sup> Frelimo, 1983:15/7; Mosca, 1999:112.

<sup>116</sup> Frelimo, 1983:34 e 40/1.



Vanduzi funcionaram entre 1978 a 1984<sup>117</sup>. Os preços dos produtos da primeira necessidade aplicados nestas lojas eram fixos<sup>118</sup>, a estrutura de produção agrícola em Vanduzi na empresa era mecanizada enquanto que o campesinato produzia sobre o uso de instrumentos rudimentares nas cooperativas de produção<sup>119</sup>.

### 2.3.1. O significado do intervencionamento<sup>120</sup> do Estado nas farmas coloniais na agricultura familiar em Vanduzi, 1980-1987

O abandono dos colonos às farmas e a diminuição da produção agrícola a partir de 1974 fez com que o Estado interviesse nelas, a partir de 1977, no quadro geral das nacionalizações das áreas económicas, de modo a garantir o desenvolvimento económico e a materialização da execução do poder popular<sup>121</sup>. O plano de desenvolvimento agrário estatal definido pelo 3º Congresso em 1977 permitiu a reformulação da lei de terra de 1975, com a publicação da lei nº 6/79, de 3 de Julho, que passou a atribuiu um estatuto legal às empresas estatais agrícolas e as cooperativas de produção sobre o uso e aproveitamento gratuito e definitivo da terra<sup>122</sup>. Onde a atribuição do título de terra às empresas estatais e cooperativas de produção, não respeitou o sistema costumeiro de posse de terra, porque as cooperativas de produção e as machambas estatais substituíram às antigas farmas portuguesas e os grupos dinamizadores, às autoridades locais. As redes locais de posse de terra continuaram a funcionar a margem do estabelecido<sup>123</sup>.

O abandono dos colonos às farmas agrícolas em Vanduzi iniciou em 1976 até 1978. A partir de 1978 foram intervencionadas pelo Estado cerca de 7.677ha de farmas

<sup>117</sup> Carlos Magoche. Belas-Vanduzi, 01. 04. 2003.

<sup>118</sup> Frelimo, [s.d.], p. 64.

<sup>119</sup> As cooperativas de produção foram as bases de condução da força produtiva estatal e do melhoramento técnico do campesinato no desenvolvimento agrícola e económico do país, (O'Laughlin, 1981:19). Segundo o autor, tinha sido dado um passo na transformação das relações entre o Estado e o campesinato, porque as cooperativas integrariam o campesinato no processo de planificação socialista e forneceriam a base produtiva para as aldeias comunais e, desta forma, moldar uma nova estrutura produtiva e organizacional necessária na implementação da política de socialização do campo, (O'Laughlin, 1981:20).

<sup>120</sup> O intervencionamento do Estado nas antigas empresas e farmas agrícolas coloniais tinha como objectivo de reduzir os custos e facilitar o desenvolvimento das actividades económicas e sociais dos agentes privados ou estatais, principalmente nas zonas rurais (Cardoso, 1993:38).

<sup>121</sup> A partir de 1975 a terra já era propriedade do Estado, com objectivo de torna-la o centro do "poder popular" partilhado por todos [...], era necessário [...] um carácter colectivo ou democrático, de modo que o poder do Estado, se identificasse com o "poder do povo" no sentido de participação do povo na tomada das grandes decisões da nação (Egerô, 1992:43/4).

<sup>122</sup> R.P.M, [s.d], p.3-5; Myers, 1993:10.

<sup>123</sup> Feniassé Manchuri. Selva-Vanduzi, 31. 03. 2003; Myers, 1993: 10.

abandonadas<sup>124</sup> pelos colonos desesperados pela possível reconciliação com o novo Governo<sup>125</sup>. A política de intervencionamento do Estado em Vanduzi teve dois significados: primeiro, o Estado procurou manter as farmas em funcionamento com os seus legítimos proprietários, (apêndice 3.3)<sup>126</sup>. Segundo, ocupou as farmas abandonadas e as que estavam nas zonas de irrigação e planificou para a instalação da empresa estatal agrícola de Vanduzi<sup>127</sup>.

O funcionamento das empresas estatais e as cooperativas de produção dependiam dos créditos disponibilizados pelo BPD, onde cerca de 90% do crédito era direccionado às empresas estatais e 2 % às cooperativas de produção<sup>128</sup>. Esta política secundarizava a produção familiar e privada<sup>129</sup>. Consequentemente, a produção do sector privado na província de Manica entre 1977-1985 baixou (apêndice 3.4)<sup>130</sup>.

No período colonial a produção privada dependia dos créditos disponibilizados pelo GLPDMS<sup>131</sup> que até 1978 foi integrado no GAPPO<sup>132</sup>, que passou a controlar a produção agrícola em Unidades de Produção (UP), até a formação das empresas estatais agrícolas de Manica em 1980<sup>133</sup>, sob a assistência da Mekanagro<sup>134</sup>. Manica coube-lhe cerca de 80.000ha distribuídos entre as empresas agrícolas que exploravam menos do

<sup>124</sup> Os colonos que tinham abandonado as suas farmas foram: António Rodrigues Nogueira (1.175 ha), Joaquim Pina (1000 ha), José Afonso Ribeiro (1.502 ha), F. L. Simões, António Nogueira e a Quinta Delfina Primeira e Segunda (2.000 ha), Herdade Hermínia e Joaquim Pina (2.000 ha); (Myers, 1993: 9, 42/3; CEA, Cx. 127/B, República de Moçambique, 1995: 4.).

<sup>125</sup> William Machundhatadzi. Púnguê-Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003; Abrahamsson e Nilsson, 1998: 36/8; Rita-Ferreira, 1988: 145/6.

<sup>126</sup> Myers, 1993:53.

<sup>127</sup> Myers, 1993 : 42/3.

<sup>128</sup> Mosca, 1999:99 e 135.

<sup>129</sup> Depois da independência em Moçambique, o sector privado reduziu drasticamente a sua importância. Porque, a actividade empresarial foi administrativamente dificultada e politicamente hostilizada. A figura do empresário foi comparado com a do patrão-explorador. As relações Estado-empresariado, empregado-patrão e sociedade-actividade privada, eram muito diferenciadas e hostilizadas (Mosca, 1999: 134/5).

<sup>130</sup> GTZ-MAP, 1987:20/1.

<sup>131</sup> Rodrigues Mavanga. Chimoio, 18.03.2003; Mário dos Santos Armando. Chimoio, 19.03.2003.

<sup>132</sup> GAPPO foi um gabinete de apoio a produção agrícola, com uma gestão administrativa centralizada, principalmente a nível das províncias desempenhando as funções de planificação, programação da produção e comercialização, aprovisionamento de recursos, dos créditos à investir, da administração e gestão de todas as unidades de produção, (Mosca, 1999:118/9).

<sup>133</sup> Unidades de Produção eram áreas agro-pecuárias que compunham o GAPPO como a de Vanduzi, Gondola, Mutambarico e Sussundenga. Estas executavam os planos agrários definidos a nível do Governo central (Mosca, 1999:120).

<sup>134</sup> Mekanagro- empresa de mecanização agrícola, que tinha funções de aluguer e de assistência técnica às UP. Estas ocupavam cerca de 400.000ha de terras, espalhadas nas províncias de Cabo Delgado e Niassa sob o financiamento da Roménia, 120.000ha na província de Manica e Niassa sob o financiamento da ex-RDA e 300.000 ha no vale de Limpopo com a cooperação da Bélgica e a União Soviética<sup>134</sup> inculcando Zambézia e Tete (Mosca, 1999:146; João Siquice Macicana. Chimoio, 18. 03. 2003).

previsto. A de Gondola explorou cerca de 1.600ha; a de Sussundenga, 4.468 ha; a de Mutambarico, 1.500 ha e a de Vanduzi, explorou cerca de 8.000ha e até 1989 tinha menos de 3.254ha<sup>135</sup>.

A Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi (EEAV) foi fundada em 1981, e até 1989 encarava dificuldades financeiras<sup>136</sup>. Entre 1977-1981 o investimento nacional das empresas agrícolas foi de 50.000.000 libras<sup>137</sup>. Para a de Vanduzi, o valor calculado em meticais foi de 169.693 contos, cultivando menos de 7.677ha de terras entre 1981-1987<sup>138</sup>, (apêndice 3.5 e 3.6)<sup>139</sup>. Portanto, dos 8.000ha de terras previstos a empresa só explorou 59,97% (1981) decrescendo em 8,86 % nas campanhas de 1984/5 e teve uma ligeira subida nas campanhas de 1986/7 em 14,56% da área cultivada<sup>140</sup>. No entanto, a produção e a produtividade da empresa decrescia (apêndice 3.7)<sup>141</sup>.

Os rendimentos por hectare estavam a menos dos 50% previsto no PPI (2,5 a 2,8 ton./ha). Há vários factores que explicam este decréscimo que são: primeiro, porque a empresa não conseguia cumprir com as metas de produção por cada campanha agrícola definida pelo Governo central, porque estavam além das suas capacidades produtivas. Segundo, porque o circuito bancário e de aquisição de acessórios das máquinas agrícolas era lento, fechado e moroso<sup>142</sup>. Apesar da empresa ter um número considerável de máquinas agrícolas até 1983, cerca de 50% do seu equipamento agrícola estava destruído devido a guerra ou porque estava em mau estado de funcionamento e com a falta de técnicos qualificados. Por outro lado, apresentava excesso de mão-de-obra no seu funcionamento, o que acarretava custos adicionais á empresa, como explica o nosso entrevistado Sr. João Siquice Macicana<sup>143</sup> que,

---

<sup>135</sup> Santos Savaio. Sussundenga, 20. 03. 2003; António Lobrigues. Chimoio, 18. 03. 2003; GTZ-MAP, 1987:17; Myers, 1993: 6.

<sup>136</sup> Lobrigues Mavanga; António Lobrigues. Chimoio, 18. 03. 2003.

<sup>137</sup> Myers, 1993:10.

<sup>138</sup> Myers, 1993:42/3.

<sup>139</sup> Myers, 1993:46/8.

<sup>140</sup> Myers, 1993:46/7.

<sup>141</sup> Myers, 1993: 46/7.

<sup>142</sup> Santos Savaio. Sussundenga, 20. 03. 2003; António Lobrigues. Chimoio, 18. 03. 2003; Mosca, 1999:120.

<sup>143</sup> João Siquice Macicana. Chimoio. 18. 03. 2003.

''[...] as empresas estatais agrárias de Manica funcionavam no âmbito do plano estatal central e da economia de guerra. Pelo menos mais de 90% da produção eram todas operações mecanizadas. Por exemplo, só em Vanduzi nós tínhamos cerca de 39 tractores e uma média de 27 máquinas autocombinadas, para além de equipamentos de sanidade. [...] então [...], só para ver que era uma estrutura agrícola mecanizada, mas para além da maquinaria tinha muita mão-de-obra. Porque, as empresas estatais foram muito mais sociais que económicas. Pois, tinham sido criadas no âmbito social. Quer dizer, rentabilizávamos com as máquinas para além da mão-de-obra como forma de não mandar embora as pessoas [...]''.

De facto, o excesso de trabalhadores<sup>144</sup> contratados acima das necessidades produtivas da empresa, a fraca capacidade de pagar salários a partir dos fundos internos e o papel social que a empresa tinha em vender, parte da sua produção agrícola às comunidades a preços fixos e baixos, na tentativa de cumprir com os planos de socialização do campo, influenciaram nos baixos rendimentos da empresa. Também a política de África do Sul, em desestabilizar os Corredores da região central do país em conexão com os ataques da RENAMO às máquinas agrícolas nos campos de produção, entre 1983/8 (apêndice 1.9)<sup>145</sup>, reduziram drasticamente as capacidades produtivas da empresa. Consequentemente, a empresa não conseguia reembolsar os créditos concedidos pelo BPD (apêndice 3.5 e 3.7)<sup>146</sup>.

Na tentativa de responder as preocupações da política de socialização do campo e do desemprego, a empresa até 1987 tinha mais de 360 trabalhadores efectivos para além de contratados e familiares dos trabalhadores. A continuidade de produção nos blocos agrários da empresa ao redor da sede do posto, a partir de 1983, e a existência de milícias da empresa (cerca de 35) fizeram de Vanduzi um centro de acolhimento de refugiados/deslocados de guerra à procura de segurança<sup>147</sup>. Visto que socialmente a empresa garantia a sobrevivência da população. Por exemplo, no sector da comercialização, os trabalhadores e a população local no período de 1977 a 1989 compravam produtos alimentares na cooperativa da empresa para além do acesso aos

<sup>144</sup> Os trabalhadores efectivos da empresa recebiam salários a partir dos fundos do orçamento geral do estado alocado à empresa. Para o caso dos trabalhadores contratados ou sazonais, os seus salários eram pagos em dinheiro ou em produtos, vindos dos rendimentos próprios da empresa.

<sup>145</sup> Egerô, 1992:109/110, Abrahasson e Nilsson, 1992:45/8; Tajú, 1988:19, 25/8.

<sup>146</sup> Pedro Claber. Sussundenga, 20. 03. 2003; Rogério Mavanga. Chimoio, 18. 03. 2003; Mosca, 1999:222/3; Myers, 1993:46/48.

<sup>147</sup> O termo segurança queremos referir a protecção militar face a guerra entre o Governo e a RENAMO, o acesso a terra para a prática de agricultura e oportunidades de trabalho sazonal na Empresa Estatal Agrária de Vanduzi, (Rogério Mavanga. Chimoio, 18. 03. 2003; Pedro Claber, Sussundenga, 20. 03. 2003; DPAM. ''Balança da Força de Trabalho Permanente''; Empresa Estatal de Vanduzi: Campanha, 1988/89; Myers, 1993:45).

produtos agrícolas comercializados a preços subsidiados e o fornecimento de insumos agrícolas e sementes. Nos períodos de lavoura, sacha e colheita beneficiavam do emprego sazonal e em troca recebiam produtos alimentares (milho, batata, repolho, etc) e dinheiro (250, 00mt)<sup>148</sup>.

A produção da empresa no geral era comercializada sob o controlo do GAPPO, a partir dos seus armazéns em Chimoio para o resto da província. Devido a política centralizada, a empresa nunca chegou a ter o registo total do rendimento anual da sua produção comercializada para colmatar as pequenas despesas internas. Pois, todas as empresas estatais dependiam das requisições feitas ao BPD, situação que só alterou no período de introdução do PRE no país<sup>149</sup>.

A introdução do PRE em 1987 iniciou um processo de privatização das empresas estatais, e como forma de retirar-las da crise provocada pela fraca capacidade de gestão administrativa, ausência da amortização dos créditos disponibilizados pelo BPD, a falta de técnicos e quadros qualificados para garantir a eficiência na produção e produtividade, imposição de metas de produção pelo Governo central fora das capacidades produtivas da empresa, obrigava a realização de sementeiras de milho fora da época ou por vezes com dois meses de antecedência, como o Sr. Pedro Claber<sup>150</sup> explica que,

“[...] entre 1983/8 [...] dentro da planificação do Governo Central a nossa capacidade para dar resposta em termos da maquinaria, já não correspondia. Primeiro porque tínhamos uma mão-de-obra excessiva que empregávamos face a fome, guerra e seca. Segundo, porque tínhamos que cumprir com as metas de produção definidas a nível do Governo Central. [...]. Por isso, para cumprirmos as metas tínhamos que lutar [...], iniciávamos a sementeira dois meses de antecedência ou prolongávamos o período da sementeira. O que não era bom para a produção da cultura de milho por exemplo [...]”.

Quando o PRE foi introduzido em Moçambique em 1987 encontrou a Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi sem bases de sustentabilidade para se integrar na política económica de auto-suficiência e na economia de mercado. O que fez com que, em 1989, fosse declarada falência da empresa, e em 1991 deixou de existir o que provocou o desespero por parte dos trabalhadores e o campesinato que se beneficiavam da sua produção<sup>151</sup>.

<sup>148</sup> Rogério Mavanga. Chimoio, 18. 03. 03.

<sup>149</sup> Pedro Claber. Sussundenga, 20. 03. 03.

<sup>150</sup> Pedro Claber. Sussundenga, 20. 03. 2003.

<sup>151</sup> DPAM. “Plano de Financiamento de Empresa Estatal de Vanduzi, 1989”, ( apêndice 3.14).

Face a esta nova estrutura económico, as famílias rurais de Vanduzi integraram-se na economia de mercado que o PRE proporcionava, com o comércio informal e fronteiriço como estratégia de sobrevivência perante a continuidade da guerra e do aumento do custo de vida na região<sup>152</sup>.

### 2.3.2. A mão-de-obra da empresa e o seu impacto na economia familiar em Vanduzi

Durante todo o regime colonial, a preocupação do sistema económico instalado era controlar a mão-de-obra moçambicana e orienta-la a tipos de culturas a produzir para além de mante-la dependente da economia de prestação de serviços nas farmas coloniais e como reserva de mão-de-obra para Rodésia do Sul e a África do Sul<sup>153</sup>. A preocupação do Estado moçambicano no pós independência foi de alterar esta estrutura económica<sup>154</sup>. A via seguida pelo Estado foi de instalar a base de desenvolvimento a partir da socialização económica<sup>155</sup>.

Os pilares da política de socialização eram as empresas estatais e a população organizada em aldeias comunais<sup>156</sup>. Em Vanduzi, os aldeamentos<sup>157</sup> iniciaram em 1970 no contexto da guerra de libertação<sup>158</sup>.

Portanto, as formas de utilização da mão-de-obra camponesa em Vanduzi alteraram no sentido político (de trabalho não coercivo ou de mobilização política)<sup>159</sup>. No período colonial, o uso de trabalhadores efectivos e permanentes nas farmas era a uma escala reduzida quando comparado com o número de trabalhadores sazonais ou contratados, que para os capitalistas minimizavam os custos de produção, principalmente quanto a

<sup>152</sup> Alberto Luís. Belas-Vanduzi, Augusto Raera Caféina, Carlos Magoche, Fabião Javas, Ngaua Nherezerani, Ningane Alberto Tomas, Queface Tembe. Belas-Vanduzi, 01. 04. 2003.

<sup>153</sup> O'Laughlin, 1981:17.

<sup>154</sup> O'Laughlin, 1981:24/5.

<sup>155</sup> Wuyts, 1981:38.

<sup>156</sup> "Aldeia comunal era qualquer ordenamento concentrado da população sob o apoio do Governo com objectivo de melhorar os serviços de saúde, educação e venda dos produtos industriais e factores de produção à população, proteger e impedi-la de apoiar a RENAMO e garantir a mão-de-obra às empresas estatais agrícolas (AHM-FCNAC, Cx. AC/56, MA. "Comissão das Aldeias Comunais: Criação da Base Económica e Sólida Garantirá Melhoria da Vida da População; Alexander, 1994:11/4; Myers, 1993:50; Casal, 1991:54; Mosca, 1999: 126 e 137).

<sup>157</sup> No período colonial a formação dos aldeamentos era uma estratégia de antecipar a recepção da guerrilha da FRELIMO e afasta-la da ajuda populacional. Também serviram como política e estratégia de desenvolvimento económico. Porque o lugar de instalação dum aldeamento tinha que possuir condições mínimas: recursos hídricos, terras férteis para a prática de agricultura e vias de acesso para fazer fácil o controlo das populações, no sentido defensivo do avanço da guerra de libertação nacional (Borges-Coelho, 1993:216).

<sup>158</sup> Myers, 1993:50.

<sup>159</sup> O'Laughlin, 1996:21/2.

utilização da mão-de-obra infantil, que ganhava como vencimento mensal 30,\$00 escudos<sup>160</sup>.

A política de trabalho no pós colonial pautava por uma mão-de-obra efectiva e de trabalhadores contratados adultos (homens e mulheres). No caso da EEAV manteve essa escala acrescida pela utilização da mão-de-obra sazonal nos momentos de maior procura: lavoura, sacha, sementeira e colheita<sup>161</sup>. Nestes períodos, a empresa tinha grandes apoios das estruturas administrativas na mobilização das comunidades aldeãs e jovens apartir das direcções das escolas (nos fins de semana), o seu envolvimento no trabalho colectivo (vulgo trabalho voluntário)<sup>162</sup>. Essas actividades junto às comunidades tinham duas funções a destacar: ajudar a empresa nas actividades de sementeira, sacha, colheita e inculir nas comunidades em geral, e em particular, nos mais jovens, o espírito do trabalho colectivo, como forma de fazer passar a política governativa da época<sup>163</sup>. Apesar de que, a preocupação do Governo nesta altura era de libertar na agricultura, o uso da força de mão-de-obra sazonal, para um tipo industrial, sem no entanto criar o desemprego ao longo do processo de transformação<sup>164</sup>.

Esta política laboral deu duas oportunidades ao campesinato de Vanduzi: prestação de serviço na empresa e nas cooperativas de produção<sup>165</sup>. As condições de trabalho, de alojamento e alimentação dos trabalhadores eram na maioria dos casos precárias (apêndice 3.17 e 3.18)<sup>166</sup>, mas melhores quanto comparados com as das empresas estatais açucareiras e os trabalhos canavieiros, onde a característica habitacional dos trabalhadores são os acampamentos e cozinhas comuns<sup>167</sup>. Nos (apêndices 3.17 e 3.18) podemos verificar que até 1989, o ano da falência da empresa, o número total dos trabalhadores

---

<sup>160</sup> Neves, 1998:205/6.

<sup>161</sup> Rogério Mavanga. Entrevista. Chimoio, 18. 03. 2003, Pedro Claber. Entrevista. Sussundenga, 20. 03. 2003; O'Laughlin, 1996:22/3; Wuyts, 1981:43.

<sup>162</sup> Mandlate, 2004: 36).

<sup>163</sup> João Siquice Macicana, Rogério Mavanga. Chimoio, 18.03.2003; Santos Savaio, Pedro Claber. Sussundenga, 20.03.2003;

<sup>164</sup> Wuyts, 1981:44.

<sup>165</sup> Augusto Raeca Cafaina. Entrevista, Bclas-Vanduzi, 10. 03. 2003; Mosca, 1999:131.

<sup>166</sup> Jaime Vasco Emausse. Entrevista, Sussundenga, 03. 03. 2003; DPAM. "Carta Tecnológica de Milho Sequeiro 450 Ha": Campanha 1988/9. DPAM. "Plano de Despesas de 1989"; DPAM. "Escalonamento Mensal de Receitas. Campanha de 1988/9".

<sup>167</sup> Mandlate, 2004:10, 19, 22, 47/8.

tendia a decrescer em 21% em relação ao ano de 1987, sem incluirmos os 35 trabalhadores (milicianos) e 93 (agro-pecuários) que a empresa tinha até a sua falência em 1989<sup>168</sup>.

Os salários pagos aos trabalhadores diferiam dum sector para outro<sup>169</sup>. No sector agrícola, o salário dum técnico médio agrário era de 33.950,00mt, o básico era de 26.260,00mt, auxiliar técnico agrário recebia cerca de 21.475,00mt. O chefe da Brigada, recebia 50.000,00mt, operador de motobomba recebia 10.000,00mt, operador de máquina autocombinada recebia 13.000,00mt, tratorista recebia 11.950,00mt, um operador agrícola recebia 9.045,00mt e um simples trabalhador segundo o decreto 4/80 recebia 2.800,00mt e a tabela de salários mensais definida para os trabalhadores sazonais era de 250,00mt<sup>170</sup>.

Comparando o salário mensal dum operador agrícola e o custo de 1kg de milho vendido na empresa a 112,5mt por quilo, o vencimento do trabalhador só bastava para comprar 80kg de milho, e não tinha como comprar outros produtos de primeira necessidade para a sua família. Os baixos salários pagos aos trabalhadores eram colmatados por outros benefícios económicos e sociais que a empresa concedia como: compra de diversos produtos agrícolas da empresa e industriais de primeira necessidade a preços baixos e garantia a formação dos trabalhadores<sup>171</sup>, para além das estratégias locais de sobrevivência<sup>172</sup>.

A introdução do PRE em 1987 fez com que as empresas estatais mudassem as estruturas administrativas e de produção. Foi incutida uma auto-administração como forma de saírem da crise. Isto significou a dispensa da mão-de-obra efectiva e sazonal, a perda da importância na oferta de produtos agrícolas e a drenagem do crédito do sector estatal para privado o que levou a empresa a produzir culturas de exportação (algodão, tabaco e girassol) mas mantendo a produção do milho para comercialização e para o consumo dos trabalhadores<sup>173</sup>.

Estas alterações reflectiram-se na degradação da condição social e económica das famílias rurais de Vanduzi, que faziam da empresa fonte de obtenção de dinheiro através

---

<sup>168</sup> DPAM. " Balanço da Força de Trabalho Permanente " : Empresa Estatal Agrária de Vanduzi. Campanha de 1988/89.

<sup>169</sup> Adam e Cruz e Silva, 1989:13.

<sup>170</sup> Rogério Mavanga. Entrevista. Chimoio, 18. 03. 03; DPAM. " Balanço da Força de Trabalho Permanente " : Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi. Campanha de 1988/89.

<sup>171</sup> DPAM. Empresa Estatal Agrária de Vanduzi. Plano de Alfabetização, Escolarização e Formação Profissional. Manica, 1989.

<sup>172</sup> DPAM. Empresa Estatal de Vanduzi. Plano de Receitas, 1989.

<sup>173</sup> António Lodrigues. Chimoio, 18. 03. 2003; Mosca, 1992:54/5.



do trabalho sazonal ganhando cerca de 250.00mt por mês e produtos agrícolas: milho, batata, feijões e outros para além dos produtos de primeira necessidade: sabão, açúcar, sal, óleo, etc., adquiridos nas cooperativas da empresa<sup>174</sup>.

A partir de 1991 a EEAV encerrou as suas portas, e as suas terras foram distribuídas entre os antigos combatentes, os trabalhadores e a população no geral. As maquinarias foram vendidas aos antigos combatentes e outros privados interessados. Estas mudanças lesaram a economia familiar e obrigaram que as famílias rurais buscassem novas estratégias de produção agrícola perante as mudanças da economia do mercado<sup>175</sup>.

### **2.3.3. Mudanças na agricultura familiar em Vanduzi: da agricultura planificada à agricultura de mercado, 1980/87**

A instalação da EEAV não significou absorção de toda população de Vanduzi ao trabalho na sazonal na empresa, mas estava integrada na produção colectiva<sup>176</sup> e com direito de terras que não excediam ½ha nas regiões de regadio e 1ha nas regiões de sequeiro<sup>177</sup>. Nesta parte o trabalho procura perceber como é que as prioridades do PPI<sup>178</sup> reflectiram na produção de milho no campesinato, que continuava a produzir na base dos padrões anteriores à independência: de acesso a terras marginais e sem direito costumeiro de posse de terra, o que aumentou a insegurança na produção agrícola e na alimentação<sup>179</sup>.

As cooperativas de produção em Vanduzi funcionaram entre 1978 a 1980, sob as condições dos camponeses e com baixos rendimentos (apêndice 3.8)<sup>180</sup> e com pouca aderência da população, devido a má gestão da produção, caracterizada por Sr. Basílio Sozinho Faustino Jorge<sup>181</sup>:

<sup>174</sup> Santos Savaio. Sussundenga, 20. 03. 2003; Zeca Johane Silva. Vanduzi, 31. 03. 2003.

<sup>175</sup> António Lodrigues, Rogério Mavanga. Chimoio, 18. 03. 2003; Alexander, 1994:20/1.

<sup>176</sup> As cooperativas de produção agrícolas eram consideradas instrumentos de socialização do campo. Até 1980, elas eram a base da economia familiar e de adesão voluntária sem o domínio do individualismo na produção agrícola, (Muthemba, 1998:22; Casal, 1998:178-184).

<sup>177</sup> Júlio Bulande Kanctitci. Entrevista, Púngué Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003; Casal, 1991:58; Myers, 1996:36; Mosca, 1999:138.

<sup>178</sup> As prioridades do PPI estavam viradas para o desenvolvimento da produção familiar organizada em aldeias comunais e cooperativas de produção como factores determinantes no combate a pobreza, a discriminação social e facilitar o funcionamento do novo sistema administrativo. Por isso era necessário eliminar a produção familiar " individualista " para colectiva. Planos iniciados na década 80 e previstos para um período de dez anos. Portanto, estes planos provocaram conflitos entre as empresas estatais agrícolas e as famílias rurais na posse de terras agrícolas, (Covane, 2001:256-257).

<sup>179</sup> Alexander, 1994:24/6.

<sup>180</sup> Zeca Johane. Vanduzi, 31. 03. 2003; Ngoua Nherezerani. Belas-Vanduzi, 01. 04. 2003; Rodolfo Cândido. Chimoio, 14. 03. 2003; Alberto Luís. Belas-Vanduzi, 01. 04. 2003; GTZ-MAP, 1987:2.

<sup>181</sup> Basílio Sizinho Faustino Jorge. Vanduzi-Sede. 27. 03. 2003.

“ [...] no início tínhamos machamba de povo a quando a proclamação da independência, [...], mas não levou muito tempo. [...], tínhamos uma loja de povo que não funcionou [...], porque não havia uma cooperação, um entendimento. [...], o dinheiro era comido com esses dirigentes que não o encaminhavam para o desenvolvimento das actividades da cooperativa [...] ”.

No entanto, os problemas de má gestão tiveram três causas básicas: primeira, a da estrutura económica colonial que deixou o campesinato sem noção ou experiência de organização e gestão colectiva que pudesse servir de base na implementação da política de socialização do campo. A segunda, a das novas estruturas administrativas (secretários dos bairros e grupos dinamizadores), que não foram transparentes no encaminhamento dos rendimentos das cooperativas. A última, está ligada a forma como foram instaladas as aldeias comunais, que obedeceram uma estrutura de “cima” para baixo sem respeitar a tomada de consciência de base, das comunidades<sup>182</sup>. Daí que as cooperativas de produção para o campesinato de Vanduzi surgiram como a terceira opção de trabalho não assalariado e voluntário sem rendimentos esperados<sup>183</sup>. Por isso preferiam o emprego sazonal na EEAV para além de cuidarem das suas machambas<sup>184</sup>.

Para além da má gestão, a intensificação dos ataques da RENAMO a partir de 1983, enfraqueceram ainda mais a produção das cooperativas e das aldeias comunais, salvo aquelas que estavam ao redor da sede do posto e as regiões de Púnguè Sul e Selva sob a protecção das milícias da empresa e dos militares<sup>185</sup>. Pois, até 1981 o distrito de Gondola e Manica tinham cerca de 32 lojas do povo, 62 cooperativas agrícolas, das quais 14 até 1983 estavam paralisadas devido a intensificação da guerra. De 1983-1984, cerca de 85% das cooperativas no distrito de Manica tinham fechado<sup>186</sup>. Em Vanduzi, estava em funcionamento a cooperativa de consumo da empresa que servia aos seus trabalhadores. Factor que fez de Vanduzi um centro de recepção dos deslocados de guerra de Sussundenga, Bárue, Gorongosa e Mavonde a procura de segurança face ao desenvolvimento da guerra, da fome e a procura do emprego sazonal (pago em dinheiro ou em produtos agrícolas) para garantir a sobrevivência das suas famílias<sup>187</sup>. O fluxo

<sup>182</sup> Zeca Joanes. Selva-Vanduzi, 31. 03.2003; Mosca, 1999:127/8; Para mais detalhes, vide: Coelho-Borges, 1993: 274/82, 324/7; Castel-Branco, 1994:50/60.

<sup>183</sup> Augusto Raera Cafaina, Fabião Jafas . Belas-Vanduzi, 1. 04. 2003; Chimoio Manuel Magode. Sussundenga, 24. 02. 2003.

<sup>184</sup> Myers, 1993:43.

<sup>185</sup> Simão Tazua Maitane. Púnguè Sul-Vanduzi. 27. 03. 2003.

<sup>186</sup> Rogério Mavanga, João Siquice Macicana. Chimoio, 18. 03. 2003; Pedro Claber, Mário dos Santos Armando. Sussundenga, 20. 03. 2003; Alexander, 1995:18/9).

<sup>187</sup> Alexander, 1996:117.

populacional em Vanduzi provocou o surto de conflitos de terra entre os deslocados, os naturais (a população local) e a empresa na região<sup>188</sup>.

A comercialização agrícola no distrito de Manica e Sofala, nos finais do período colonial estava assegurada pelo Instituto de Cereais de Moçambique (ICM) em conexão com os agricultores privados colonos associados ao GLPMS<sup>189</sup>. Depois da independência o GLPMS foi intervencionado e transformado em GAPPO em 1978 e o ICM em AGRICOM em 1980<sup>190</sup>. As cantinas rurais foram transformadas em lojas de povo como postos de venda<sup>191</sup>. Os termos de troca a partir de 1978 tornaram-se bastante críticos no processo da integração do campesinato na economia planificada em Vanduzi. A AGRICOM estava incapacitada de responder na íntegra os problemas das populações. Os postos de venda (as lojas de povo) tinham problemas de falta de pagamento de salários aos trabalhadores e muitos deles destruídos pela guerra. As estradas eram intransitáveis devido as minas e os ataques frequentes da RENAMO<sup>192</sup>, principalmente nos povoados de Púnguè Sul, Mucombezi, Lore, Nhamudimo e Gacamira (vede: mapa 3). O que fez com que neste período os centros comerciais terem somente funcionado na sede do posto sob o controlo da empresa<sup>193</sup>.

A partir da década 80 a AGRICOM comprava o milho aos camponeses a 4,55mt/kg e as empresas moageiras a 6,25mt/kg. Nessa altura, o que se pretendia era manter o preço de compra de milho ao camponês a 4,00 mt/kg para revende-lo a outros consumidores entre 8,50mt a 9,50mt a quilo<sup>194</sup>. Estes preços eram definidos a nível do Governo central a margem do custo da sua produção. Também a AGRICOM fazia trocas directas dos produtos industriais de primeira necessidade (sal, açúcar, óleo, sabão, etc) com o milho produzido pelos camponeses de acordo com os preços acima indicados<sup>195</sup>. Os

<sup>188</sup> Zeca Johane. Selva-Vanduzi, 31. 03. 2003; Sinimba Chicolo. Púnguè-Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003; Real Casal. Vanduzi (sede), 25. 03. 2003; Myers, 1993 : 11; Vines, 1991 : 61

<sup>189</sup> Rogério Mavanga, João Siquice Macicana. Chimoio, 18. 03. 2003; Pedro Claber, Mário dos Santos Armando. Sussundenga, 20. 03. 2003; BOM, 1961:1286; Mackintosh, 1983:77/8.

<sup>190</sup> DPECTM, 200:2.

<sup>191</sup> DPECTM, 1983:94/5; 2002: 2.

<sup>192</sup> Rogério Mavanga, João Siquice Macicana. Chimoio, 18. 03. 2003; Pedro Claber, Mário dos Santos Armando. Sussundenga, 20. 03. 2003; Alexander, 1995:18/9. A RENAMO a partir de 1980 a 1981 devido a independência do Zimbabwe tinha transferido as suas bases para o interior da Província de Manica, concretamente nos distritos de Mossurize em Sitatonga e Gorongosa em Sofala, (Alexander, 1995:21/2).

<sup>193</sup> João Siquice Macicana. Chimoio, 18. 03. 2003; Queface Quembo. Belas-Vanduzi, 01. 04. 2003; Adam e Cruz e Silva, 1989: 4/7; Alexander, 1995:18/9.

<sup>194</sup> Mackintosh, 1983:96.

<sup>195</sup> Adam e Cruz e Silva, 1989:3/5.

objectivos dessa política eram mais para criar uma estrutura que assegurasse os incentivos para aumentar a produção familiar<sup>196</sup>, e permitiam que o excedente investido fosse colocado ao serviço do sector cooperativo em termos de meios de produção, comércio e processamento para servir o campesinato<sup>197</sup>.

A EEAV foi a que se encarregou em assistir a população ao nível da sede com mais destaque para os trabalhadores e seus familiares engrossando o número da população deslocada na região, como já havíamos referido neste trabalho <sup>198</sup>. O aumento da população deslocada ao longo do Corredor da Beira e nas cidades fez com que o Governo de Manica definisse o PDRM em 1985 em coordenação com a GTZ-MAP/MARRP<sup>199</sup>, para incentivar a agricultura familiar e garantir o fornecimento de alimentos e factores de produção a cerca de 20.000 famílias da província de Manica (apêndice 4.1)<sup>200</sup>. Este processo iniciou o fim da política agrária planificada para uma agricultura do mercado com bases fortes nas Organizações Não Governamentais (ONGs).

#### 2.4. Conclusão

Em suma, Vanduzi entre a década 1960 a 1974 tinha uma estrutura agrária mista, uma semi-mecanizada e outra sequeira. A exploração semi-mecanizada para além do uso das máquinas agrícolas (os tractores e as alfaías), ainda recorria aos instrumentos simples na produção (enxadas, catanas, etc.). Estrutura agrária que foi desenvolvida pelos colonos negros e brancos (associados ao Grémio) e num sistema de produção e comercialização agrícola de colonatos e de uso de mão-de-obra adulta e infantil contratada (permanente) ou sazonal com baixos salários.

Entre 1974/7, os colonos abandonaram as suas farnas em Vanduzi na sequência da independência de Moçambique e de falta de confiança política para com o novo Governo. Este factor resultou, a destruição das cantinas comerciais benéficas a economia camponesa na comercialização do excedente agrícola e na compra dos produtos industriais de primeira necessidade.

---

<sup>196</sup> Mackintosh, 1983:96.

<sup>197</sup> Mackintosh, 1983:101; Adam e Cruz e Silva, 1989: 8.

<sup>198</sup> Alexander, 1995:21/3.

<sup>199</sup> Inicialmente o projecto MARRP era designada por MAP-Mozambique Agricultural Input Supply Project, introduzido na perspectiva de responder a questão de seca entre Novembro de 1984 a Janeiro de 1985 em Manica. Com o fim da guerra em 1992, o programa passou a ser designado por Mozambique Agriculture Rural, Reconstruction Programme (MARRP), (GTZ-MAP, 1987:1; GTZ-MARRP, 1992:415).

<sup>200</sup> GTZ-MAP, 1987:1

No período entre 1978 a 1987, o Governo pós colonial intervencionou as farmas abandonadas através do GAPPO, e criou Unidades de Produção, até a formação da Empresa estatal Agrícola de Vanduzi em 1981, dentro do quadro geral do PPI. De 1981 a 1987, a estrutura produtiva em Vanduzi alterou do nível político e técnico. Pois, a empresa estatal desenvolveu uma agricultura mecanizada nas antigas farmas coloniais sob o crédito agrário de BPD, mas com problemas de falta de técnicos qualificados funcionando com os trabalhadores efectivos e sazonais para além da população no geral e jovens mobilizados pelos secretários e directores das escolas ao trabalho voluntário, no sentido educativo e de trabalho colectivo.

As populações foram integradas na produção colectiva entre 1978/80, sem financiamento, o que resultou num fracasso, devido a várias razões: falta de noção sobre a gestão e produção agrícola colectiva por parte dos responsáveis das cooperativas e a própria população no geral. Segundo, porque não houve fornecimento adequado de factores de produção à este sector. Terceiro, porque o campesinato abandonou a produção colectiva sem rendimento esperado, para a produção de subsistência familiar e o comércio clandestino para Zimbabwe. Esta estrutura de produção e de sobrevivência foi a que se desenvolveu em todo o período de 1980 até 1987. Não obstante, a partir de 1984, iniciaram os programas da GTZ-MAP no incentivo a produção familiar, marcando uma nova era na estrutura produtiva do camponês até o advento do PRE em 1987.

### **CAPÍTULO 3: AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO MILHO EM VANDUZI, 1987-2000**

A crise agrária que o país viveu a partir de 1974, em Vanduzi alastrou-se até a década 80. Os colonos nesta região abandonaram as suas farmas a partir de 1976. Em 1978 as terras de Vanduzi estavam sob o controlo de GAPPO funcionando em UP. O que explica que a crise na produção agrícola estava sendo resolvida a nível institucional. Das farmas coloniais para estatais: do GAPPO a funcionar em UP a partir de 1978 para a EEAV a partir de 1981. Esta estrutura agrária não resolveu a crise agrícola do campesinato até o advento do PRE em 1987. Tendo em conta que o PPI pela sua inoperância começou a ser abandonado em 1984, e o Governo de Manica a partir de 1985 solicitava o investimento de capital estrangeiro na produção agrícola (projecto GTZ-MAP/MARRP). Neste capítulo interessa perceber como é que a agricultura familiar, a produção e a comercialização de milho foi sendo desenvolvida pelo campesinato de Vanduzi numa economia de mercado. Que papel teve a GTZ-MAP/MARRP na melhoria da economia, da produção e comercialização do milho nas famílias rurais de Vanduzi? Que oportunidades e estratégias de sobrevivência a economia de mercado trouxe para o campesinato local? Que mudanças surgiram nas relações de produção e de comercialização com a economia de mercado entre o campesinato de Vanduzi, no acesso aos factores de produção, produtos de primeira necessidade, educação e saúde.

#### **3.1. O Significado da Economia de Mercado para a Agricultura Familiar em Vanduzi, 1987-1992**

A privatização foi o pilar da política da economia de mercado defendida pelas instituições de Bretton Woods (IBW), Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) <sup>201</sup>. Reflectido no cancelamento de crédito agrário aos agricultores e comerciantes pelo BPD, o resultado disto foi a redução drástica da produção e da comercialização do milho, a falência da EEAV, do AGRICOM e a abertura do ICM sem melhoria na comercialização agrícola familiar. O enquadramento do ICM nas novas políticas de investimento era deficitário, porque dependia dos investimentos vindos do

---

<sup>201</sup> Adam, 1996:69.

Estado, apesar da comercialização agrícola neste altura ser assegurada pelos comerciantes informais, com problemas de oscilação de preços nos mercados<sup>202</sup>.

A economia de mercado para Vanduzi significou o surgimento de comerciantes informais e ONGs como a GTZ. Instituição que definiu o comércio como uma actividade essencial na promoção da produção agrícola, através da reconstrução das estradas e distribuição de factores de produção. O que permitiu que as famílias rurais, os privados e os comerciantes "livres" (informais) levassem ao bom termo e expansão da rede de comercialização dos produtos agrícolas, produtos de primeira necessidade e os factores de produção às zonas rurais, e estes por sua vez, abastecessem as regiões urbanas com produtos agrícolas<sup>203</sup>.

A oportunidade de abertura do mercado ao investimento estrangeiro galvanizou a publicação da lei de terras, onde o título de terra, fizera da sua transferência a propriedade do Estado para a posse do cidadão nacional ou estrangeiro<sup>204</sup>. Onde a posse de terra para as famílias rurais africanas, "[...] é o acto, a maneira ou o direito de possuir, [...]", ou simplesmente, "[...] a permissão de transpasse [...], ou o direito de depositar na terra a segurança social das famílias rurais. Possuir implica um papel económico de uso da terra como lugar de residência, como fonte de matérias-primas, como cultivador de culturas e como fornecedor de pastos para o gado [...]"<sup>205</sup>. Estes elementos nas comunidades rurais de Vanduzi não foram muito considerados. Pois, o PRE procurava incentivar o empresariado privado nacional e estrangeiro a tornar a terra produtiva, principalmente nas antigas terras da empresa estatal agrária, onde o campesinato local tinha a falta de meios financeiros para concorrer com os privados ou antigos combatentes no acesso a essas terras. Factor que fez com que o campesinato mantivesse a sua produção nas terras marginais<sup>206</sup> mas sob fortes incentivos agrícolas vindos do projecto GTZ-MAP/MARRP, que começou a colocar no meio deles a esperança de melhorias económicas baseadas na produção e comercialização do milho e outras culturas, a partir dos insumos e factores agrícolas que recebiam deste projecto.

---

<sup>202</sup> Hanlon, 1997:84.

<sup>203</sup> Rogério Mavanga. Chimoio, 18.03.2003; MICT, 1999:4/10; Conselho de Ministro, 2000:66, 70/4, Gobe, 1994:4/6.

<sup>204</sup> Valá, 2003: 20.

<sup>205</sup> Negrão, 2001: 127.

<sup>206</sup> Real Casal. Vanduzi (sede), 25. 03. 2003; Mário dos Santos Armando. Sussundenga, 19. 03. 2003.

### 3.2. Agricultura Familiar em Vanduzi: de GTZ-MAP para GTZ-MARRP, 1984-2000

Um dos objectivos do PRE era incentivar a produção e comercialização agrícola de culturas de exportação e de consumo entre as famílias rurais. As ONGs a partir de 1983 estavam mais interessadas em financiar programas de ajuda alimentar e produção de culturas de rendimento no plano do desenvolvimento rural. Esta atitude das ONGs fez com que o Governo apelasse a integração de projectos de desenvolvimento comunitário ligados à produção de culturas de consumo (milho) e a disponibilização de factores de produção para garantir a segurança alimentar entre as comunidades rurais no país<sup>207</sup>.

Os apelos feitos face à excessiva deterioração da condição social e económica das famílias rurais, dos termos de troca, fome, secas e a falta do capital financeiro no país e para além da continuidade da guerra na década 80 tinha condicionado o aumento da população refugiada/deslocada para os países vizinhos (Zimbabwe), e a outra ao longo do Corredor do Beira<sup>208</sup>.

A província de Manica segundo o censo de 1980 tinha cerca de 641.200 habitantes correspondendo a 11,3% da população total a nível nacional que era de 5.656.300 habitantes. O censo de 1997 indica uma ligeira subida do número total da população em Manica em cerca de 1.040.984, correspondendo a um aumento de 62,3% da população total da província em relação ao censo de 1980<sup>209</sup>. Portanto, de 1980 a 1997, o crescimento médio anual da população em Manica foi de 2,7%<sup>210</sup>. Uma percentagem muito abaixo do crescimento médio em relação a que foi registado nas outras províncias do país que estava acima de 3,5%. O atraso do crescimento médio populacional em Manica em 2,7%, corresponde ao valor médio da população deslocada ou refugiada no Zimbabwe e outra concentrada ao longo do Corredor da Beira até 1997<sup>211</sup>. Estimada em 210.000 a nível da província e 31.290 a nível do distrito de Manica, correspondente a 25% e 19,6%

<sup>207</sup> Minter, 1998:358.

<sup>208</sup> O censo de 1980 indica que o distrito de Manica tinha cerca de 54.107 de habitantes. E em 1991, subiu para 159.600 habitantes. Estes dados indicam um aumento na ordem de 294,9%, sendo, a maioria dela, população deslocada devido a continuidade da guerra que opunha o Governo e a RENAMO, (GTZ-MARRP, 1992:10).

<sup>209</sup> INE, 2000:7; GTZ-MARRP, 1992:7/8.

<sup>210</sup> Portanto, os cálculos do crescimento médio da população de Manica segundo o CENSO de 1980 em relação ao de 1997, baseio-se na obra de Araújo (2001), segundo a seguinte fórmula:

$$j = \frac{2 ( P_t - P_o )}{T ( P_t + P_o )} \cdot 100 \%$$
 Onde  $P_t$  é o número da população actual (1997) e  $P_o$ , corresponde ao número da população base (1980).

<sup>211</sup> GTZ-MARRP, 1992: 7.



respectivamente em relação a população existente segundo o censo de 1997, (apêndice 3.16)<sup>212</sup>. Este despovoamento nas zonas rurais fez com que o Governo de Manica, a partir de 1985 traçasse o PDRM. Que tinha como parceiros a GTZ-MAP que assumiu o papel de incentivar a população refugiada nas cidades, a regressar a produção agrícola no campo<sup>213</sup>.

Inicialmente a GTZ-MAP trabalhou no âmbito da ajuda alimentar, face à fraca produção agrícola devido à seca que prejudicara a campanha agrícola de 1983/4. A partir de 1984, a GTZ-MAP abasteceu os camponeses do distrito de Manica e Sussundenga em géneros alimentícios e sementes de milho, mapira, feijão, etc. Para além de adubos, instrumentos agrícolas beneficiando a 20.000 famílias camponesas em 1984 e em 1985 distribuiu cerca de 15.000 embalagens de culturas mistas a 32.000 famílias<sup>214</sup>.

Nos finais de 1985, após a avaliação do trabalho desenvolvido pela organização, decidiu-se alargar o plano de acção, pela definição do Programa Agrário de Reconstrução Rural de Manica (MARRP)<sup>215</sup>. De facto este projecto ajudou a população a melhorar as técnicas e a produção de culturas para o consumo e para a comercialização (milho, feijões, e outras) para além das culturas de exportação (algodão, tabaco e girassol). Para além disso, alargou acções de formação agrícola aos camponeses, estudos de avaliação ecológica e enquadramento da população nos projectos de desenvolvimento da economia familiar e do fomento pecuário. Nesta virtude, Vanduzi, Sussundenga e Machipanda foram escolhidas como áreas pilotas para a experimentação deste projecto em Manica, (mapa 4)<sup>216</sup>. Para além da iniciativa do GTZ-MAP, a economia de mercado permitiu a entrada de outros investimentos estrangeiros a partir de 1986, o que facilitou o desenvolvimento de outras iniciativas como de PRONAR, ACNUR/PNUD, que passaram a distribuir diversos produtos estimados em cerca de 392 toneladas: de milho, mapira, açúcar, feijão e 135 toneladas de fertilizantes<sup>217</sup>. Paralelamente a isto, a GTZ desenvolvia projectos de construção e reabilitação de infra-estruturas. Segundo o Sr. Alberto Luís<sup>218</sup>

“[...] os planos da GTZ tiveram mais incidência no posto administrativo de Vanduzi pela entrega de cabeças de gado (um casal) às populações (principalmente os antigos combatentes). Em 1990, os italianos

<sup>212</sup> GTZ-MARRP, 1992: 7 e 11/12.

<sup>213</sup> GTZ-MARRP, 1992: 7.

<sup>214</sup> GTZ-MARRP, 1987:1.

<sup>215</sup> GTZ-MAP, 1987:1.

<sup>216</sup> GTZ-MARRP, 1987: 2/4.

<sup>217</sup> GTZ-MARRP, 1995: 19.

<sup>218</sup> Alberto Luís. Belas-Vanduzi, 01. 04. 2003.

construíram aldeias aqui em Belas. Colocaram toda a população fora dos ``*makhavas*``<sup>219</sup> e ajudaram as pessoas a trabalhar com tractores. Compraram cabeças de gado a preços simbólicos (400 a 500 contos de meticais). Só que nós os que não tínhamos dinheiro perdemos essa oportunidade. Os italianos também ajudaram-nos em sementes e outras coisas. [...]. Muitos refugiados/regressados foram ajudados. Aqui na nossa zona a GTZ construiu uma escola, abriu 5 furos de água e reabilitou a nossa estrada que liga Belas a Vanduzi (sede). Isto foi muito bom para nós [...].”

A construção e reconstrução das infra-estruturas em Manica pela GTZ, iniciou em 1986, após o programa de ajuda alimentar à população realizado entre 1984/5. Assim, foram construídas cerca de 16 escolas, 1 posto de saúde, 36 casas, 24 vias de acesso às aldeias, 440 poços e furos de água, 430 latrinas e 660 carteiras escolares<sup>220</sup>. Em Vanduzi segundo o Sr. Armando Meneses Tembenuca<sup>221</sup> explica que

“ [...] até 1989 o posto de Vanduzi possuía cerca de 34 furos de bombas manuais. Após 1992 foram construídos mais 10. Elevando o número para 44 furos de água. No ano 2002 foram construídos 4 furos novos mais 5 poços. Do total 5 furos e 3 poços abertos estão avariados. Sendo 2 na sede, 2 em Chigodore e 1 em Púngué Sul. Todos esses poços e furos de água foram construídos no âmbito do projecto GTZ-MARRP. A nível da rede educacional, o posto possuía 20 escolas: uma secundária e restantes primárias. Antes de 1992, só existiam 5 escolas a funcionar no posto. As restantes foram construídas pela GTZ-MARRP. Também o projecto construiu 3 unidades sanitárias e um centro de saúde e outras ajudas. Isto é para ver quanto foi importante o projecto aqui em Vanduzi no melhoramento da vida da população [...]”

A falta de manutenção e o fim do projecto significou a inoperacionalidade de muitas infra-estruturas, principalmente os poços e furos de água<sup>222</sup>.

A falência da EEAV em 1989 levou a população mais vulnerável de Vanduzi ao desespero no acesso a factores de produção agrícola (sementes, e alguns insumos agrícolas), na compra de milho e outras culturas de consumo a preços subsidiados pela empresa e os salários que recebiam como trabalhadores efectivos ou eventuais (sazonais). Situação que tinha sido reforçada pelo trabalho do campesinato (local ou deslocado/regressado) em produzir milho nas pequenas terras disponibilizadas pela empresa ao redor da sede do posto, áreas consideradas mais seguras face aos ataques da RENAMO, garantindo a segurança alimentar á nível da região. Estes benefícios entre as décadas 80 a 90 tinham feito de Vanduzi um centro de acomodação de refugiados ou regressados de guerra dos distritos ao seu redor<sup>223</sup>. A título de exemplo, alguns regressados

<sup>219</sup> *Makhavas* eram abrigos de esconderijo que as populações construíam no mato para se protegerem da guerra entre o Governo e a RENAMO.

<sup>220</sup> GTZ-MARRP, 1995: 1.

<sup>221</sup> Armando Meneses Tembenuca. Vanduzi (sede), 25. 03. 2003.

<sup>222</sup> Armando Meneses Tembenuca, Vanduzi (sede), 25. 03. 2003, ACNUR/PNUD, 1996:9.

<sup>223</sup> Simão Tazua Maitane; William Machudhatadzi. Púngué Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003.

do Zimbabwe, em cerca de 224 famílias, na sua maioria foram reassentados na localidade de Belas em 1991, sob o cuidado dum projecto italiano<sup>224</sup>.

A falta de alimentos em Vanduzi piorou não somente pelo facto da empresa ter falido, mas sim porque, as secas sucessivas nas campanhas agrícolas de 1990 a 1994, diminuíram drasticamente a produção de milho na campanha de 1994/5. Factor que fez com que a população local e o Governo de Manica no geral recorressem a importação de milho, farinha de milho e outros produtos alimentares de primeira necessidade do Zimbabwe. O Governo de Manica incentivou também actividades de comida pelo trabalho à nível local para fazer face a fome<sup>225</sup>.

Esta situação prolongou-se até ao fim da guerra em 1992, onde a GTZ-MARRP e a UNICEF, desenvolveram acções de integração das populações no pós guerra. Primeiramente nas regiões pilotas dos seus projectos (Vanduzi, Machipanda, Pinhalonga e Chinhambuzi (mapa 4), abrangendo cerca de 30 a 35 % da população em cada localidade e que no seu somatório correspondia a 40 a 50% da população total do distrito. Portanto, os incentivos da GTZ-MARRP melhoraram a alimentação, a produção e comercialização de milho em Vanduzi<sup>226</sup>.

### **3.3. A GTZ-MAP e a produção e comercialização de milho em Vanduzi, 1984-1992**

O fracasso dos projectos de desenvolvimento agrário registados em 1983 fizeram com que houvesse mudanças na política de governação e de projectos de desenvolvimento rural<sup>227</sup>. Tanto no sul como no centro e norte de Moçambique, a política do Governo estava virada para a intensificação da produção agrícola do campesinato organizado em associações agrícolas<sup>228</sup>.

Em Manica, os esforços para apoiar a produção agrícola familiar foram desenvolvidos pela GTZ-MAP e outras ONGs, na identificação das áreas seguras face ao decurso da guerra entre o Governo e a RENAMO e com condições básicas ecológicas e

---

<sup>224</sup> Myers, 1993: 54.

<sup>225</sup> ACNUR/PNUD, 1996:9.

<sup>226</sup> GTZ-MARRP, 1992: 18.

<sup>227</sup> Covane, 2001:264.

<sup>228</sup> Covane, 2001:264.

vias de comunicação para a prática da actividade agrícola como referimos anteriormente neste trabalho<sup>229</sup>.

O apêndice 3.16 e o mapa 5 ilustram a concentração da população rural deslocada nas sedes dos distritos, cidades e ao longo do corredor da Beira dentro dum raio de 10 km<sup>230</sup>. Regiões onde funcionou os projectos piloto da GTZ-MAP/MARRP em duas fases: a primeira entre 1984/6 e a segunda (1986/2000). Sendo o distrito de Manica área nº 1 e Sussundenga área nº 2, e mais tarde expandiu para Chimoio<sup>231</sup>.

Na última fase estava integrado o PDRM definido em 1985. A primeira acção do projecto foi a distribuição de embalagens de sementes melhoradas, adubos e insecticidas, factores que elevaram a produção agrícola nas aldeias e povoados, (apêndice 3.9 e 4.1)<sup>232</sup>. Em 1988, Manica comercializou cerca de 10.893ton de cereais dos quais 10.496 ton eram de milho. Portanto, o ano de 1988 foi o primeiro ano de maior comercialização agrícola desde 1980. A partir de 1984 (início do projecto GTZ-MAP), a percentagem da produção agrícola familiar aumentou de 5,9% em 1983 para 46,5% em 1984. Até 1988 a produção era de 68,2%. O milho era produzido em três sectores importantes: Estatal, privado e familiar, comercializado em 1988, em cerca de 15%, 22,8% e 60,2% respectivamente a nível da província de Manica<sup>233</sup>.

O preço da comercialização de milho definido pelo Estado, por exemplo em 1988 era de 110,00mt por quilo. Os comerciantes informais em Vanduzi compravam junto aos produtores 1kg de milho a 60,00mt. E um saco de 90kg de milho custava 12.000,00mt a 13.000,00mt. Quando comercializado na cidade da Beira, o saco de milho custava 15.000,00mt a 20.000,00mt<sup>234</sup>.

O fim da guerra em 1992 permitiu incremento da produção e o aumento da flutuação dos preços do milho nos mercados informais em Vanduzi e a GTZ-MAP/MARRP alargou a sua acção de apoio à produção agrícola familiar, incluindo a reconstrução e integração dos refugiados/deslocados e desmobilizados de guerra na

---

<sup>229</sup> Alberto Manuel Ndzaquirira. Selva-Vanduzi, 31. 03. 2003; GTZ-MAP, 1987: 8/9.

<sup>230</sup> GTZ-MARP, 1987: 10.

<sup>231</sup> GTZ-MARP, 1987: 9/10.

<sup>232</sup> Basílio Faustino Sozinho. Pungué Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003; GTZ-MAP, 1987: 1-5; GTZ-MARRP, 1992: 2/3; MAP, 1996: 20 e 60.

<sup>233</sup> Adam e Cruz e Silva, 1989:39. para mais detalhes, vide: apêndice 3.9 e 3.10.

<sup>234</sup> Adam e Cruz e Silva, 1989: 41.

produção agrícola. Este projecto funcionou até 2000, o ano em que o programa passou a ser designado por PROCIPP<sup>235</sup>.

Segundo os apêndices, (3.9, 3.10 e 3.11) entre 1986 e 1990, a produção e a comercialização de milho das famílias rurais tendia a aumentar. Este incremento deveu-se à ajuda em factores de produção que o projecto GTZ-MAP concedia ao campesinato, (apêndice 4.1)<sup>236</sup>. Porém, entre 1991 e 1993, a produção familiar de milho reduziu drasticamente, porque nesta altura, a GTZ-MARRP estava integrada nos programas de emergência do fim da guerra e os problemas de reassentamento populacional. Período em que a preocupação do projecto era de garantir a alimentação e outros bens às populações desmobilizadas e regressadas. No ano de 1992 não houve comercialização agrícola, devido a esse factor e a seca que tinha assolado a região, (apêndice 5)<sup>237</sup>. De 1994 a 1996, os dados da produção familiar indicam uma tendência de melhoria. Neste período, para além da influência do projecto GTZ-MAP, o fim da guerra (paz), o aumento da população rural na prática da actividade agrícola e o início da produção agrícola nas regiões do interior do Corredor e o retorno das populações refugiadas nos centros urbanos às zonas de origem contribuíram no aumento da produção agrícola<sup>238</sup>.

Especificamente, para os camponeses de Vanduzi, o projecto GTZ-MAP actuou em 4 zonas: a zona Oeste, faziam parte os povoados de Belas, Selva e Chigodore. A zona Sul era composta pela localidade de Gacamira. A zona Centro abrangia os povoados de Nhamudimo, Chitundo, Marongorongo e finalmente a zona Norte que abarcava toda a localidade de Púnguè Sul (mapa 3). Em cada bloco existia um camponês chefe que orientava as actividades agrícolas aos outros camponeses associados sob a monitoria dos técnicos extensionistas da GTZ-MARRP, como explica o nosso entrevistado Zeca Johane<sup>239</sup> que

"[...] em cada zona foram formados blocos de produção agrícola compostos por 8 a 9 membros. E em cada bloco foi designado um camponês-enquadrador como o coordenador das actividades produtivas. O coordenador-enquadrador era o responsável pela distribuição de factores de produção enxada (*mapadza*), sementes, adubos e fertilizantes às populações [...]", (apêndice 4.1)<sup>240</sup>.

<sup>235</sup> PROCIPP- Programa de Capacitação das Instituições Públicas e Privadas da Província de Manica, (Rodolfo Cândido. Entrevista. Chimoio, 14. 03. 2003).

<sup>236</sup> GTZ-MAP, 1987: 1-5.

<sup>237</sup> Paulino, 1992:2-3

<sup>238</sup> Basilio Fasutino Sozinho. Púnguè Sul-Vanduzi, 27. 03, 2003; Alberto Manuel Ndzaquirira. Selva-Vanduzi, 31. 03. 2003.

<sup>239</sup> Zeca Johane. Selva-Vanduzi, 31. 03. 2003.

<sup>240</sup> GTZ-MAP, 1987 : 1/5.

Foi possível constatar que em Vanduzi nos primeiros anos de implementação do projecto (1985/7) a área produzida pelos camponeses foi de 9.415ha com uma média de 2,5ha para cada nas regiões onde o projecto tinha formado blocos de produção agrícola sob a orientação dum camponês enquadrador<sup>241</sup>. A população rural no geral no distrito de Manica cultivava em média, 1ha. O que explica que o projecto tinha aumentado a área média da produção agrícola dos camponeses em Vanduzi, Machipanda, Chimoio e Sussundenga de 1ha para 2,5ha. No mesmo período de tempo (1985/7) em toda província de Manica, o campesinato cultivou 85.473ha de milho e recebeu do projecto 712ton de semente, distribuído da seguinte forma por distrito: Manica: 15.980ha de terra e 133ton de semente; Sussundenga: 10.622ha de terra e 89ton de semente; Chimoio: 38.939ha de terra e 324ton de semente; Mossurize: 8.192ha de terra e 68ton de semente; Machaze: 2.000ha de terra e 17ton de semente; Bárue: 8.553ha de terra e 71ton de semente; Macossa: 1.188ha de terra e 10ton de semente; Guro e Tambara, os seus dados são desconhecidos<sup>242</sup>.

As estatísticas mostram que nos distritos onde funcionava o projecto GTZ-MAP, os camponeses aumentaram consideravelmente as áreas de cultivo de milho relativamente aos distritos não abrangidos pelo projecto. Os resultados destes investimentos reflectiram-se no incremento da produção comercializada de milho a nível da província de Manica<sup>243</sup>. Aumentou por exemplo de 6.105ton de milho comercializado em 1987 para 10.496ton de milho comercializado em 1988 e 15.705ton de milho comercializado em 1989, (apêndice 3.10)<sup>244</sup>.

Portanto, o aumento das áreas de cultivo de milho do campesinato nas regiões onde o projecto GTZ-MARRP funcionou deveu-se a melhoria nas técnicas de produção e o acesso de factores de produção (sementes melhoradas, enxadas, juntas de gado entre outros instrumentos de trabalho) distribuídos pelo projecto<sup>245</sup>. Consequentemente, entre 1986 a 1990, a região sede e a localidade de Selva do posto administrativo de Vanduzi (mapa 3) tinha se transformado num centro informal de comercialização do milho, em grande escala quanto comparado com feijões, mapira e mandioca. Neste período a cultura de maior

<sup>241</sup> GTZ-MAP, 1987 : 27 e 52.

<sup>242</sup> GTZ-MAP, 1987: 69-70.

<sup>243</sup> As estatísticas que são apresentadas são somatórios totais de milho comercializado na província de Manica entre vários sectores de produção: estatal, privado e do familiar, consciente de que a maioria da produção agrícola comercializada na província de Manica nesta altura vem do campesinato, (MAP, 1996: 63-67).

<sup>244</sup> MAP, 1996: 63-67.

<sup>245</sup> GTZ-MAP, 1987: 1-5.

procura nos cereais era o milho e o custo duma lata de 20 litros, equivalente a 18kg de milho variava entre 12.000,00mt a 13.000,00mt e até 1990 atingiu a media de 15.000,00mt<sup>246</sup>.

Entre os habitantes de Vanduzi (sede) e a localidade de Selva, os principais produtores e vendedores do milho foram as populações locais e não os deslocados/refugiados (vide: 3.2 deste trabalho), porque Vanduzi nesta altura pelo facto de se localizar no Corredor da Beira, acolheu muita população dos distrito a sua volta. Para além do milho produzido entre o campesinato de Vanduzi, a empresa estatal agrária vendia milho nas suas cooperativas de consumo, principalmente para os seus trabalhadores efectivos e sazonais e seus familiares, (vide: 2.3.1 deste trabalho).

Os principais necessitados em alimentação foram as populações deslocadas/refugiadas, muito embora recebessem ajudas alimentares dadas pelo projecto GTZ-MAP/MARRP. Para além dos refugiados/deslocados, os principais compradores do milho em Vanduzi no período em causa foram os comerciantes ambulantes vindos das cidades de Manica (Macequece) e Chimoio em grande escala e em pequena escala, os comerciantes informais vindo da cidade da Beira, que revendiam o milho produzido em Vanduzi entre 20.000,00mt a 25.000,00mt por cada lata de 18 kg de milho<sup>247</sup>.

O impacto directo da produção e comercialização do milho entre 1986 a 1990 nas comunidades rurais de Vanduzi foi a existência da garantia alimentar (segurança alimentar) entre as comunidades locais, permitiu também desenvolver trocas directas (de produto para produto) entre as comunidades locais produtoras do milho e os comerciantes ambulantes vindas da cidade de Manica (Macequece), principais praticantes do comércio informal transfronteiriço entre o distrito de Manica (Moçambique) e a província de Manicalândia e a cidade de Mutare (Zimbabwe), como a nossa entrevistada Sr<sup>a</sup>. Joaquina Sixpen<sup>248</sup> explica:

''[...] durante a guerra aqui em Vanduzi havia muitos soldados zimbabweanos, eles saíam nos Makembes<sup>249</sup> e amigavam com os jovens daqui da zona para que vendessem os seus produtos, escondidamente dos seus chefes. Por exemplo, eles vendiam produtos como: sabão, sabonetes, açúcar, óleo da cozinha, leite fresco, conservas de carne, de cereais e sardinha, roupas: calças usadas de Jean, camisolas e mantas; sapatos e outros produtos, porque aqui no nosso país não havia essas coisas. Em troca eles recebiam das comunidades

<sup>246</sup> Ntchandjudja Ndalamandja Nhakanbuwa. Púnguè Sul, 27. 03. 2003, Adam e Cruz e Silva, 1989:41.

<sup>247</sup> Araújo Mpúngu; Nelson Fole. Mocumbezi-Vanduzi, 27. 03. 2003; Adam e Cruz e Silva, 1989:41.

<sup>248</sup> Joaquina Sixpen. Vanduzi (sede), 0.3.03.2003.

<sup>249</sup> Makembe (plural) e singular (Kembe). Na língua chona significa quartel militar ou uma grande base militar.

Maçaroca fresca e Inhame, mas os comerciantes que vinham da Beira são os que faziam bons negócios com eles, porque os soldados Zimbabwianos queriam mais peixe seco, sal, camarão (grosso) e fino (thepbwe). Estes negócios fez com que os jovens fossem vestidos de soldados e entravam no Zimbabwe como se fossem militares e compravam muita mercadoria que era descarregado e vendido nas clandestinamente. Também havia muita população que furava a fronteira e traziam essas mercadorias do Zimbabwe para Macequecc, daí para Vanduzi trocando com o milho, feijões, sal e peixe seco vindo da Beira [...]”.

Portanto, o desenvolvimento dessas actividades deram outra dinâmica de vida às comunidades de Vanduzi, apesar dentro duma economia de guerra. Também este dinamismo económico rural em Vanduzi espelhou na altura os resultados positivos alcançados pelo projecto GTZ-MAP/MARRP, factor que fez com que o projecto nos anos pós guerra não tivesse dificuldades de alargar as suas actividades para o campo de inserção social dos refugiados/deslocados e desmobilizados de guerra, mas sem deixar de incentivar a prática da actividade agrícola na região<sup>250</sup>.

### **3.4. A GTZ-MARRP e a Agricultura Familiar no pós Guerra em Vanduzi, 1992-2000**

Após 1992, as populações de Vanduzi tiveram vários constrangimentos para regressar às suas zonas de origem devido a alguma insegurança política relacionada com a discriminação sobretudo da população que esteve durante a guerra sob o controlo da RENAMO<sup>251</sup>.

O Sr. Feniase Manchuri<sup>252</sup> explica que

“ [...] para o regresso a produção agrícola nas zonas de origem tínhamos que ter certeza e segurança sobre o lugar que íamos. Por isso saíamos nós os mais velhos e deixávamos toda a família na aldeia ou no acampamento onde estávamos concentrados a espera do dia exacto para voltarmos as nossas zonas de origem. Isto porque as crianças iam a escola e sabíamos que as nossas zonas de origem não tinham escolas para os nossos filhos estudarem e também tínhamos medo que talvez a guerra viesse a reiniciar e lá era no mato. Só depois dum tempo entre dois ou três anos, depois de termos a certeza que não havia problemas com os “outros”, principalmente com aquela população que não tinha deslocado devido a guerra e que estava sob o controlo do Governo, é quando transferíamos as nossas famílias e todos os nossos bens para a nossa nova residência [...]”.

Paralelamente a isso, a GTZ-MARRP em 1991, com a ajuda do Governo italiano, fundou duas aldeias na localidade de Belas, as aldeias Belas 1 e 2, e acamparam provisoriamente e distribuíram insumos agrários a mais de 224 famílias regressadas/repatriadas, na sua maioria do Zimbabwe<sup>253</sup>. Nestas aldeias foram colocados

<sup>250</sup> Rodolfo Cândido. Chimoio, 14. 03. 2003.

<sup>251</sup> Simão Tazua Maitane. Púnguè Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003.

<sup>252</sup> Feniase Manchuri. Selva-Vanduzi, 31. 03. 2003; Alexander, 1996: 119.

<sup>253</sup> Mayer, 1993:54/5.



extensionistas agrários que supervisionavam e distribuíam terras, em média, de 1ha a cada família, a título de terra atribuída provisoriamente<sup>254</sup>.

Com o fim da EEAV entre 1989 a 1992, a procura de áreas para a produção agrícola entre os antigos trabalhadores da empresa, a população local e a deslocada tinha provocado conflitos de terra em Vanduzi. No período pós guerra os conflitos de terra registaram-se entre os regressados locais que se reasentavam sem o consentimento do Estado e aqueles que eram reasentados nos planos de emergência do Governo a escala provisória. Pois, no início, os conflitos de terra em Vanduzi eram a título individual e ocorriam nas antigas machambas estatais e cooperativas de produção entre as comunidades locais. Porque quando as empresas estatais e as cooperativas de produção faliram, as suas terras foram ocupadas numa forma desordenada pelas populações locais ou as que tinham-se refugiado para Vanduzi à procura de segurança face à guerra ou à procura de emprego como trabalhadores efectivos ou sazonais na extinta EEAV<sup>255</sup>. Foi nesse contexto que em 1992 o Governo começou a atribuir títulos de terras aos antigos combatentes e aos ex-trabalhadores da empresa e outros privados. O que também provocou conflitos entre estes e as populações que já tinham ocupado as terras<sup>256</sup>.

Para a posse de terra, os camponeses locais evocavam o direito costumeiro. Os antigos trabalhadores da empresa sustentavam os seus direitos de posse de terras pelo facto de terem sido trabalhadores e o Estado na altura havia lhes garantido o acesso e uso de título de terra. Os antigos combatentes, os desmobilizados de guerra e o privado no geral estavam a procura de terras férteis, porque o Estado atribuía a posse e uso de terras às entidades colectivas ou individuais, factor que aumentou conflitos de terra em Vanduzi<sup>257</sup>.

A superfície de terra arável estimada no distrito de Manica é de 439.100ha. Sendo, 29.455ha cultivadas a uma média de 1,7ha por família em 1996<sup>258</sup>. Desta área, a produção de milho ocupava cerca de 25.617,3ha na produção familiar e 313,8ha no sector comercial. Até 1996, o distrito produziu cerca de 17.000 toneladas métricas de milho, sendo 16.823 na produção familiar e 177 pelo sector comercial<sup>259</sup>. O número de pedidos de

---

<sup>254</sup> Mayer, 1993:56.

<sup>255</sup> Armindo Meneses Tembenuca. Vanduzi (sede), 25. 03. 2003.

<sup>256</sup> Erasse Mequissene Matsipissa. Chimuanandimai-Vanduzi (sede), 02. 04. 2003; Mayer, 1993: 6, Alexander, 1995:116-123..

<sup>257</sup> Muchanga, 2000: 20.

<sup>258</sup> ACNUR/PNUD, 1996:6.

<sup>259</sup> ACNUR/PNUD, 1996:6.

acesso e aproveitamento de terra no distrito de Manica até aos finais de 1995 era de 348 pedidos correspondendo a 318.409ha de terras, que equivaliam a 72% da área total do distrito. As terras mais requeridas foram as de Vanduzi, Mutambarico e Machipanda<sup>260</sup>. Em Vanduzi entre 1981 a 1991 foram concedidos cerca de 4.274 ha de terras férteis a instituições e privados. O que perpetuou o desenvolvimento de focos de conflitos de terra, apesar de não terem prolongado por muito tempo<sup>261</sup>.

O facto do distrito de Manica e o posto administrativo de Vanduzi possuir extensas áreas de produção de milho e vários pedidos de títulos e posse de terra, têm haver com as condições agro-ecológicas propícias para o cultivo deste tipo de cereal. Durante o período de guerra Vanduzi era uma das regiões mais segura para a prática da actividade agrícola, porque funcionava no posto a EEAV, o projecto GTZ-MAP/MARRP, existia uma protecção militar, para estar localizado no Corredor da Beira (vide: 3.3 deste trabalho).

Com o fim da guerra em 1992, a região de Vanduzi foi integrada no plano de desminagem<sup>262</sup> para garantir a prática da actividade agrícola e reassentamento populacional pós guerra, e por sinal o posto tinha muita população regressada ou refugiada (vide: 3.2 deste trabalho)<sup>263</sup>. Também porque o historial da produção e comercialização do milho, indica que este cereal é a base de sobrevivência da população para consumo e acumulação de riqueza (dinheiro)<sup>264</sup>.

O fluxo populacional em Vanduzi originou conflitos de terra, e a resolução destes conflitos foi se alterando ao longo do tempo, porque, as populações de Vanduzi se aperceberam de que as áreas agrícolas que eram exploradas pelas empresas estatais não eram adequadas para a prática duma agricultura sequeira sem uso de técnicas melhoradas. Consequentemente, o esgotamento da fertilidade natural dos solos nas antigas farmas da empresa, condicionou o abandono do campesinato em praticar actividades agrícolas nelas e

<sup>260</sup> Alexander, 1995:34/5.

<sup>261</sup> Alexander, 1995:53. Para mais detalhes, vide: apêndice 3.3.

<sup>262</sup> O posto administrativo de Vanduzi foi uma das áreas menos minadas do distrito de Manica, e a desminagem neste distrito iniciou logo pós a guerra em 1992 até 1994, na sua primeira fase feita pela ONUMOZ, (Chovano, 2002: 26-30).

<sup>263</sup> Chovano, 2002: 30

<sup>264</sup> O historial da produção e comercialização do milho no distrito de Manica remota ao período colonial durante a administração da CM, (1907-1942) e dos Grémios no sistema de produção de colonato (1942-1974). As regiões de Manica, Sussundenga, Bárue, Chimoio e Mussorize, tinham sido designadas zona "K", para produzir cereais-milho para o consumo na colónia face às reformas dos anos 60 e a industrialização (indústrias açucareiras: Sena, Buzi, Mafambisse) e têxtil (Textáfrica), (Neves, 1998: 156-171; 189-192; III Plano de Fomento Para 1968-1973, 1968:111; Cruz, 1982:161/2 e 175).

procurou produzir nas terras que ainda não tinham sofrido a exploração agrícola mecanizada, terras que se encontram mais distantes do Corredor, uma vez que a guerra tinha terminado e Vanduzi havia se beneficiado duma equipa sapadores de minas da ONUMOZ<sup>265</sup>, segundo a explicação do Sr. Araújo Mpúngu<sup>266</sup>

``[...] a partir de 1995, os conflitos de terra nas antigas machambas do GAPPO diminuíram, porque as pessoas se aperceberam que não valia apenas continuar a disputar terras cansadas, gastas pela prática da agricultura mecanizada. Terras que só podiam produzir bem com a aplicação de adubos e uma boa rega. Condições que os camponeses não tinham. Por isso, muitas pessoas sem serem corridas por alguém abandonaram as terras da antiga empresa estatal agrícola de Vanduzi, terras que estavam ao longo do Corredor (estrada nº 102) e voltaram para as terras do interior do Corredor, nas zonas de origem onde há terras férteis e que produzem bem sem precisar de adubos e fertilizantes [...]``

A preocupação da população era encontrar terras férteis para a produção de milho e outras culturas. As campanhas agrícolas de 1992/3 foram afectadas pela seca que escasseou as culturas de consumo (milho, mandioca, mapira e mexoeira) nos anos de 1993/4. Neste período os camponeses tiveram algumas ajudas alimentares dadas pelas ONGs. O Sr. Luís Fernando<sup>267</sup> disse que, ``[...] com a seca dos anos de 1992, a GTZ-MARRP, a ACNUR e a PNUD distribuíram comida às populações de Vanduzi. Cada membro da família recebia (10 kg de farinha de milho, duas barras de sabão, 1 kg de sal, 5 kg de feijão, etc) [...]``, para além dos factores de produção incluídos nos planos de emergência pós guerra<sup>268</sup>. Foi uma situação que acelerou a saída do campesinato das áreas do Corredor para as zonas do interior. Automaticamente, diminuíam os conflitos de terra em Vanduzi nas regiões do Corredor e expandiu-se a produção agrícola do milho para as áreas afastadas do Corredor que se encontravam num regime de ``pousio`` durante todo o período de guerra, tornando-se num factor positivo para a prática da agricultura, actividade aproveitada para responder a constante subida dos preços dos produtos de primeira necessidade nos mercados formais nos centros urbanos (Chimoio), (apêndices 3.11 e 3.12) e nos mercados informais de Vanduzi<sup>269</sup>.

O aumento do custo de vida criou novos factores na estrutura produtiva do campesinato em Vanduzi: a questão do ``tempo`` necessário para trabalhar na machamba e

<sup>265</sup> Chovano, 2002: 29/30.

<sup>266</sup> Araújo Mpúngu. Mucombezi-Vanduzi, 27. 03. 2003.

<sup>267</sup> Luís Fernando. Belas-Vanduzi, 25. 03. 2003.

<sup>268</sup> Titos, 1994:13/4 e16.

<sup>269</sup> Nelson Fole. Vanduzi, 27. 03. 2003.

no mercado informal como fonte de rendimento (dinheiro)<sup>270</sup>. Esta situação gerou novos padrões nas relações de produção das famílias rurais de Vanduzi. Pois, se admitirmos que ao longo do tempo, a convivência das famílias nucleares africanas nas zonas rurais,

'' [...] tomar conta da casa [...] significava [...] instrução das crianças, cozinhar recolha de lenha, transporte de água. [...] era responsabilidade da mulher [...] e as vezes coadjuvada com as suas filhas mais velhas [...]. [E]... [...] procurar emprego [era] responsabilidade do pai. Ele [devia] procurar um rendimento adicional fora da casa e ensinar os seus filhos a trabalhar para um salário [...]''<sup>271</sup>.

Actualmente, esta estrutura de organização da produção económica familiar africana, em Vanduzi, não é a única. A mulher junto ao marido aparece na produção agrícola para o consumo doméstico e no comércio de excedentes agrícolas sem muitos poderes na administração dos rendimentos vindos dessa comercialização. Noutras famílias os poderes ainda continuam sob o controlo do marido, mas com uma certa consideração para com a mulher<sup>272</sup>. A economia de mercado fez com que a procura de emprego ou auto-emprego não só se limitasse ao adulto de sexo masculino ou feminino, mas também aos mais novos (jovens e crianças), porque há crianças e mulheres em Vanduzi que são viúvas devido à guerra ou a patologia (SIDA) ou ainda devido ao divórcio. Factores que fizeram com que as crianças e as mulheres assumissem a chefia das famílias<sup>273</sup>. O ir trabalhar na machamba não é a única actividade económica praticada pelas famílias nucleares ou alargadas em Vanduzi. Elas, às poucas oportunidades dadas, desenvolvem actividades comerciais informais (praticadas em grande escala pelos jovens e mulheres divorciadas ou viúvas) como fonte de rendimento (dinheiro), que é utilizado na agricultura, saúde, educação e compra de produtos industriais de primeira necessidade, como o nosso entrevistado Fungai Falisse<sup>274</sup> explica que,

'' [...] os meus pais são os que vão sempre para a machamba e eu mais os meus dois irmãos mais novos trabalhamos aqui no mercado. Eu vendo a roupa de '' calamidade'' (roupas usadas) e os meus irmãos vendem milho. No fim do dia entregámos todo o dinheiro ao papa e ele utiliza-o no aluguer de juntas de boi por 5.000,00mt por metro quadrado na lavoura, sacha, sementeira para além de comprar material escolar e ir ao hospital [...] ''.

<sup>270</sup> Armindo Meneses Tembenuca. Vanduzi, 25. 03. 2003.

<sup>271</sup> Negrão, 2001: 252/3.

<sup>272</sup> Vinácio Deve. Vanduzi (sede), 27. 03. 2003.

<sup>273</sup> Joaquina Sixpene. Vanduzi (sede), 03. 04. 2003.

<sup>274</sup> Fungai Falisse. Vanduzi (sede), 29. 03. 2003.

Portanto, a economia de mercado em Vanduzi fez com que as mulheres (casadas, divorciadas e viúvas) e crianças órfãs fizessem do comércio informal a base da produção agrícola e do aumento do rendimento económico familiar (dinheiro) e como forma de criar o seu próprio auto-emprego face ao aumento do custo de vida e à constante flutuação dos preços dos produtos agrícolas e industriais nos mercados formais e informais<sup>275</sup>

O desenvolvimento do mercado informal em Vanduzi apesar de ser feito numa forma ineficiente é a base da comercialização agrícola de milho. A ausência de dados estatísticos para análise da problemática da comercialização agrícola e dos rendimentos económicos das famílias rurais empobrecem a percepção exacta da contribuição do campesinato na produção e comercialização de milho em Manica. A nível do país, os dados estatísticos da comercialização agrícola existentes são poucos e incompletos. Pois, muitos deles são relativos às culturas de exportação (algodão e caju) com respectivas tabelas de comercialização (preços), o que já não acontece na comercialização da cultura de milho e outros cereais, apesar de haver muita procura de terras para a sua produção<sup>276</sup>.

O desenvolvimento da economia de mercado e a certeza pela paz entre 1992 a 1994 na região central do país, reflectiu-se no surgimento dum novo mercado de milho, o Malawi, entre Dezembro de 1995 a Novembro de 1996. Tendo sido exportado nesta região e no mesmo período para Malawi cerca de 2.8 milhões de toneladas de diversos produtos agrícolas. Dos quais 50% pertenciam ao sector informal (fora dos registos do Governo). E cerca de 1.121 toneladas métricas de milho foram vendidas pelo sector informal nas zonas fronteiriças da região central do país para o Malawi<sup>277</sup>.

Estes dados apesar não especificarem a região da saída desse cereal, mas sabe-se que a província de Manica e Zambézia eram as potenciais exportadoras de milho para Malawi nos anos de 1996 a 1997<sup>278</sup>, que sofria grandemente a concorrência do mercado interno, principalmente o milho produzido em Manica, quando começou a assegurar a cidade da Beira e na região sul de Moçambique (Inhambane, Gaza e Maputo)<sup>279</sup>.

O aumento da procura de milho pelos comerciantes informais vindo da cidade da Beira e Maputo entre 1993 a 1999 e a redução da produção devido a baixas precipitação a

<sup>275</sup> Sara Bilare. Vanduzi (sede), 03. 04. 2003.

<sup>276</sup> Castel-Branco, 1994: 33.

<sup>277</sup> Tschirley e Santos, 1999: 2.

<sup>278</sup> Adam e Cruz e Silva, 1989:22.

<sup>279</sup> Tschirley e Santos, 1999: 2.

partir de 1992 a 1995 (apêndice 5) que condicionaram a subida de preço de revenda de milho nos mercados informais de Manica, onde 1kg de milho custava em média 4.000,00mt a 4500,00mt, mais alto quando comparado com o preço de milho revendido nas cidades de Ribáue e Mocuba que rondava entre 2.800,00mt a 3.000, 00mt por quilo e no caso de Murrumbala custava 1.800,00mt correspondendo a 26 kwachas da moeda malawiana<sup>280</sup>. Factor que fez com que Malawi abandonasse a compra de milho produzido em Manica em 1997, optando pelos mercados de Milho de Mocuba e Murrumbala (Zambézia) e Ribáue (Nampula), utilizando o Corredor de Nacala, e sofrendo a concorrência das cidades de Quelimane e Nampula, mas com custos baixos nos transportes, devido a utilização do Porto de Nacala para o efeito<sup>281</sup>.

O preço de milho aplicado na compra de milho pelos comerciantes informais aos camponeses em Vanduzi variava com o tempo<sup>282</sup> (de caída de chuvas propícias para a produção) e com a produtividade. O preço de venda de milho é alto no período da sua produção que vai de Julho a Abril, baixo nas épocas de colheita entre os meses de Abril a Junho. O nosso entrevistado Sr. Suneyd Abdul Garibo<sup>283</sup> explica que,

"[...] no período de colheita, o milho novo da machamba, a PANAR [...] paga 1kg ao preço de 1.400,00mt. No período da sua produção, que é o período de escassez de milho no mercado, o preço de compra de milho vai subindo gradualmente. De 1.500,00mt para 2.000,00mt; de 2.500,00mt para 3.500,00mt a quilo e as vezes atingia os 6.000,00mt por quilo, principalmente nos meses de Setembro a Abril [...]".

No período pós guerra, as movimentações das populações deslocadas, incerteza do fim da guerra e a seca que assolou a região entre 1992/3 reflectiram-se na escassez desse cereal nos anos de 1994/6. Nesta situação o preço de compra de milho junto aos camponeses aumentou na cidade de Chimoio de 602,00mt em 1994 para 1.175,00mt em 1995 e 1.891,00mt em 1996. Esta tendência ressentiu-se noutros produtos industrias de primeira necessidade (apêndice 3.11)<sup>284</sup>.

O aumento de preço de milho vendido junto aos camponeses pelos comerciantes informais em Manica nos anos de 1996/7, esteve na ordem do aumento de preço de milho

<sup>280</sup> Ngovene, 2002:50/1.

<sup>281</sup> Ngovene, 2002: 51/3; Tschirley e Santos, 1999: 5 e 7.

<sup>282</sup> A produção de milho numa estrutura mecanizada, a lavoura vai de Julho a Setembro. A gradagem, abertura de linhas, adubação é realizada entre Setembro a Dezembro. A sementeira, a aplicação de herbicidas inicia em Outubro até Dezembro. A montoa, a sacha vai de Novembro a Dezembro. E a colheita e o transporte ocupam o período de Abril a Junho, (DPAM, 1988:89).

<sup>283</sup> Suneyd Abdul Garibo. Vanduzi (sede), 23. 03. 2003.

<sup>284</sup> : MAP, 1996: 60

revendido pelos comerciantes informais vindos de Tete aos malawianos a 4.000,00mt e 4.500,00mt por quilo acima referidos. Factor que fez com que Manica perdesse o mercado malawiano na compra de milho em 1997, em detrimento dos mercados de Ribáue, Mocuba e Murrumbala, a peço que variava na ordem de 1.800,00mt, 2.800,00mt a 3000,00mt por quilo, como acima nos referimos<sup>285</sup>.

A retirada dos malawianos na procura de milho nos mercados de Manica em 1997, influenciou na redução do preço da venda do milho a partir de 1998. A explicação da procura do milho pelos malawianos nos mercados de Manica deveu-se ao factor paz (1992-1995) e ao baixo preço do milho neste período e também devido a existência do milho amarelo e sua a farinha distribuídos no âmbito dos programas de emergência durante e no período pós guerra entre o Governo e a RENAMO, e a redução da distribuição deste cereal a partir de 1996/7, reflectiu-se no aumento do preço da venda do milho nos mercados informais de Manica como nos referimos acima (apêndice 3.11)<sup>286</sup>.

No caso de Vanduzi, o aumento da procura do milho por parte dos comerciantes informais vindos principalmente das cidades da Beira e Maputo, mantiveram a procura deste cereal apesar de estar a um preço relativamente alto quando comparado com o que era vendido nos mercados de Mocuba, Murrumbala e Ribáue. A depreciação do preço do milho vendido tanto em Vanduzi para os mercados nacionais (Beira e Maputo) e o que era vendido ao Malawi nos mercados de Mocuba, Murrumbala e Ribáue, reflectiam a vulnerabilidade da flutuação dos preços de milho nos mercados nacionais no geral, porque a maioria dos intervenientes nestes mercados eram comerciantes informais que estabeleciam o preço da comercialização de milho junto aos produtores<sup>287</sup>. A título de exemplo, os comerciantes informais compravam "1 galone" de 5 litros, equivalente a 4,5kg a 5kg de milho por 3.000,00mt entre 1995/6 e 5.000,00mt entre 1996/8 e 6.000,00mt entre os anos de 1999/2000, (apêndice 3.11 e 3. 19)<sup>288</sup>. Fazendo os cálculos do custo por quilograma, a média da venda do milho em Vanduzi no período em causa rondava entre 800,00mt a 1.200,00mt por quilo, o que está muito abaixo do preço praticado nos mercados de Mocuba e Ribáue que variava entre 2.000,00mt a 3.00,00mt por quilo<sup>289</sup>.

<sup>285</sup> Anfoso Temava, Eduardo Raul Dzintangue. Vanduzi (sede), 27. 03. 2003; Tschirley, 1999:7.

<sup>286</sup> MAP, 1996: 20 e 60.

<sup>287</sup> Ngovene, 2002: 51/5; Tschirley e Santos, 1999:7-9.

<sup>288</sup> Araújo Mpúngu; Nelson Fole. Mocumbezi-Vanduzi, 27. 03. 2003.

<sup>289</sup> Araújo Mpúngu; Nelson Fole. Mocumbezi-Vanduzi ; MAP, 1996: 60; Tschirley e Santos, 1999:7.

O aumento da procura de milho no mercado nacional e a concorrência com o mercado malawiano deveu-se a dois factores principais: o fim da guerra e a reabilitação das vias de comunicação. O que permitiu a ligação entre as zonas de produção (Vanduzi) e os centros de consumo de milho (cidades: Chimoio, Beira e Maputo) e o desenvolvimento do mercado informal fronteiriço de Zimbabwe<sup>290</sup>. Apesar de não significar melhoria acentuada nas economias das famílias rurais de Vanduzi no acesso de produtos industriais de primeira necessidade, mas possibilitou a compra de factores de produção agrícola: sementes, enxadas, gado e juntas de gado. O que fez com que, em termos globais, a produção de milho aumentasse na província de Manica comparando com as campanhas agrícolas de 1991/2 as mais baixas na província, (apêndice 3.9 e 3.11)<sup>291</sup>.

Até 1997, Vanduzi tinha cerca de 4.122 agregados familiares, que aumentaram para 8.215 em 2000. O fim da guerra e o aumento da população rural aumentou a produção do milho nesta região. Durante o conflito armado, a produção agrícola estava confinada nos 12 povoados<sup>292</sup> da sede do posto e em algumas regiões sob a protecção militar, a localidade de Selva e Púngué Sul, (o mapa 7), o fim da guerra (1992) significou o aumento das áreas povoadas, de 12 para 36<sup>293</sup>. As maiores localidades de produção do milho no posto aumentaram: Gacamira, Belas, Chogodore, Chirewa, Lore, Nhamudimo e Chitundo<sup>294</sup> e a emergência dos pequenos agricultores em Vanduzi, (apêndice 3.19 e mapa 8)<sup>295</sup>.

No geral o número das machambas das famílias rurais cresceu de 2.96 milhões entre 1991 a 1992, para 3.41 milhões entre 1996 a 1997. As áreas cultivadas aumentaram de 3.05 milhões para 3.80 milhões no mesmo período a nível nacional. Este crescimento foi auxiliado pela queda regular das chuvas nos finais de 1995 a 1996<sup>296</sup>. O resultado directo foi a queda das importações do milho de 663.000 ton em 1992 para 14.000 ton do

<sup>290</sup> Tschirley e Santos, 1999:5; MPF, 1997:1; ACNUR/PNUD, 1996: 7 e 10.

<sup>291</sup> MAP, 1996:20 e 60; Adam e Cruz e Silva, 1989: anexo 8, mapa 2.

<sup>292</sup> Os regiões povoadas em Vanduzi durante a guerra entre o Governo e a RENAMO foram: a Aldeia Josina Machel, Macore, Chitambe, 25 de Setembro, bairro Verde, Marrongorongo, bairro Escola, Armada, bairro Centro e bairro Chimuanandimai, (Armando Meneses Tembenuca. Entrevista. Vanduzi, 25. 03. 2003).

<sup>293</sup> As regiões que passaram a serem habitadas no período pós guerra foram: Lore, Muzidzi, Chitundo, Manhunde, Nhanhara, Macadera, Mucombezi, Nhamudimu (na localidade de Pungué Sul), Gacamira, Chigodore, Nhansoro, Nhamphonda, Nhamanhonha e Chibata (na localidade de Chigodore) e as da sede de Vanduzi: Belas 1 e 2, Munhinga, Chinhamacungo, Nhamawere 1 e 2, Npungura, Mariondo 1 e 2, Sambadzo e Matundo A e B, (Armando Meneses Tembenuca. Vanduzi (sede), 25. 03. 2003)

<sup>294</sup> António Meneses Tembenuca. Entrevista. Vanduzi, 25. 03. 2003.

<sup>295</sup> Eresse Miquitaio Matsipissa. Chimuanan Ndimai-Vanduzi, 02. 04. 2003; Araújo Mpúngu e Nelson Fole. Mucombezi-Vanduzi, 27. 03. 2003.

<sup>296</sup> MPF, 1997:1



milho em 1996. Automaticamente, o número da população dependente das ajudas alimentares de emergência decresceu. De 3.8 milhões entre Dezembro a Abril de 1992, para 154.000 entre 1996/7. Esses números, não reflectem a realidade das necessidades alimentares do país e o distrito de Manica, em particular o posto de Vanduzi nesse período era o mais estável quanto as reservas alimentares de milho, principalmente nas épocas de colheita e de comercialização agrícola. O grande problema é o preço praticado na venda do milho e o custo dos produtos da primeira necessidade nos mercados informais, (apêndice 3.11 e 3.12)<sup>297</sup>.

Apesar do reconhecimento da agricultura familiar como a principal actividade económica no país, persistem ineficiências nos mecanismos para o melhoramento da sua produção, na aplicação dum preço de venda do milho que aproximasse ao custo da sua produção acumulada (a força de trabalho, o tempo gasto pelo camponês na sua produção, o investimento feito no acesso aos factores de produção e o custo de transporte pós colheita das machambas para os principais centro de comercialização agrícola). A justificação sobre estes factores está nos preços do milho que são praticados nos mercados informais de Vanduzi e os produtos industriais de primeira necessidade comprados na cidade de Manica, Chimoio e na Vila de Machipanda<sup>298</sup>.

Os estudos preliminares realizados em 1989 indicam que o custo da produção do milho das famílias rurais estava na ordem de 49,00mt por quilo. No sector empresarial estimava-se em 81,26mt por quilo, para uma produção média de 2500 quilos de milho por hectare. Nos cálculos feitos para as machambas privadas, o custo de um quilograma de grau do milho, numa produção média por hectare de duas toneladas, era de 165,00tm por quilo, e numa produção média de 3 toneladas por hectare, o custo era de 110,00mt por quilo, para uma produção óptima de 4 toneladas por hectare, o custo seria de 82,50mt por quilo<sup>299</sup>.

Porém, os preços de comercialização do milho produzido pelos camponeses são mais influenciados pela oferta que pelo custo de produção, para além da influência dos factores de ordem natural (secas e cheias) e da falta da compensação da força de trabalho imprimida na produção e no transporte do excedente agrícola à comercializar<sup>300</sup>.

---

<sup>297</sup> MAP, 1996:1, 20 e 60.

<sup>298</sup> Sara Bilare. Vanduzi (sede), 03. 04. 2003.

<sup>299</sup> Adam e Cruz e Silva, 1989:13/4.

<sup>300</sup> Diogo, 1991:30/31.

O período pós guerra foi de desenvolvimento de redes comerciais entre as províncias excedentárias do milho do centro para as do sul do país, e para os países vizinhos. A variação do preço do milho é sazonal<sup>301</sup>, o que tem influenciado negativamente nos rendimentos reais dos camponeses. Significa que apesar das flutuações, a tendência geral é a diminuição dos preços na comercialização, para além de serem flutuantes, estão a baixo do valor real do custo da sua produção, do uso de factores de produção (enxadas, catanas, sementes e as vezes adubos, insecticidas, sementes melhoradas) e os custos de transporte<sup>302</sup>, tendo em conta que a maior parte dos camponeses transporta "na cabeça" o milho da machamba para casa, e da casa para o mercado (informal). O que torna difícil calcular o custo da força exercida pelo camponês no manuseamento do seu excedente agrícola do milho (da machamba para a casa e da casa para o mercado informal), (apêndice 3.20)<sup>303</sup>.

O fim da guerra em 1992, e as eleições de 1994 impulsionaram o desenvolvimento do sector informal em Vanduzi. O sistema de preços fixos a nível grossista e retalhista foi gradualmente desmantelado a partir de 1989. Em Setembro de 1993, os preços a retalho de milho foram liberalizados. Até 1996, o sistema de preços mínimos foi abandonado e qualquer tipo de preço de produtos sejam eles agrícolas ou industriais passaram a ser considerados como indicadores. Esta nova estrutura do mercado acabara com o desmantelamento do AGRICOM e a sua substituição pelo Instituto Nacional de Cereais (ICM), como já referimos neste trabalho<sup>304</sup>.

Na verdade, o papel do Estado na comercialização agrícola em Vanduzi, limitou-se na construção de vias de comunicação (estradas), para garantir um ambiente próprio para o desenvolvimento da actividade comercial sob o controlo do privado, dos camponeses e dos comerciantes informais, e a fazer análises de previsões das necessidades das reservas alimentares do milho que o país necessita<sup>305</sup>. Para além disso, o Estado implementa programas de extensão rural, que a partir de machambas de experimentação nas principais vias de acesso, permitem a demonstração prática das técnicas melhoradas da produção do milho, desde a rotação de culturas, aplicação de fertilizantes, sementeira e alinhamento. O

<sup>301</sup> Adam e Crua e Silva, 1989: anexo 8, mapa 2, MIC/MADER, 2003:3.

<sup>302</sup> MPF, 1997:2-3.

<sup>303</sup> Afonso Temava, Luís Fernando, Eduardo Raul. Vanduzi (sede), 25. 03. 2003.

<sup>304</sup> MPF, 1997:7.

<sup>305</sup> MPF, 1997:10.

Estado também facilitou aos camponeses o acesso às sementes das culturas resistentes a seca, doenças e pragas. Instruiu-os a praticarem as técnicas de conservação de solos e água, métodos de melhoramento da conservação de milho (celeiros melhorados) e garantir a resolução dos conflitos de terra<sup>306</sup>, só que nem sempre a importação de tecnologias era a solução dos problemas de produção agrícola no campesinato de Vanduzi, porque faltou definirem-se soluções já existentes e adapta-las as novas tecnologias, às realidades locais e fazer da actividade comercial um factor impulsionador da produção agrícola<sup>307</sup>.

A flutuação dos preços dos produtos agrícolas e industriais de primeira necessidade nos principais centros comerciais urbanos e rurais no período pós guerra entre o Governo e a RENAMO (1992), tornou-se característica marcante da economia de mercado e com consequências graves nas economias das famílias rurais quanto ao acesso aos produtos de primeira necessidade. Analisando o Quadro abaixo entre o preço de venda de 1 kg de milho e o custo de compra de 1 kg de açúcar e 1 l de óleo da cozinha, verificam-se diferenças abissimas entre o preço de 1 kg de milho em relação a 1 kg de açúcar e 1 l de óleo de cozinha. As quantidades de quilogramas de milho necessárias para que o camponês compre 1 kg de açúcar e 1 l de óleo da cozinha multiplicam-se de ano para ano. Situação que cria défices alimentares entre as famílias rurais e faz com que o camponês de hoje nas zonas rurais e em particular em Vanduzi, não viva somente dependente da produção e comercialização dos produtos vindos da agricultura, mais aparece no mercado a concorrer com outros comerciantes informais na revenda de produtos industriais de primeira necessidade adquiridos nos centros urbanos (cidade de Chimoio, de Manica), o mercado informal fronteiriço de Machipanda e nos mercados zimbabweanos<sup>308</sup>.

---

<sup>306</sup> MPF, 1997:11; Vilanculos, 1990:10/12.

<sup>307</sup> Tramban, 1992:4; MPF, 1997:11.

<sup>308</sup> Alberto manuel Ndziqira. Selva-Vanduzi, 31. 03. 2003; Eduardo Raul Dzintangue. Vanduzi (sede), 25. 30. 2003; Filipe Guve. Vanduzi (sede), 29. 03. 2003; MA P, 1997:60.

**Variação de Preço de 1kg de Milho e a Quantidade de Milho Necessária para Comprar 1kg de Açúcar e 1L de Óleo nos Mercados de Chimoio, 1992-1997**

Ano	1kg	1kg Açúcar	1L Óleo	Custo de Compra (00 mt)		Custo em Produtos (1kg de milho)	
	Milho (00 mt)	(00 mt)	(00 mt)	1kg Açúcar	1L Óleo	1kg Açúcar	1L Óleo
1992	1.429	1.797	4.450	368	3.021	0,25	2,11
1993	364	2.385	4.830	2.021	4.466	6,6	12,26
1994	602	9.968	8.588	9.366	7.986	16,55	13,26
1995	1.175	5.159	13.899	3.984	12.724	3,39	10,82
1996	1.891	7.077	16.069	5.186	14.178	2,74	7,49
1997	1.250	6.857	15.617	5.607	14.367	5,49	11,49

Fonte: MAP, 1996: 60, (adaptada).

Portanto, essas diferenças não permitem a acumulação de riqueza “dinheiro” para o campesinato de Vanduzi admitindo que o mesmo, para a compra dos factores de produção e os produtos industriais de primeira necessidade, entre vestuários e outros, a base está na produção e comercialização do seu excedente agrícola de milho e de outras culturas. O resultado directo do PRE para o campesinato foi: aumento do custo e degradação das condições de vida, o que condicionou o surgimento de estratégias de sobrevivência, diminuição do tempo e da mão-de-obra na produção agrícola, para prática do comércio informal envolvendo os Produtos agrícolas locais e industriais comprados nos mercados urbanos (cidade de Chimoio, de Manica), no mercado informal fronteiriço de Machipanda e nos mercados zimbabweanos<sup>309</sup>.

O comércio informal por sua vez foi moldando novas relações de produção entre os membros duma família em Vanduzi. Entre os que se dedicam na produção agrícola e os que se preocupam em aumentar o rendimento da economia familiar a partir do comércio informal de produtos agrícolas e industriais, principalmente jovens em idade escolar<sup>310</sup>. Desta forma os jovens em Vanduzi criaram o seu próprio auto-emprego que passou a sustentar os seus estudos (para os que estudam), ajudar com dinheiro os trabalhos da machamba, à família pelo aluguer de juntas de charruas para o cultivo de milho e outras culturas, a um custo de 5.000,00mt em cada metro quadrado em lavoura, sacha e sementeira e garantir que a família tenha o acesso aos produtos industriais de primeira necessidade e dinheiro para assistência sanitária e escolar<sup>311</sup>.

<sup>309</sup> Eduardo Raul Dzintangue. Vanduzi (sede), 25. 30. 2003; Filipe Guve. Vanduzi (sede), 29. 03. 2003; MA P, 1997:60.

<sup>310</sup> Paulo Rosano Moisés. Vanduzi (sede), 03. 03. 2003

<sup>311</sup> Paulo Rosano Moisés; Sara Bilare. Vanduzi (sede), 03. 04. 2003

A outra estratégia para melhorar a condição social e económica face ao aumento de custo de vida e melhorar a produção do milho, alguns camponeses de Vanduzi organizaram-se em associações agrícolas <sup>312</sup>. Segundo o nosso entrevistado Luís Fernando<sup>313</sup> explica que ,[...] com o dinheiro da comercialização de milho consegui comprar uma cabeça de gado por 3.000.000,00mt em 1991. Na altura uma cabeça de gado era barata. Já agora a partir de 2000 a 2003, uma cabeça de gado aqui em Vanduzi custa entre 3.500.000,00mt a 4.000.000,00mt [...]`. Portanto, a produção e a comercialização de milho passou a ser uma das estratégias de sobrevivência do campesinato em Vanduzi organizado em associações. Os membros associados pagam uma quota num valor de 100.000,00mt e uma contribuição semestral de 20.000,00mt, só que essas associações ainda não foram reconhecidas juridicamente. Situação que vem dificultar alocação das ajudas por parte do Governo e de outras ONGs na concessão de alguns créditos agrícolas<sup>314</sup>.

O funcionamento das ONGs é mais visível a nível da produção e não da comercialização. Todas as associações agrícolas dos camponeses ainda não conseguiram conquistar o mercado e ter um parceiro fixo que garanta a compra dos seus produtos agrícolas: milho, variedades de verduras e hortaliças, feijões, batata, entre outras. A comercialização desses produtos é feita a nível do mercado informal. Não possuem um comprador fixo no mercado agrícola numa época para outra e o nível de confiança em termos de garantias de vender uma determinada quantidade de produção é quase nula e se existir, o preço da venda é determinado pelos compradores juntos dos produtores. Portanto, estes factores não estimulam ao camponês e aos camponeses associados em redobram os esforços no sentido de aumentarem a produção e a produtividade. Para além de que no país das poucas instituições de microcréditos existentes ainda não expandiram as suas acções para as zonas rurais na área agrícola e há falta de seguro agrário para garantir o desenvolvimento da economia agrícola familiar do milho e a segurança alimentar no país em geral e em particular nas famílias rurais de Vanduzi<sup>315</sup>.

---

<sup>312</sup> Até ao momento Vanduzi possui cerca de três associações agrícola de camponeses: a Associação de Nahumbe-Belas, Nhamandhembe-Belas e a de Horticultura dos Camponeses de Selva-Vanduzi, (Armando Meneses Tembenuca. Vanduzi (sede), 25. 03. 2003; Castel-Branco, 1995:619/20).

<sup>313</sup> Luís Fernando. Vanduzi (sede), 25. 03. 2003.

<sup>314</sup> Luís Fernando. Selva-Vanduzi, 31. 03. 2004.

<sup>315</sup> Rogério Mavanga. Chimoio, 18. 03. 2003; Suneyd Abdul Garibo. Vanduzi (sede), 28. 03. 2003.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção e a comercialização do milho em Vanduzi desde o período colonial nos anos 60 até o período pós colonial, continuou sendo a base de alimentação e de compra de produtos de primeira necessidade e de acesso a saúde e educação nas famílias rurais.

A evolução histórica da economia familiar de base agrícola em Vanduzi foi marcadamente influenciada por diferentes políticas agrárias desenvolvidas nos períodos entre: 1960-1975; 1975-1987 e 1987-2000, mas sem no entanto criarem mudanças significativas no melhoramento da economia, das técnicas de produção e dos preços na comercialização do excedente agrícola do campesinato, apesar deste criar outras estratégias de sobrevivência.

De 1960 à 1975, as políticas agrárias foram executadas por organismos corporativos: o GPCDB (1942-1962) e o GLPDMS (1963-1974) que integravam representantes do Governo colonial e fazendeiros brancos associados. Vanduzi neste período era um bloco agrário no plano de fomento e povoamento livre de Revué. A estrutura agrícola era mista: uma semi-mecanizada (ainda com uso de enxadas e catanas na produção) entre os colonos (brancos e negros) e outra a sequeira (a camponesa) com técnicas rudimentares de produção.

Os colonos eram assistidos pelos Grêmios no acesso aos factores de produção e para manter a fraca concorrência dos colonos negros, os Grêmios desenvolveram políticas discriminatórias quanto a concessão de créditos agrários. Os colonos brancos eram assegurados pelos Grêmios no acesso a créditos bancários na aquisição de factores de produção (tratores, alfaias, insumos agrícolas, mão-de-obra contratada e cabeças de gado) e pagavam as hipotecas no fim de cada campanha agrícola. A principal força de trabalho era a mão-de-obra camponesa contratada ou sazonal, adulta e infantil, sob políticas de baixos salários, factor principal da fuga da mão-de-obra de Manica no geral, particularmente em Vanduzi para a Rodésia do Sul à procura de melhores condições de vida.

Os colonos negros recebiam terras com menos de 10ha e tratores em regime de aluguer para a sacha, a sementeira, a colheita e transporte pagos no fim de cada campanha agrícola. Eles eram como uma espécie de "trabalhadores ou funcionários rurais" dos Grêmios na produção do milho, do algodão e outras culturas enquanto que o campesinato local produzia as mesmas culturas nas terras marginais. A produção dos colonos tinha o

mercado garantido pelos Grémios e a do campesinato dependia do bom censo dos colonos em aceita-los e a associar-se a eles para o acesso aos mercados coloniais por via dos Grémios e muitas das vezes recorriam aos cantineiros indianos para a venda do seu excedente agrícola.

No geral o desenvolvimento da produção e comercialização do milho em Vanduzi neste período foi resultado das reformas económicas dos anos 60 e das construções de infra-estruturas: estradas, linhas férreas e a barragem hidroeléctrica de Revué, que asseguraram todo o desenvolvimento agrícola na região e permitiram a intensificação da fiscalização da exploração da mão-de-obra e da produção agrícola do campesinato e a posterior integração nos mercados capitalistas da época, no acesso aos produtos de primeira necessidade e de concorrer "livremente" na produção e comercialização de milho e outras culturas com os grandes produtores, os colonos (brancos e negros) na região, o que permitiu a emergência de classe de pequenos agricultores negros locais até os meados dos anos 70.

De 1975 a 1987, a estrutura produtiva em Vanduzi alterou no sentido político: da ausência da produção colona para à estatal e colectiva dentro da política de socialização do campo, mas sob vários constrangimentos registados nos primeiros anos da independência (1975-1980) com o destaque para: o abandono dos colonos à produção agrícola em Vanduzi (a partir de 1976), desaparecimento das redes comerciais asseguradas pelos Grémios e pelos cantineiros indianos (a partir até 1978), o abandono da população à produção agrícola nas cooperativas (entre 1978-1983) devido a seguintes factores: inexperiência dos chefes das cooperativas e da população no geral na produção colectiva, falta de transparência por parte dos chefes na gestão dos rendimentos produzidos pelas cooperativas, o fracasso das lojas do povo em abastecer as cooperativas em factores de produção como tinha sido previsto e a intensificação da guerra entre o Governo e a RENAMO. Estes factores provocaram a crise alimentar em Vanduzi.

A criação da Empresa Estatal Agrária de Vanduzi em 1981 até os finais de 1987 dentro do PPI significou a salvação e a esperança de vida das populações locais e das regiões vizinhas ( Bárue, Macossa e Mavonde) no acesso ao emprego efectivo ou sazonal pago em produtos agrícolas (milho, feijões, batata, hortaliças e as vezes em sementes) e em dinheiro. Das populações a empresa teve facilidades de mão-de-obra efectiva e sazonal para além do trabalho de mobilização que era feito pelos grupos dinamizadores às

comunidades locais e as direcções das escolas aos jovens a se envolverem nos trabalhos voluntários, e como forma de construção e formação do "homem novo". Esta estrutura de vida alterou-se a partir de 1987 a quando da introdução do PRE, o que significou ao mesmo tempo, a falência da empresa (em 1989) e o desaparecimento da mesma (em 1991) e o aumento de custo de vida para as famílias rurais de Vanduzi.

No período entre 1975-1985, em Vanduzi constatou-se que a produção do milho e outras culturas entre o campesinato local ainda eram desenvolvidas em pequenas porções de terras ao longo da estrada nº.102 e nas margens das fazendas da empresa sob a protecção militar. Neste período, a actividade comercial agrícola camponesa como estratégia de sobrevivência era quase nula. A produção de milho (em pequenas quantidades) era mais para consumo. As secas sucessivas nas campanhas agrícolas de 1981/2, 1982/3 e 1983/4 e a guerra foram os principais factores que alastraram a crise dos meados dos anos 70 para os meados dos anos 80. As melhorias na produção agrícola familiar registaram-se no período subsequente a 1987, com mais destaque nos períodos entre 1986-1990 e no período pós guerra (1992-2000).

A produção e comercialização do milho e outras culturas em Vanduzi melhoraram no sentido comparativo entre os períodos anteriores dos anos de 1986 e o período pós guerra devido a : incentivos em insumos (sementes melhoradas de milho e outras culturas) e factores de produção (enxadas, catanas e machados) distribuídos pelo projecto GTZ-MAP/MARRP, ainda a abertura e reabilitação de estradas, picadas e furos de água para além da construção de postos médicos e escolas benéficas às comunidades rurais de Vanduzi entre 1986-2000.

A introdução do PRE em Vanduzi em 1987 no âmbito do pacote da política agrária constatou-se a componente de assistência às comunidades pelos extensionistas agrários na explicação das melhores técnicas na produção através de machambas de experimentação ao longo das principais vias de comunicação, técnicas locais de melhoramento ao combate a pragas (misturas de piri-piri e tabaco com sabão), combate a erosão e construção de celeiros melhorados.

Os conflitos de terras registados principalmente no período pós guerra entre a população local, deslocados e desmobilizados de guerra e os antigos trabalhadores de empresas estatais, foram resolvidos com a intervenção das autoridades governamentais e locais do posto, mas sob um novo fenómeno, o de abandono à concorrência de ocupação



de terras por parte das comunidades locais em cultivar as terras anteriormente exploradas pela empresa estatal numa produção mecanizada nefastas para a produção sequeira, passando a recorrer as terras do interior do corredor que estavam num regime de pousio durante todo o período de guerra, factor que aumentou as áreas de cultivo do milho a partir deste período em Vanduzi, tendo em conta que, entre 1992 a 1995, as regiões ao redor da sede de Vanduzi consideradas perigosas em termos de engenhos explosivos tinham sido desminadas.

Na componente da comercialização, o PRE para as comunidades de Vanduzi significou: alargamento do mercado informal da venda de factores de produção (enxadas, sementes, insumos agrícolas) e de produtos de primeira necessidade (sal, sabão, óleo, açúcar e outros). Também houve campanhas de sensibilização feitas pelos extensionistas da DDADRM e da GTZ-MARRP aos camponeses informando-os sobre a variação dos preços do milho nos mercados vizinhos e as épocas do baixo e do alto preço da comercialização do milho,

O aumento do custo de vida foi consequência do economia de mercado que proliferou de um lado, o mercado informal, o que foi benéfico para a comercialização do excedente do milho e, por outro lado, a aquisição dos produtos de primeira necessidade vindos dos mercados nacionais (cidade da Beira, Chimoio e Manica) e mercados fronteiriços de Machipanda e Zimbabwe. Factores que criaram novas relações de divisão de trabalho nas economias das famílias componesas de Vanduzi, onde os mais velhos (pais e os irmãos mais velhos) dentro da família nuclear ou alargada dedicam-se a produção agrícola e os jovens e adultos em idade escolar criaram o seu próprio auto-emprego a partir do comércio informal local e a compra de produtos de primeira necessidade (roupas e produtos alimentares) nos mercados de Machipanda e Zimbabwe.

O comércio informal também é a principal actividade de sobrevivência de jovens órfãos e mulheres viúvas ( devido a guerra) ou outras patologias (SIDA), eles assumem a chefia das suas famílias. Portanto, o dinheiro ganho nesta comercialização se reverte na produção agrícola, no aluguer de charruas de gado para a lavoura, sacha e sementeira a um custo de 5.000,00mt por metro cúbico. O gado também é utilizado no transporte de culturas nas épocas das colheitas a um preço negociável entre os dois intervenientes (o proprietário e o camponês) no aluguer de uma carga de milho numa carroça de boi dependendo das distâncias.

Em suma, a problemática de produção e comercialização do milho em Vanduzi ainda é um tema por explorar quanto a relação entre o custo de produção, de transporte e de compra de alguns factores de produção do milho com os preços de venda desse cereal nos mercados informais de Vanduzi. Os comerciantes informais vindos de Tete, Chimoio, Beira, Inhambane, Gaza e cidade de Maputo são os que estabelecem o preço de compra do milho junto aos produtores, o que tem criado vários constrangimentos na melhoria de vida, das técnicas de produção do camponês singular ou associado. No caso das associações existentes em Vanduzi, até a altura da pesquisa (três) não conseguem incrementar a sua produtividade porque não possuem mercado garantido para a venda da sua produção e encaram problemas de falta de créditos agrários.

## **5. FONTES UTILIZADAS**

### **5.1. Obras não publicadas**

#### **5.1.1. Entrevistas**

- Alberto Luis-Ex-Trabalhador da ex-Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi e Camponês. Belas-Vanduzi, 01. 04. 2003.
- Alberto Manuel Ndaiquirá-Camponês. Selva-Vanduzi, 31. 03. 2003.
- Afonso Temava-Comerciante Informal de Milho de Tete. Vanduzi, 25. 03. 2003.
- Américo Juliase-Vendedor Informal-Mucombezi Vanduzi, 27. 03. 2003
- António Rodrigues. Ex-Director da Empresa Estatal Agro-Pecuária de Gondola e Técnico da Extensão Agrária na Direcção Provincial de Manica. Chimoio, 18. 03. 2003.
- André Festa Bofo-Antigo Agricultor Colono. Sussundenga, 28. 02. 2003.
- Araújo Mpúngu-Régulo e Camponês. Mucombezi-Vanduzi, 27. 03. 2003.
- Armindo Meneses Tembenuca- Chefe do Posto Administrativo de Vanduzi. Vanduzi, 25. 03. 2003.
- Augusto Raera Cafaina-Ex-Técnico da Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi. Camponês e Membro da Associação dos camponeses de Nhambe. Belas-Vanduzi, 01. 04. 2003.
- Augusto Resar-Vendedor Informal de Milho. Vanduzi, 25. 03. 2003.
- Basílio Sozinho Faustino Jorge-Camponês de Púngué Sul. Púngué Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003.
- Carlos Magoche-Ex-Técnico da Empresa Estal Agrícola de Vanduzi e Camponês. Belas-Vanduzi, 01. 04. 2003.
- Chimoio Manuel Magode-Antigo Agricultor Colono. Sussundenga, 24.02.2003.
- Eduardo Raul Dzintangue-Comerciante Informal de Milho de Tete. Vanduzi, 25. 03. 2003.
- Eresse Miquitaio Matsipissa. Antigo Combatente e Pequeno Agricultor. Chimuanandimai-Vanduzi, 02. 04. 2003.
- Fabião Jafas-Ex-Técnico da ex-Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi. Membro-chefe da Associação dos Camponeses de Nhambe. Belas-Vanduzi, 01. 04. 2003.
- Feniasse Manchuri-Agricultor. Selva-Vanduzi, 31. 03. 2003.
- Fernando Gonsalves Carmona-Balconista do Centro Comercial Privado de Insumos Agrícolas da SEMOC/PANAR em Vanduzi. Vanduzi (sede), 28. 03. 2003.
- Filipe Guve-Comerciante Informal de Roupa. Vanduzi (sede), 29. 03. 2003.
- Fungai Falisse- Comerciante Informal de Roupa. Vanduzi (sede), 29. 03. 2003.
- Inácio Muchaibande-Camponês. Púngué Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003
- Jaime Vasco Emaússe-Chefe da Extensão Agrária de Vanduzi. Vanduzi, 25. 03. 2003.
- Joaquina Sixpen. Comerciante Informal. Vanduzi (sede), 03. 03. 2003.
- Joaquim Flanela-Antigo Agricultor Colono. Sussundenga, 03.03. 2003.
- João Siquice Macicana. Ex-técnico da ex-Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi e Técnico Médio da Direcção Provincial de Manica. Chimoio, 18. 03. 2003.
- Lodrigues Filipe Sentes. Comerciante Informal de Roupa. Vanduzi (sede), 29. 03. 2003.
- Júlio Bulande Kantitci. Camponês. Púngué Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003
- Luis Fernando-Comerciante Ambulante de Milho e Chefe da Associação dos Camponeses de Nhamandhembe. Vanduzi, 25. 03. 2003.

- Macassero Quente. Camponês e Regressado. Púngué Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003.
- Mário dos Santos Armando. Ex-Chefe do Departamento Provincial de Economia (1980/1990). Chimoio, 19. 03. 2003.
- Ngoua Nherezerani. Ex-Técnico da Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi. Membro da Associação dos Camponeses de Nhawombe. Belas-Vanduzi, 01. 04. 2003.
- Nelson Fale- Camponês. Púngué Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003
- Ningane Alberto Tomás. Ex-Técnico da Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi. Membro da Associação dos Camponeses de Nhaumbe. Belas-Vanduzi, 01. 04. 2003
- Ntchandjundja Ndalamandja Nhakanbuwa-Camponês. Púngué Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003.
- Paulo Miquitaio Micas-Extensionista Agrário de Vanduzi. Vanduzi, 25. 03. 2003.
- Paulo Rosane Moisés. Comerciante Informal. Vanduzi (sede), 03. 03. 2003.
- Pedro Samuel. Extensionista Agrário de Vanduzi. Vanduzi, 25. 03. 2003.
- Pedro Claber. Ex-Director da Ex-Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi (1986/1991) e Chefe do departamento da Floresta e Fauna Bravia de Sussundenga. Sussundenga, 20. 03. 03.
- Queface Tembo. Ex-Técnico da ex-Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi. Membro-chefe da Associação dos Camponeses de Nhaumbe. Belas-Vanduzi, 01. 04. 2003
- Real Casal. Ex-Trabalhador da Ex-Empresas Estatal Agrícola de Vanduzi e Camponês. Vanduzi (sede), 25. 03. 2003.
- Rodolfo Cândido. Cooredenador do Programa de Capacitação das Instituições Públicas e Privadas da Província de Manica (PROCIPP). Chimoio, 14. 03. 2003 .
- Rogério Mavanga. Ex-chefe de Produção da ex-Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi (1985/1991) e Chefe do Departamento Provincial de Extensão Rural de Manica. Chimoio, 18. 03. 2003.
- Santos Fernando Pedro. Comerciante Informal de Roupas. Vanduzi (sede), 29. 03. 2003.
- Santos Savaio. Ex-Técnico Agrário Básico da ex-Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi e Vendedor Informal de Milho e Insumos Agrícolas da SEMOC em Sussundenga. Sussundenga, 20. 03. 2003.
- Sara Bilare. Comerciante Informal. Vanduzi (sede), 03. 03. 2003.
- Simão Tazua Maitane. Presidente da Localidade de Púngué Sul. Púngué Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003.
- Sinimba Chicolo-Antigo Combatente e Camponês. Púngué Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003
- Suneyd Abdul Garibo-Gerente do Centro Comercial Privado de Insumos Agrícolas da SEMOC/PANAR em Vanduzi (sede), 28. 03. 2003.
- William Machunhatadzi. Camponês. Púngué Sul-Vanduzi, 27. 03. 2003.
- Valentim Luísa António. Extensionista agrário. Selva-Vanduzi, 31. 03. 2003.
- Vinácio Deve-Comerciante Informal de Roupas. Vanduzi (sede), 29. 03. 2003.
- Zacarias Alberto-Vendedor Informal. Mucombezi-Vanduzi, 27. 03. 2003.
- Zeca Johane-Ex-Trabalho da Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi e Camponês. Selva-Vanduzi, 31. 03. 2003.

### 5.1.2. Documentos Primários Existentes em Instituições ou Empresas

#### a) Arquivo Histórico de Moçambique (AHM)

AHM. FACC, Cx. 100. "Administração, Estatística, 1952-1954".

AHM-FGG, Cx. 915, P.v/5ª. "Arquivo de Repartição do Gabinete-Grémios de Produtores de Cereais do Distrito da Beira".

AHM-FGG, Cx. 916, P.V/012ª. "Organismo de Coordenação e Cooperativas".

AHM-FGG, Cx. 915, P.V/5ª. "Arquivo de Repartição do Gabinete": Grémios de produtores de Cereais do Distrito da Beira, 1960/1961.

AHM-FGG, Cx. 5. "Plano de Fomento para 1973-Aldeamento".

AHM-FGG, Cx. 916, P.V12ª. "Organismos de Coordenação e Cooperativas".

AHM-FGG, Cx. 915, P.V/4ª. "Processo Geral-Organismo de Coordenação Económica e Corporativas": Instituto de Cereais de Moçambique.

AHM-FCNA, Cx. AC/56. Ministério da Agricultura. "Comissão das Aldeias Comuns": Criação da Base Económica e Sólida Garantirá Melhoria da Vida da População.

AHM-FSE. Oliveira, José de. Novo Conceito da Exploração Familiar. In: "Agricultura e o II Plano de Fomento", 1964, pp. 87-91.

#### b) Centro de Estudos Africanos (CEA)

Adam, Y e Cruz e Silva, T. "Mercados e Preços nas Zonas Rurais" (estudo preparatório), (Agosto), 1989. [CEA.Cx.36/J].

Hermele, Kenneth. "O Ponto de Partida: Diferenciação Rural e Estratégia de Desenvolvimento". Apontamento sobre Moçambique no Período de Transição, 1974-1977. Estocolmo: Rascunho, (Fevereiro), 1987. [CEA.Cx.34/A.].

República de Moçambique. "Política Agrária e Estratégia de Implementação". Maputo, (Outubro), 1995, p.34. [CEA.Cx. 127/B].

Roesch, Otto. "Peasant, War and Tradition in Central Mozambique". Department of Anthropology Trent University Peterborough, Ontário, Canada, 1992. [CEA.Cx. 81/A].

**c) Direcção Nacional de Geografia e Cadastro (DINAGECA)**

Dinageca. "Carta Geográfica do Distrito de Manica", [ s.n, s.d].

**d) Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER)**

MICT. "Política e Estratégia Comercial". Maputo, 1999.

MICT/Direcção Nacional de Comércio. "Boletim Mensal de Comércio Agrícola".  
Nº 52, 02 (Dezembro), 2002.

RM/Conselho de Ministros. "Programa do Governo Para 2000-2004". (Aprovado  
pela Resolução n.º 4/2000 de 22 de Março, da Assembleia da República  
publicado no Boletim da república n.º 12, 1º série, Suplemento), 2004.

**e) Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Manica (DPADRM)**

DPAM. "Componente": FT e Salários, 1989;

DPAM. Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi. "Balanço da Força de Trabalho  
Permanente": Campanha 1988/89.

DAPM. "Carta Tecnológica de Milho Sequeiro 450 Ha": Campanha 1988/9.

DPAM. "Plano de Despesas de 1989".

DPAM. "Escalonamento Mensal de Receitas". Campanha de 1988/9.

DPAM. "Carta Tecnológica de Batata 15 Ha": Campanha 1988-1989; 1989.

DPAM. "Carta Tecnológica de Girassol 150 Ha": Campanha 1988/89, 1989.

DPAM. "Balanço da Força de Trabalho Permanente": Empresa Estatal Agrícola de  
Vanduzi. Campanha de 1988/89

DPAM. "Empresa Estatal de Vanduzi": Plano de Receitas, 1989.

DPAM. Empresa Estatal Agrária de Vanduzi. Plano de Alfabetização, Escolarização  
e Formação Profissional. Manica, 1989.

DPAM. "Empresa Estatal Agrária de Vanduzi": Plano de Financiamento de  
Empresa Estatal de Vanduzi, 1989.

DPICTM. "Comercialização Agrícola", [s.d].

GTZ-MAP. "Estudo Sobre Produção Agrícola e Proposta Para O Fornecimento de Factores, 1987-1990". Masvingo, 1987.

GTZ-MARRP. "Discussion Paper on Possible GTZ/MARRP: The Reintegration and Resettlement of Refugees in Manica Province Mozambique", Second Draft, (November), 1992.

GTZ-MARRP. "Integrated Rural Development Strategy Plan For Manica Province, (IRDSP)". Chimoio, 1995

GTZ-MARRP. "Formulation of a Comprehensive Agroservice Strategy for Respective Institutions in Manica Province, Mozambique": Background information Report an Input supply in Manica Province, 1995.

GTZ-MARRP. "Integrated Rural Development Strategy Plan For Manica Province (IRDSP)". Chimoio, 1995.

GTZ-MARRP. "Agricultura, Infra-estruturas, Projectos de Mulheres". Chimoio, 1995

MPF. "Discussão do 1º Esboço da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutrição". Maputo, 1997.

#### **f) Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Manica (DDADRM)**

Chapo, Ana Armando. "Análise dos Constrangimentos na adopção das Tecnologias de Produção Intensiva do Milho e Implementação da Intervenção Apropriada no Distrito de Manica, Província de Manica". Relatório Preliminar da Implementação do projecto de Estágio (SEPS/UCE), 2003.

Chapuis, Erwan. "Perspectives for an Agricultural Intensification in Manica District, Mozambique": From a Study of Farm Household Agricultural system. First Draft of the Thesis from Development Economics, MSC, Wageningen University, Holland,

DDADRM. "Serviços Provinciais de Extensão Rural": Programa SG 2000: Cálculos de Rendimentos, 1996-1997. Manica, DDADRM, 2000.

#### **5.1.3. Teses, Dissertações, Brochuras e Artigos Não Publicados**

Adam, Yussuf. "Trick Or Treat": The Relationship Between Destabilition, Aid and Government Development Polices In Mozambique, 1975-1990, [PhD, Degreeen Development Studies], Roskilde University, 1996. [CEA]

Alexander, Jocelyn. "Political Change in Manica Province": Implications for the

Decentralization of Power, 1995. [NET]

- Alexander, Jocelyn. Terra e Autoridade Política no Moçambique do pós-guerra: Apontamentos da Província de Manica. In: Nhachungue, Erasmo. "Artigos Seleccionados sobre Questão de Terras em Moçambique". Maputo, 1996. [NET/MADER]
- Borges Coelho, João Paulo Costantino. "Protected Villages And Communal Villages In The Mozambique Province of Tete (1968-1982)", [PhD, Thess], University of Bradford Department of Social and Economic Studies, 1993. [CEA]
- Bowen, Merle Luanne. "Let's Build Agricultural Producer Cooperatives Socialist Agricultural Development Strategy in Mozambique, 1975-1983", [PhD, Thess], University of Toronto, 1986. [CEA]
- Coelho, C.A.F. "As Reformas de 6 de Setembro de 1961 e a Sua Incidência Política-social em Moçambique", [ Tese de Licenciatura], ISCSPU, Lisboa, 1964/5. [AHM]
- Costa, M.A. "Do Zambeze ao Paralelo 22°": Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique. Beira, 1940. [AHM]
- Covane, Luís António. "Migrant Labour and Agriculture in Southern Mozambique with Special Reference to the Lower Limpopo Valley 1920-1992", [PhD, Thess], Institute of Commonwealth Studies, University of London, 1996. [CEA]
- Chovano, Lina Sara Hunguca. "O Impacto Sócio-Económico das Minas Anti-Pessoal do desenvolvimento Comunitário: o caso do Posto administrativo de Dombe (Distrito de Sussundenga), 1992-2001", [ Tese de Licenciatura], UEM, Maputo, 2004. [FLCA]
- Cruz, M.J. "História da Formação da Classe Trabalhadora em Manica e Sofala do Púnguè 1892-1982", [ Tese de Licenciatura], UEM, Maputo, 1982. [AHM]
- Darch, Colin e Hedges, David. "Samora Machel in Beira, Jun 1975": Political Rhetoric in the Transition Mozambican independence, [s.d, s.n]. [Prof. Dr. David Hedges]
- Hughes, David McDermott. "Cadastral Politics": The Making of Community Forestry in Mozambique and Zimbabwe, 1990. [CEA]
- MAP. "Estatísticas Agrárias". Maputo, 1997. [MADER]



- Mandlate, C. A Companhia de Buzi em Transição: Uma Abordagem sobre as Transformações dos Processos de Recrutamento de Mão-de-obra e da Estrutura de Produção Agrícola da Empresa, 1961-1991, [ Tese de Licenciatura], UEM, Maputo, 2004. [FLCS]
- Mavaneke, T. O Programa de Gestão dos Recursos Indígenas nas áreas Comunitárias Zimbabwe. In : Hatton, J.C. (ed). ``Actas do Workshop sobre a Elaboração de uma Proposta para Projecto de Área de Conservação Transfronteiriças de Chimanimani``, (Jun), 1995. [NET]
- MICT. ``Política e Estratégia Comercial. Maputo, 1999. (MADER)
- Myers, G. W. ``Confusion, Contradiction and Conflict Land Access in Mozambique in the Past-Peace Period``: Four Case Studies from Manica, Sofala, Gondola and Inhambane Province, 1993. [NET]
- Myers, G. W at al. ``Segurança de Posse de Terra e Desenvolvimento das Empresas Agrícolas Estatais em Moçambique``: Estudo de Três Casos Específicos nos Distritos de Nhamatanda, Manica e Montepuez, 1993. [NET]
- Myers, G.W. Agricultura Actual sobre a Questão das Terras Rurais em Moçambique. In: Nhachungue, E. ``Artigos Seleccionados sobre Questões de Terras em Moçambique. Maputo, 1996:36. [NET/ MADER]
- MPF. ``Discussão do 1º Esboço da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutrição``. Maputo, 1997. [DPADRM]
- Muchanga, Victor at al. ``Concessões e Conflitos de Terra nas Provincias de Manica e Tete: Estudos de caso de distritos de Gondola, Sussundenga, Tsongano e Magoé. Maputo, 2000. [NET]
- Muthemba, M.`` Cooperativas Agrícolas em Moçambique no Pós-Independência``: O Caso da Cooperativa 25 de Setembro em Boane, [Dissertação de Licenciatura], UEM, Maputo, 1998. [BFLCS]
- Neves, Joel das. ``Trabalho Migratório de Moçambique Para a Rodésia do Sul 1913-1958/60``, [Dissertação de Licenciatura], Instituto Superior Pedagógico. Maputo, 1990. [AHM]
- Neves, Joel das. ``Economy, Society and Migration in Central Mozambique, 1930-1965``: a case study of Manica Province, [PhD, Thess], University of London. School of Oriental and Africans Studies. London, 1998. [AHM]
- Ngovene, Henrique Samuel. ``A Política Agrária e o Sector Familiar na Zambézia, com Icidência no Distrito de Morrumbala, Particularmente no Posto Administrativo de Darre, 1975-2000``, [ Tese de Licenciatura], UEM, Maputo, 2001. [BFLCS]

Simão, Feliciano Victorino. "O Projecto de Desenvolvimento Agrário de Inhassune/Ramalhasco": Contexto e Impacto Sócio-Económico, 1980-1999, [Dissertação de Licenciatura], UEM, 2001. [BFLCS]

Tschirley, David. "Maize Trade Malawi an Price Levels in Mozambique": Implementations for Trade and Development Policy in " Reasech Report", 1999. [NET]

## 5. 2. Obras Publicadas

ACNUR/PNUD. "Perfis de Desenvolvimento Distrital: Distrito de Manica-Província de Manica, Maputo, 1990

ACNUR/PNUD. *Perfis de Desenvolvimento Distrital: Distrito de Manica-Província de Manica*. Maputo, 1996

Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders. *Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: CEA, 1994

Adam, Yussuf. Mão-de-obra Moçambicana na Rodésia do Sul. In : *Estudo Moçambicanos 2*. Maputo: Centro de Estudo Africanos, 1981, pp. 59-72.

Alexander, J. Terra e Autoridade no Pós-Guerra em Moçambique: O Caso da Província de Manica. In: *Arquivo 16*. Maputo: AHM, Outubro, 1994, pp. 5-94.

Alexander, J. Terra e Autoridade Política no Moçambique Pós-Guerra: Apontamentos da Província de Manica . In: Nhanchungue, Erasmo. *Artigos Seleccionados Sobre Questões de Terra em Moçambique*. Maputo: NET/UEM, 1996, pp.116-124.

Araújo, Ana Rosa. *Manual de Demografia para Estudantes de Medicina*. Maputo UEM, 2001.

Bannerman, J.H. Bvumba-Estado Pré-colonial Chona em Manica na Fronteira entre Moçambique e o Zimbabwe. In: *Arquivo 13*. Maputo: AHM, Abril, 1993, pp. 81-98.

Beach, D. As Origens de Moçambique e Zimbabwe: Paiva de Andrade, a Companhia de Moçambique e a Diplomacia Africana 1881-1891. In: *Arquivo 13*. Maputo: AHM, 1993, pp. 5-80.

Bettencourt, J. T. *Relatório do Governado Geral de Moçambique: Respeitante ao período se 20 de Março de 1940 a 31 de Dezembro de 1942, vol.1* Lisboa: Ministério das Colónias, 1945.

Boletim Oficial Nº 39, de 8 de Outubro de 1942, I Série.

- Boletim Oficial Nº 7, 1946, I Série.
- Boletim Oficial Nº-- 1961
- Boletim Oficial Nº 40, de 13 de Dezembro de 1961, I Série.
- Boletim Oficial Nº 13, de 31 de Março de 1962
- Boletim Oficial Nº 40, Legislação da Província, Governo Geral, Portaria nº 16867, S.1. pp. 449
- Boletim Oficial nº 16 de 1963,
- Bowen, M. L. Agricultura Camponesa em Moçambique: o caso do Chokwé na Província de Gaza. In: *Arquivo 7*. Maputo:AHM,1990, pp.5-44.
- Bragança, Aquino de. Independência Sem Descolonização : A Transferência do Poderem Moçambique, 1974-1975. In: *Estudos Moçambicanos 5-6*, 1986, pp 7-281.
- Cardoso, Fernando Jorge. *Gestão e Desenvolvimento Rural: Moçambique no Contexto da África Sub-Sahariana*. Lisboa: Fim do Século, 1993.
- Casal, A. Y. Discurso Socialista e Camponeses Africanos: Legitimação Política-Ideológica da Socialização do Rural em Moçambique (Frelimo), 1965-1984). In: *Revista Internacional de Estudos Africanos, 14-15*, (Jan-Dez.)1991, pp.35-76.
- Casal, A.Y. Crise da Produção Familiar e as Aldeias Comunais em Moçambique. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos 8-9*, (Jan-Dez.)1988, pp.157-191.
- Castel-Branco. Moçambique: Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário. In: Castelo/Branco, C. N. *Perspectivas Económicas*. Maputo: UEM, 1994, pp. 31-86.
- Castel-Branco, C.N. Opções Económicas de Moçambique, 1975-95: Problemas, Lições e Ideias Alternativas. In: Mazula, Brazão (ed). *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo [s.n], 1995, pp. 581-636.
- CEA. Socialização do Campo e Planificação. In: *Estudos Moçambicanos 3*, 1981, pp. 2-8.
- Chilundo, Arlindo Gonçalo. *Os Caminhos de Ferro e Estradas em Nampula (1900-1961)*. Maputo: Promédia, 2001.
- Coelho, João Paulo Borges. *O Início da Luta Armada em Tete, 1968-1969: A Primeira Fase da Guerra e a Reacção Colonial*. Maputo: AHM, 1989.
- Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica de Moçambique. *III*

- Plano de Fomento-Parte II. Tomo III, Vol 1. Relatório Sectoriais: Agricultura e Silvicultura: Milho-Trigo-Arroz-Amendoim, [s.d].*
- Concelho Coordenador do Recenseamento. *Os Distritos em Números: Manica. [s.n], 1983.*
- Costa, Nogueira da. *Penetração e Impacto do Capital Português em Moçambique nos Séculos XVI e XVIII: o caso de Muenemutapa. Maputo: UEM, 1982*
- Covane, António Luís. *O Trabalho Migratório e a Agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992). Maputo: Promédia, 2001.*
- Davies, Robert. O Comité-Luso-Rodesiano para Assuntos Económicos e Comerciais: 1965-1970. In: *Estudos Moçambicanos 2, 1981, pp, 73-78.*
- DH/UEM. *História de Moçambique. vol 1: Primeiras Comunidades Sedentárias e Impacto dos Mercadores (200/300-1886). Maputo: UEM, 1988.*
- Diogo, Domingos. F.R. Preços dos Produtos Agrícolas: Ensaio para uma Abordagem Técnica. In: *O Agrário Nº 7. Chimoio: IAC, (Abril), 1991, p.33/4.*
- DNSE. *III Recenseamento Geral da População na Província de Manica: Distrito de Manica e Sofala. Lourenço Marques, 1960.*
- Egerô, Bertil. *Moçambique: Os Primeiro Dez Anos de Construção da Democracia. Maputo: AHM, 1992.*
- Gobe, Artur M. A Situação Económica do País. In: Castel-Branco, Carlos Nuno. *Moçambique: Perspectivas Económicas. Maputo: UEM, 1994, pp. 4-30.*
- Hanlon, Joseph. *Paz Sem Benefício: Como o FMI Bloqueia a Reconstrução de Moçambique. Maputo: CEA/UEM, 1997.*
- Hedges, David e Chilundo, Arlindo. A Contestação do Sistema Colonial, 1945-1961. In: Hedges, David (coord). *História de Moçambique: Moçambique Auge do Colonialismo, 1930-1961. Maputo: UEM, 1999, pp.1-31*
- Hedges, David e Rocha, Aurélio. Moçambique Durante o Apogeu do Colonialismo Português, 1945-1961: a Economia e a Estrutura Social. In: Hedges, David (org.). *História de Moçambique: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961. Vol. II. Maputo: UEM, 1999, pp.197-275.*
- Habermeier, Kurt. Algodão: Das Concentrações à Produção Colectiva. In: *Estudos Moçambicanos 2, 1981, pp, 37-58.*
- INE. *Direcção Nacional dos Serviços de Estatística, 1960.*

- INE. *Atlas Sócio-Demográfico de Moçambique*. Maputo: INE, 2000.
- Frelimo. *Directivas Económicas e Sociais*. s.n, s.d, p. 19/20.
- Frelimo, Partido. *Directivas Económicas e Sociais*. Maputo, 1983
- Kruks, S. ``Do Nacionalismo ao Marxismo``: A História Ideológica da Frelimo, 1962-1977. Maputo, (s.d), p. 24-28.
- Mackintosh, M. Comércio e Acumulação: A Comercialização do Milho na Alta Zambézia. In: *Estudos Moçambicanos 4*, 1983, pp.77-102.
- Minter, William. *Os Contras do Apartheid: As Raízes da Guerra em Moçambique e Angola*. Maputo: AHM, 1998.
- Mosca, João. O Papel do Estado no Pós-Guerra e Num Contexto de Ajustamento Estrutural. In: *Estudos Moçambicanos 11/12*, 1992.
- Mosca, João. *A Experiência Socialista em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa: Instituto de Piaget, 1999.
- Negrão, José. *Cem Anos de Economia da Família Rural*. Maputo: Promédia, 2001.
- Nelimo. *Relatório do I Seminário sobre a Padronização, da Ortografia de Línguas Moçambicanas*. Maputo: Imprensa Universitária, 1988.
- Newitt, M. *História de Moçambique*. Lisboa: Europa-América, 1997.
- Neves, Joel das. O Início da Emigração de Mão-de-obra Moçambicana para a Rodésia do Sul, 1890- 1913. In: José, A/ Meneses, P.G. *Moçambique-16 Anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologia. Desafios para a Década de 90*. Vol. Maputo: Painel Moçambicano, 1991, pp.281-294.
- O'Laughlin, Bridget. A Questão Agrária em Moçambique. In: *Estudos Moçambicanos 3*. Maputo: Centro de Estudo Africanos, 1981, pp. 9-32.
- \_\_\_\_\_ 'Through a divided glass: dualism, class and the agrarian question in Mozambique'. In: *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 23, No 4 (July), 1996, pp. 1-39
- Paulo, Pedro. Situação da Seca na Província de Manica. In: *O Agrário Nº 10*. Chimoio: IAC, (Abril), 1992., p. 2/3.
- Pililão, Fernando. *Moçambique: Evolução da Toponímia e da Divisão Territorial 1974-1987*. Maputo, 1989
- III Plano de Fomento Para 1968-1973: Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1968.

- IV Plano de Fomento-Parte III- Tomo 1, Vol. 1. Relatórios Sectoriais: Fomento Agrário, 1973.*
- PNUD. *Moçambique : Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano. Maputo, 2000.*
- PNUD. *Moçambique : Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano. Maputo, 2001.*
- Nelimo. *Relatório do I Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas. Maputo: UEM, 1988.*
- Ramo, F.P. *Resumo Sinóptico da Legislação da Província Ultramarina de Moçambique: Separata da Legislação Publicada no Boletim Oficial, 1964-1965, Nampula, 1966.*
- Recenseamento Geral da População-1970: Distrito de Manica e Sofala. Lourenço Marques, 1970.*
- IV Recenseamento Geral da População-1970: Distrito de Manica e Sofala. Lourenço Marques, 1970.*
- República Popular de Moçambique. *Principal Legislação: De Julho de 1979 a Dezembro de 1980, vol. VII. Maputo : Ministério da Justiça, [s.d], pp.3-16.*
- Rita-Ferreira, A. *Moçambique Post-25 de Abril: Causas do Êxodo da População de Origem Europeia e Asiática. In: Moçambique, Cultura e História de um País: Actas da V Semana de Cultura Africana, 17-22 de Novembro de 1986. Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1988, pp. 121-169.*
- Rocha, et al. *História de Moçambique, 1885-1930. In: Hedges, David (coord). História de Moçambique: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961. Vol.II, Maputo, 1999, pp. 1-34.*
- Rouisch, Otto. *Reformas Económica em Moçambique: Notas sobre a Estabilização, a Guerra e a Formação das Classes. In: Arquivo 11. Maputo: AHM, 1992, pp-5-35.*
- Titos, Anselmo. *Manica e Tete: Seca e Política `` Tramam `` os repatriados. Tempo, (Junho), 1994.*
- Trambani, Enzo. *Papel da Investigação e o Processo de Transferência de Tecnologias no Âmbito do trabalho da Extensão Rural. In: O Agrário Nº 10. Chimoio: IAC, (Abril), 1992.*

- Valá, Salim Cripton. *A Problemática da Posse de Terra na Região Agrária de Chókwé, 1954-1995*. Maputo: Promédia, 2003.
- Vines, Alex. *Renamo : Terrorism in Mozambique*. London: Bloomington in Indianapolis, 1991.
- Vilanculos, Bejamim Luís. Influência da Diversidade e Combinação das Linhas de Produção na Organização Técnica e Económica das Empresas Agrícolas. In: *O Agrário N° 6*. Chimoio: IAC, (Dezembro), 1990, p.10/11.
- Wuyts, Marc. *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*. Maputo: CEA, 1978.
- Wuyts, Marc. Economia Política do Colonialismo Português em Moçambique. In: *Estudos Moçambicanos 1*. Maputo: CEA, 1980, pp. 9-22.
- Wuyts, Marc. Sul do Save: Estabilização e Transformação de Força de Trabalho: In : *Estudos Moçambicanos 3*. Maputo: Centro de Estudo Africanos, 1981, pp. 33-44.

## APÊNDICE 1:

### CARACTERIZAÇÃO AGRO-ECOLÓGICA E ECONÓMICA DE VANDUZI DA DÉCADA 60 ATÉ A DÉCADA 80

#### 1. 1. Caracterização Geofísica de Vanduzi

O posto administrativo de Vanduzi situa-se na parte Este do Distrito de Manica<sup>1</sup> a 33° 45' e 19° 26' de latitude Sul e a 33° 45' e 33° 07' de longitude Este, limitando-se ao Norte com o rio Pungué, Sul pelo rio Revué, Este pelo Posto Administrativo de Matsinhe do distrito de Gondola e a Oeste pelo rio Messica e o Postos Administrativos de Messica.

Vanduzi ocupa uma região planáltica e as suas altitudes variam entre 600 a 800 m e em algumas zonas a oeste chegam a atingir os 800 m de altitude formando zonas montanhosas<sup>2</sup>. O clima no geral é quente e húmido com duas estações ao longo do ano: chuvosa e seca. A estação chuvosa é mais longa: Vai de Novembro a Março e a seca, é a mais curta, e vai de Maio a Agosto<sup>3</sup>.

A precipitação média em Vanduzi é de 600 mm por ano e aumenta ao longo do ano. Entre o rio Zambeze até o rio Save chega a atingir os 500 a 600 mm. Nos vales dos rios, ela está acima de 1000 mm e nas regiões montanhosas atinge os 1000 a 1400 mm de precipitação<sup>4</sup>. Geologicamente Vanduzi localiza-se na região de formação gnessiana a sul do rio Pungué, composta por rochas de origem metamórficas quartitos e de xistos<sup>5</sup>.

Os solos são de formação gness acastanhados, que vão de escuro moderados na superfície, arenosos e argilos vermelhos profundos de boa permeabilidade e fertilidade. Ao longo dos rios, são solos aluvionares<sup>6</sup>.

A vegetação está em constante modificação devido prática da agricultura na região. Mais predomina a vegetação de floresta aberta de miombo com uma baixa precipitação e altas temperaturas, sendo a média por ano de 20°C<sup>7</sup>. Também o Posto Administrativo de

---

<sup>1</sup> O Distrito de Manica localiza-se na região central da província de Manica com uma extensão de 4391 km<sup>2</sup> e com cinco postos administrativos: Vanduzi (área do nosso estudo), vila de Manica, Mavonde, Messica e Machipanda. Este, limita-se ao Norte com o rio Pungué, no Sul pelo rio Rovué, a Este pelo distrito de Gondola e a Oeste faz fronteira com Zimbabwe (GTZ-MARRP, 1995:5/6).

<sup>2</sup> GTZ-MARRP, 1995:7/9.

<sup>3</sup> GTZ-MARRP, 1995:10.

<sup>4</sup> GTZ-MARRP, 1995:10.

<sup>5</sup> GTZ-MARRP, 1995:17.

<sup>6</sup> GTZ-MARRP 1995:19

<sup>7</sup> GTZ-MARRP, 1995:11, 13 e 24.



Vanduzi é atravessado por diversos rios, factor que faz com que a região seja potencialmente forte na prática da agricultura.

## 1. 2. A divisão política e administrativa de Vanduzi

Vanduzi no período da CM, em termos da divisão administrativa<sup>8</sup>, pertencia a circunscrição de Macequece, actual distrito de Manica, (vide o mapa 6). Com o fim da CM em 1942, sob a orientação do Governo Geral de Moçambique, houve necessidade de classificar as povoações criadas pela companhia nos territórios que estiveram sob a sua administração. Assim, as regiões de Vanduzi, Nova Vanduzi, Ponte de Púnguè<sup>9</sup>, Vila Machado, Vila Pery, Amatongas, Bandula, Chimoio, Inchope, Inhauranga, pela Portaria n.º 6:354 de 16/2/1946, passaram a pertencer a Circunscrição de Chimoio<sup>10</sup>.

Com o desencadeamento da guerra de libertação nacional entre a FRELIMO e as forças de ocupação colonial portuguesa a partir de 1964, e o reconhecimento do Governo colonial português o direito a independência do povo moçambicano foram assinados os acordos de Lusaka a 7 de Setembro de 1974, que terminaram com a proclamação da independência em 1975<sup>11</sup>. Essa nova conjuntura política administrativa permitiu a alteração da toponímia de Moçambique em defesa dos direitos culturais e históricos dos moçambicanos. Moçambique tornou-se uma república e o Governo de Transição publicou o Decreto-lei n.º 6/75 de 18 de Janeiro, que alterara os antigos Distritos a categoria de Províncias, os antigos Conselhos e Circunscrições a categoria de Distritos e, os Postos, a categoria de Localidades. Essas mudanças de categorias entraram em vigor com a publicação da lei n.º 4/86 de 25 de Julho.

Tendo em conta que a região de Manica estava incluída na província de Sofala, o Governo de Transição através do decreto-lei n.º 61/75 de 3 de Junho passou a integrar Tambara e Guro que era a Província de Vila Pery. Passaram a fazer parte os distrito de Tambara, Guro, Bárue, Manica, Chimoio, Sussundenga e Mossurize e os seus respectivos

---

<sup>8</sup> No tempo colonial, na altura da administração da CM, a província de Manica estava dividida em três (3) circunscrições: A primeira, compunha a região de Chimoio (ex-vila Pery) incluindo Gondola, Zembe e Bandula; a segunda, era a região de Manica, composta pela zona de Manica onde estavam inclusas as regiões de Macequece, Maribane (Mavita), Rotanda, Donbe e Mavonde. E a última, Mussorize que incluía, Espungabera, Machaze e Gogoi. O distrito actual de Bárue, não era posto em causa. Era ainda um Estado independente e só submeteu-se a Companhia depois da sua derrota em 1902 (Neves, 1998: 22/3).

<sup>9</sup> As regiões de Vanduzi, Nova Vanduzi e Ponte Púnguè, actualmente fazem parte do Posto Administrativo de Vanduzi.

<sup>10</sup> Boletim Oficial da Colónia de Moçambique N.º 7, Série I, 1946:51.

<sup>11</sup> Pilião, 1989:8.

distritos, em postos administrativos<sup>12</sup>. Vanduzi é um posto administrativo do distrito de Manica na província do mesmo nome, constituído por três localidades a saber: a localidade de Púnguè Sul composta polos seguintes povoados: Púnguè Sul-sede, Mucombezi, Loure-Mudzidzi, Chitundo, Manhunde, Nhahara, Macadera e Nhamudimo. A localidade de Chigodore é composta por seguintes povoados: Chigodore (sede), Gacamira, Selva, Cruzamento de Tete, Nhansoro, Nhanphanda, Nhamanhonha e Chibata. E por último, a localidade sede, composta por seguintes povoados: Chirewa, Belas 1 e 2, Aldeia Josina Machel, Macore, Chitambe, Munhinga, Bairro 25 de Setembro, Bairro 25 de Junho, Bairro Verde, Marrongorongo, Bairro Escola, aldeia de Armada, Bairro Centro e o Bairro de Chimuanandimai<sup>13</sup>.

### 1. 3. Caracterização populacional

A população de Vanduzi na sua maioria é falante de língua shona<sup>14</sup>. Porque são descendentes dos povos shonas que outrora tinham ocupado a região que vai desde o Zambeze ao Limpopo e do Kalahari ao Índico<sup>15</sup>. Actualmente, a região é composta por povos de origem Shona como referimos anteriormente. Subdivididos em Ndaou ou Vandau composto por Vandanda vindos da região sul de Manica, Matombogos no norte de Mossurize e Dombe que falam também chidanda ou chindau. Matewe, originários da região central de Manica, falam chiteué, estes são oriundos de Moribane, Gondola e Chimoio. Os manyikas (maniquenses) vindo de macequece (actual vila de Manica) no ocidente. E ao redor da fronteira norte, os Báruè (falantes do chibáruè)<sup>16</sup>.

Em 1960, o distrito de Manica e Sofala<sup>17</sup> em termos de censo populacional estava distribuído entre conselhos e circunscrições (vide: quadro n.º 1. neste apêndice). O Conselho de Chimoio tinha um total de 62.510 habitantes. Sendo 15 amarelos, 2.676 brancos, 282 indianos 58.826 negros e 711 mulatos<sup>18</sup>. Deste grupo no Conselho de Chimoio na área de agricultura, pesca, caça e silvicultura existiam: 2.390 brancos, 28

<sup>12</sup> Pilião, 1989:8/9.

<sup>13</sup> Armando Meneses Tambenuca. Vanduzi, 25. 03. 2003.

<sup>14</sup> Nelimo, 1988:80.

<sup>15</sup> Costa, 1982:49.

<sup>16</sup> Neves, 1998:55.

<sup>17</sup> O distrito de Manica e Sofala até o censo de 1960 tinha cerca de 13 concelhos a saber: o conselho da Beira, Chimoio, Dondo, Manica, Báruè, Buzi, Chemba, Cheringoma, Gorongosa, Marromeu, Mossurize. Dena e Sofala, (DNSE, 1960:14).

<sup>18</sup> DNSE, 1960: 14.

indianos, 30.286 negros e 44 mistos. A nível de Bandula com sede em Nova Vanduzi existiam cerca de 58 brancos e 6 mistos<sup>19</sup>. Os patrões agricultores a nível do Conselho de Chimoio eram: 226 brancos, 8 indianos, 2 negros, 32 mistos. E em Bandula (sede de Nova Vanduzi) existiam cerca de 44 brancos e 5 mistos<sup>20</sup>. De 1960 a 1970 houve um aumento significativo da população comparando os três períodos diferentes segundo o quadro abaixo.

**Quadro 1. Evolução da população do distrito de Manica e Sofala segundo os dados apurados nos recenseamento de 1940, 1950, 1960 e 1970.**

Topos Somáticos	1940		1950		1960		1970	
Total	434787	100,00	621313	100,00	779767	100,00	1079718	100,00
Amarelos	707	0.16	1413	0.23	1027	0.13	1370	0.13
Branco	4757	1.06	15969	2.57	19668	2.52	30751	2.85
Indianos	1728	0.40	5039	0.81	3734	0.48	4579	0.42
Negros	425377	97.87	563481	95.52	750188	96.21	1033571	95.72
Mistos	2218	0.51	5411	0.87	5150	0.66	9447	0.88

Fonte: INE, 1970: xxxi

Segundo Neves<sup>21</sup>, na década 50 o número de farmeiros na actual província de Manica eram de 1156 farmeiros brancos, sendo 807 em Chimoio, 330 em Manica e 19 em Mossurize. Portanto, o censo de 1970 indica o aumento populacional a nível do Concelho de Chimoio para 113.510 habitantes<sup>22</sup>. E Com a proclamação da independência de Moçambique em 1975 e a mudança de regime e da divisão administrativa acima referida, o censo de 1980 apresentava cerca de 560.784 habitantes a nível da província de Manica: Sendo 51.651 habitantes residente no distrito de Manica. Deste grupo, 31.225 eram trabalhadores<sup>23</sup> e a sua maioria no sector agrícola. O censo de 1987 indica que a região de Vanduzi tinha cerca de 8.215 agregados familiares<sup>24</sup>.

Tanto no período colonial nos anos 60 e como no pós colonial a tendência da concentração da população na região de Vanduzi foi possibilitada pela existência do

<sup>19</sup> DNSE, 1960: 368-377

<sup>20</sup> DNSE, 1960:378-387.

<sup>21</sup> Neves, 1998:155.

<sup>22</sup> IV Recenseamento Geral da População-1970: Distrito de Manica e Sofala. Lourenço Marques, 1970:8.

<sup>23</sup> Concelho Coordenador do Recenseamento [s.n], 1983: 2 e 33.

<sup>24</sup> Armindo Meneses Tembenuca. Vanduzi, 25. 03. 2003.

Corredor da Beira, estradas secundárias<sup>25</sup> e a rede de energia eléctrica de alta tensão, que sai de Cohora Bassa para a África do Sul, uma rede de média tensão eléctrica que abastece a região vindo da Barragem de Rovué, (vide mapa n.º 2 no trabalho). Factor que possibilitou a mecanização da agricultura, assunto em análise no trabalho e a concentração da população (zonas residenciais e de produção agrícola) ao longo das vias de comunicação e nas margens dos principais rios da região, (vide: mapa n.º 3 no trabalho).

#### **1. 4. A Reforma Agrária dos anos 60 e Seu Impacto no Distrito de Manica e Sofala**

O Governo colonial nos anos 50 a 60 procurava aumentar a produção das culturas de rendimentos com justificativo de que o campesinato aumentaria o seu poder de compra. E também era necessário garantir em alimentação o campesinato, e a colónia no geral em cereais (milho)<sup>26</sup>. No sul do país segundo Covane<sup>27</sup>, o arroz e o algodão produzidos em grandes quantidades pelos camponeses tornaram-se principais culturas, onde a charrua e a tracção animal foram os principais meios de produção.

A modernização da cultura de algodão no norte (Nampula), no centro de Moçambique (Manica) desenvolveu-se<sup>28</sup> a produção mista de milho (mecanizada e sequeira) e a sua comercialização. Pois, a implementação do I Plano de Fomento (1953-1958) na região de Manica e Sofala foram construídas infra-estruturas (estradas, linha férrea, pontes, barragens), centros hidro-eléctricos-Chicamba e a Sociedade Hidroeléctrica de Rovué-SHER (iniciada em 1944), que condicionaram a mecanização da agricultura e o aumento da produção e comercialização de milho na região<sup>29</sup>.

A cultura de milho a partir dos anos 50 em diante passou a ser a base de alimentação no centro do país. E em Manica foi a cultura mais produzida pelos colonos brancos fixados em povoamentos dirigidos e livres. As condições geográficas e ecológicas de Manica, a zona fronteiriça e o Corredor da Beira, facilitaram a drenagem de

---

<sup>25</sup> As estradas secundárias existentes em Vanduzi mais importantes são: a estrada Bandula-Vanduzi com cerca de 18 Km, Bandula-Matsinhe, Messica - Bandula, a estrada n.º 345 que liga a cidade de Chimoio e o posto administrativo de Machipanda (Tembenuca, Armindo Meneses. Chefe do Posto Administrativo de Vanduzi, 25. 03. 2003; ACNUR/PNUD, 1990:10/2).

<sup>26</sup> Mackintosh, 1983:78-83.

<sup>27</sup> Covane, 2001:177/8.

<sup>28</sup> Neves, 1998:152.

<sup>29</sup> Neves, 1998:152, Hedges, 1999:161/2.

mercadorias para o litoral e condicionaram a sua designação de zona " K", composta pelas regiões planálticas de Bárúè, Chimoio, Manica e Mussurize<sup>30</sup>.

A viragem da política agrícola colonial na região de Manica e Sofala nos anos 50 e 60 passou pela integração do campesinato na produção agrícola, pela abolição do indigenato em 1955 e do trabalho forçado em 1961<sup>31</sup>, mudando completamente a administração colonial em Moçambique.

### 1. 5. A economia colonial agrícola em transição em Manica: do nacionalismo económico de Salazar a economia do mercado, 1950- 1960

O período dos anos 50 e 60 em Moçambique foi dum economia em transição com uma estrutura económica dualista: a economia monetária ou de mercado e a de relações intermitentes. Onde o sector agrário produzia ao mesmo tempo para o consumo e para a exportação e, a principal força produtiva era o campesinato. As principais culturas de consumo produzidas eram: a mandioca em 97%, o milho em 87%, o amendoim em 77%, o arroz em 32% e o caju em 18%<sup>32</sup>.

O azo desta nova estrutura agrária na região de Manica estava ligada aos colonatos e a integração dos agricultores negros neste sistema. Dum lado serviu de resposta contra o desenvolvimento do nacionalismo africano e doutro era necessário tornar as populações receptíveis dos intentos das reformas dos anos 60<sup>33</sup>. Que tinham possibilitado o aumento dos colonos europeus em Moçambique, (vide: tabela 1 abaixo, apêndice 1.3)<sup>34</sup>.

**Tabela 1 : Evolução da População Total e Colona em Moçambique, 1930-1960**

População	1930	1940	1950	1960
Total	3.885.447	5.085.627	5.738.911	6.603.653
Colona	17.842	27.438	48.213	97.245

Fonte: Hedges e Rocha, 1999:165.

Na década 60, segundo Neves<sup>35</sup> o número da população africana em Manica estimava-se em 46.500 habitantes. Onde 1.750 eram agricultores, dos quais 600 produziam o milho, 250 produziam trigo e 950 produziam as culturas de rendimento (algodão). Estes,

<sup>30</sup> III Plano de Fomento Para 1968-1973, 1968:111.

<sup>31</sup> Neves, 1998:153.

<sup>32</sup> III Plano de Fomento Para 1968-1973, 1968: 4.

<sup>33</sup> Neves, 1999:154; Hedges, 1999: 165.

<sup>34</sup> INE, 1970, xxxi.

<sup>35</sup> Neves, 1998:164.

não recebiam crédito agrário do Grémio. A abolição do indigenato e do trabalho forçado, a formação das regedorias e freguesias e o Corredor da Beira foram alguns incentivos indirectos que justificam o aumento da concorrência africana aos farmeiros brancos na posse de terra, na produção e comercialização de milho em Manica, nas regiões de Vanduzi, Chadzuca, Rutanda e Pinhalonga<sup>36</sup>.

#### 1.6. O Funcionamento do Sistema de produção agrícola nos Colonatos em Manica, 1955-1974

Os farmeiros brancos na sua maioria em Manica entre 1950-1974 estavam fixos ao longo do corredor da Beira nas regiões de Vanduzi, Bandula, Messica, Zónue, Macequece (vila de Manica) e Machipanda<sup>37</sup>, tendo o GPCDB e no GLPMS<sup>38</sup>, como instituições credoras em maquinarias agrícolas, assistências técnicas, acesso a casas, abastecimento de água, utensílios domésticos básicos, instrumentos de irrigação, gado, transporte, sementes híbridas, pesticidas, fertilizantes, carros, tractores, charruas, a preços subsidiados pelo Estado colonial na produção de culturas de rendimento (algodão, tabaco, citrinos), e a de consumo, (milho)<sup>39</sup>.

Os incentivos agrícolas coloniais eram de base exploratória e diferenciados.

Segundo Covane<sup>40</sup>

“... a partir da década de 1950, os camponeses foram forçados a cultivar arroz e trigo no vale e algodão nas terras altas. As sementes para estas culturas de rendimento eram distribuídas no princípio de cada campanha agrícola. A distribuição era feita na base de crédito. Depois de colheita, os camponeses deviam devolver igual quantidade à da semente que tinham recebido e vender o remanescente às companhias a um preço fixo. Os camponeses que tinham ½ ha de milho recebiam uma lata (5 kgs) de semente, enquanto aqueles que tinham ½ ha de arroz recebiam 20 kgs de sementes e para ¼ ha 10kgs. Aqueles que exploravam grandes porções de terra, como 2 ha, recebiam 1 saco de semente de arroz (80 kgs). Os camponeses que não tivessem tido colheita alguma em resultado do mau tempo ou outras calamidades, tais como cheias, seca e pragas eram registados para pagarem na estação seguinte.”

O sistema de produção agrícola colonato foi notório em Vanduzi, mas principalmente no colonato de Sussundenga. Que resultou da ocupação dirigida por camponeses brancos pobres de Portugal, alguns soldados coloniais e serventes civis do

<sup>36</sup> Neves, 1998:265/6.

<sup>37</sup> Neves, 1998:155.

<sup>38</sup> BO n. 16 1963, pp. 452.

<sup>39</sup> Neves, 1998:160/2.

<sup>40</sup> Covane, 2001:178/9, Covane, 1996: 213/14.

distrito de Manica e Sofala e brancos desempregados da extinta CM em 1942<sup>41</sup>. Estes expropriaram as terras férteis das populações e integraram-nas no novo sistema de produção agrícola de colonatos, como colonos negros e a maioria como mão-de-obra nas farmas<sup>42</sup>.

Em Vanduzi, a partir dos anos 50 houve a fixação livre de farmeiros brancos (portugueses ou não) na produção e comercialização de milho, sob a tutela do GPCDB até 1962 e, do GLPMS até 1974. Estas instituições são as que concediam aos farmeiros brancos e lhes facilitavam a comercialização do excedente agrícola nas zonas rurais, como acontecia na região de Alto Mulócue na Zambézia, onde os colonos tinham nas suas farmas, lojas vendendo bens de consumo às populações e comprando o milho desses<sup>43</sup>.

As reformas de 1961<sup>44</sup> procuravam flexibilizar a comercialização das culturas alimentares, pela criação do ICM em 1962 e para garantir a produtividade de milho na região central foi criado o GLPMS em 1963. Estas instituições tinham postos de venda nas zonas rurais com preços mínimos estabelecidos e disputavam a comercialização de milho em Vanduzi. Por exemplo, na campanha agrícola de 1967/8 foram exportados do Conselho de Chimoio, cerca de 5.880 sacos de milho de 90kg para Matola, 10.000 toneladas para Portugal, gerindo cerca de 28.000 contos em dinheiro por via do ICM em vez do GLPMS, gerando o descontentamento dos colonos membros do Grémio<sup>45</sup>. Motivo este que levou a criação da Caixa de Crédito Agrário dentro do GLPMS para facilitar os pedidos de créditos endereçados ao Governador Geral de Moçambique libertando-se da dependência ao ICM<sup>46</sup>.

Esta concorrência na comercialização de milho entre o ICM e GPLMS nos anos 60 e a ausência de ajustes dos rendimentos pós a comercialização entre as instituições de

---

<sup>41</sup> Neves, 1998:162.

<sup>42</sup> Alexander, 1996:117/8.

<sup>43</sup> Mackintosh, 1983:82.

<sup>44</sup> As reformas de 1961 tinham como objectivos: garantir a compreender os deveres e responsabilidades de diversos agentes económicos na colónia, garantir a adopção de técnicas e técnicos aperfeiçoados para uma exploração económica nacional e desenvolvimento da actividade agrária e industrial, facilitar as associações a utilização de meios de trabalhos adequados (alfaias agrícolas, semente de milho e outras culturas, materiais de construção e tudo o que era importante para desenvolvimento da actividade agrícola, pecuária ou industrial). Também tinha que garantir crédito agrário, a comercialização, a conservação dos produtos agrícolas e sua transformação, etc. (Coelho, 1965, p.117).

<sup>45</sup> AHM-FGG, Cx. 915, P.V/5ª. `` Arquivo de Repartição do Gabinete``: Grémios de produtores de Cereais do Distrito da Beira, 1960/1961.

<sup>46</sup> AHM-FGG, Cx. 915, P.V/5ª. `` Arquivo de Repartição do Gabinete``: Grémios de produtores de Cereais do Distrito da Beira, 1960/1961.

serviço do Estado junto aos produtores revelaram a perda do valor do preço do milho no mercado internacional e o cerco que o Governo colonial tinha colocado na exportação e importação de produtos. Pois, os produtores só podia exportar o seu milho a partir do ICM, quando estes estivessem associados ao grémio, apesar dos incentivos dados e o aumento da oferta deste cereal no mercado nacional. Basta reparar nos preços do milho estabelecido pelo Governo colonial em 1963, (apêndice 2.4), quando comparados com os que o ICM estabeleceu nos finais de 1968<sup>47</sup>. Onde o milho do tipo 1, custava 3.20 centavos por quilo, do tipo 2, custava 2.17 centavos e do tipo 3 custava 1.4 centavos por quilo. Estas tabelas indicam a queda do preço do milho e o aumento da concorrência entre os agricultores membros do grémio na produção de milho de qualidade para garantir o acesso ao mercado nacional<sup>48</sup>.

O Grémio facilitava aos seus associados estabelecidos em colonatos a integrarem-se no mercado internacional do milho. Porque o Grémio junto ao ICM conseguia exportar o milho para Angola, Cabo Verde, Portugal, Rodésia do Sul, a partir do Porto da Beira. Que em 1968, exportou do Conselho de Chimoio cerca de 7.900 toneladas, das quais 4.100 para Lisboa e 3.800 para Cabo Verde<sup>49</sup>.

Para além do mercado internacional, o Grémio tinha que garantir em alimentação toda a zona costeira da região central de Moçambique, armazenando cerca de 200.000 sacos de milho de 90 kg numa época agrícola para outra e 35.000 sacos de milho de 90 kg durante as colheitas de Abril e Maio<sup>50</sup>.

Os maiores beneficiários das reformas dos anos 60 que até aí tinham surgido foram os colonos brancos e não o campesinato. Porque estes tinham facilidades de comercializarem a sua produção agrícola e recebiam créditos agrícolas em dinheiro e em factores de produção (Carterpilles, tractores, carros, charuas, alfaias agrícolas, máquinas debulhadoras, etc.), gado bovino em média 10 cabeças, 5 trabalhadores contratados com vencimentos pagos pelo Estado colonial, e tinham o direito de levantar alimentação no

<sup>47</sup> "III Plano de Fomento-Parte II-Relatório Sectoriais": Agricultura e Sivicultura: Tomo III-Milho-Trigo-Arroz- A Mandioca. Vol. I. Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique, [s.d], p. 349.

<sup>48</sup> AHM-FGG, Cx. 5. "Plano de Fomento para 1973-Aldeamento"; AHM-FGG, Cx. 916, P.V12<sup>a</sup>. "Organismos de Coordenação e Cooperativas".

<sup>49</sup> AHM-FGG, Cx. 915, P.V/4<sup>a</sup>. "Processo Geral-Organismo de Coordenação Económica e Corporativas": Instituto de Cereais de Moçambique.

<sup>50</sup> AHM-FGG, Cx. 915, P.V/5<sup>a</sup>. "Arquivo de Repartição do Gabinete": Grémios de produtores de Cereais do Distrito da Beira, 1960/1961.



Grémio, fardamento para os seus trabalhadores e um vencimento<sup>51</sup>. Esta política de aumento dos preços introduzida por estas instituições só beneficiou aos colonos brancos, por apostarem na comercialização grossista fora do alcance do campesinato<sup>52</sup>.

O campesinato local no fim da colheita de cada época agrícola encomendavam a sua produção aos agricultores negros prósperos registados no Grémio para terem a facilidade de comercializar o milho da sua produção, recebendo no fim da venda a parte que lhes cabia<sup>53</sup>.

### 1.7. Principais Colonos Fixos em Vanduzi, 1960-1974

Vanduzi nos anos 60 foi ocupado de uma forma livre pelos colonos: António Rodrigues Nogueira com 1.175 ha; Joaquim Pina com 1000 ha; José Afonso Ribeiro com 1.502 ha e tantos outros<sup>54</sup> com uma média de 180 a 500 ha de terras férteis. Todos estes, localizavam-se na região norte da sede e ao longo da estrada n.º 102 rumo a Tete. E a 20 km da sede de Vanduzi, encontravam-se as terras de F.L. Simões, António Nogueira e Quinta Delfina Primeira e a Quinta Delfina Segunda com cerca de 2.000 ha cada. A 40km da sede de Vanduzi, encontrava-se a Herdade ``Hermínia``, de Joaquim Pina com cerca de 2.000ha<sup>55</sup>.

### 1.8. Evolução da Rede de Estradas no Distrito de Manica e Sofala, 1960-1965

O desenvolvimento da rede de estradas no Distrito de Manica e Sofala já era dos anos 50. O que fez com que entre 1960 a 1965, a cultura de milho aumentasse a sua procura para garantir a alimentação no distrito de Manica e Sofala. Porque o número das estradas tinha aumentado. De 721 km construídos em 1960, foram elevados para 26.666 km de estradas em 1965, sendo 1.395 km de estradas asfaltadas, 819 km estradas definitivas em terra batida e 24.488 km em outras estradas, que reflectiram no aumento

<sup>51</sup> André Festa Bofó. Sussundenga. 28. 02. 2003; Chimoio Manuel Magode. Sussundenga. 24.02.2003 e Joaquim Flanela Sussundenga. 03.03. 2003

<sup>52</sup> Mackintosh, 1983:84/7.

<sup>53</sup> Grupo de Camponeses antigos colonos negros entrevistados em Sussundenga.

<sup>54</sup> Dos outros fôrmeiros sem o número de hectares identificados foram: Hans Karl Brouse, Miguel António, Henriques, José Matias Júnior, Diamantino Augusto, Pedro Manuel, Pinas Marques, António de Deus Martins, António Manuel Azevedo, José Quintas, F.L Simões, Manuel Duques, Manuel da Silva Capitão e a Sociedade Agrícola de Chitundo Lda, estabelecidos segundo o povoamento livre a partir de 1954 (AHM. FACC, Cx. 100. ``Administração, Estatística, 1952-1954``).

<sup>55</sup> Myers, 1993: 42/3.

populacional no distrito em 779 milhares em 1960, para 819 milhares de habitantes em 1965<sup>56</sup>.

### **1. 9. A Influência das Relações políticas entre Moçambique e a Rodésia do Sul/Zimbabwe na Agricultura Familiar em Vandiuzi, 1976-1980/7**

Antes da independência de Moçambique em 1975, o Governo colonial português tinha boas relações políticas e comerciais com o governo da Rodésia do Sul. Com a Declaração Independência Unilateral (UDI) em 1965 alargaram-se os laços comerciais através do Comité Luso-Rodesiano para os Assuntos Económicos e Comerciais. Este garantiu direitos aduaneiros aos comerciantes rodesianos a exportarem o seu produtos para Moçambique e Portugal a preços mínimos<sup>57</sup>.

Para Portugal, o acordo foi vantajoso. Permitiu o controlo político dos nacionalistas moçambicanos na Rodésia do Sul, fortificou o poder dos brancos no sul de África<sup>58</sup> e manteve a economia portuguesa de prestação de serviços no Corredor e Porto da Beira<sup>59</sup>.

Assim a Rodésia do Sul entre 1965-1966 aumentou a exportação dos seu produtos para as colónias portuguesas e para a própria metrópole (vide: apêndice 2.5 e 2.6 neste anexo). Isto porque Portugal em Fevereiro de 1966 reduziu as taxas alfandegárias rodesianas em 25 a 50%<sup>60</sup>. Segundo Davies<sup>61</sup>, o aumento e a redução em três vezes das exportações rodesianas nos apêndice 2.5 e 2.6, economicamente beneficiava a Rodésia do Sul e Portugal fortificava a integração da sua política na região perante as mudanças estruturais da economia rodesiana dos anos 60. Porque, a indústria rodesiana tinha aumentado a sua mecanização, e a necessidade de mão-de-obra dos países vizinhos foi reduzindo gradualmente, tendo afectado a economia portuguesa em prestação de serviços na colónia de Moçambique, implicando na redução gradual dos trabalhadores migrantes moçambicanos pela aprovação da " Foreign Migratory Labour Act" em 1958, que proibia aos trabalhadores estrangeiros negros, a procurarem emprego em Salisbúria e Bulawayo<sup>62</sup>.

<sup>56</sup> " III Plano de Fomento Para 1968-1973". 1968: 4, 9 e 17.

<sup>57</sup> Davies, 1981: 73/7.

<sup>58</sup> Hedges e Chilundo, 1999:238/41; Mosca, 1999:57/8.

<sup>59</sup> Abrahamsson e Nilsson, 1994:23/9. Bragança, 1986:25.

<sup>60</sup> Davies, 1981: 75/6.

<sup>61</sup> Davies, 1981:77/8.

<sup>62</sup> Adam et al, 1981:68/9.

A dispensa dos trabalhadores na Rodésia do Sul e saída da RNLSC no recrutamento de mão-de-obra em Manica e Tete<sup>63</sup>, fez com que o Governo colonial português perdesse uma fonte de receitas e ressentiu-se da saturação da mão-de-obra na colónia e o aumento do desemprego entre o campesinato que era assalariado na Rodésia do Sul, apesar das reformas dos nos 60 procuraram a todo custo empregar e utilizar esta mão-de-obra experiente na produção agrícola mecanizada, mais não foi possível absorve-la e isto significou a redução das fontes de rendimentos para a economia familiar nas zonas rurais<sup>64</sup>.

Também dum lado estes trabalhadores segundo Neves<sup>65</sup>, a experiência agrícola permitiu-lhes concorrer na produção agrícola na década 60 com a burguesia colonial instalada em regime de colonatos na região de Manica. Outros foram empregues nas farmas e alguns até chegaram a ser integrados no sistema dos colonatos como agricultores os colonos negros.

O excedente da mão-de-obra não absorvida pelos colonatos transcendeu e influenciou na crise económica e agrícola dos meados da década 70 acima referida<sup>66</sup>. E o avanço da guerra de libertação nacional em Moçambique na frente de Tete, Manica e Sofala (1968-1974)<sup>67</sup>, e o fracasso do plano Nó-Górdio dos anos 70, fez com que o Governo da Rodésia do Sul sentisse a deterioração da segurança em Moçambique. O Governo da Rodésia do Sul na pessoa de Ken Flower procurou negociar com Marcelo Caetano sobre a situação política em Moçambique<sup>68</sup>, e tendo em Maio de 1972 assinado um acordo militar, "Alcora" a margem de Jorge Jardim<sup>69</sup> e a FRELIMO intensificou a guerrilha até a assinatura dos acordos de Lusaka a 7 de Setembro de 1974 pondo de fora toda as perspectivas de Jardim<sup>70</sup>.

<sup>63</sup> Adam at al, 1981: 69/9; Egerô, 1992:71.

<sup>64</sup> Araújo Mpúngué. Mucombezi-Vanduzi, 27. 03. 2003.

<sup>65</sup> Neves, 1998: 168/70.

<sup>66</sup> Adam at al, 1981:70/1. Para detalhes, vide: apêndice 2.8.

<sup>67</sup> Para mais detalhes, vide: Coelho, 1989:21-44.

<sup>68</sup> Jorge Jardim desconfiava de Ken Flower e acusou-lhe de estar a se imiscuir-se na guerra de Moçambique. Pois, para Jorge Jardim, a atitude de Flower parecia estar a facilitar aos camponeses moçambicanos e garantisse a ajuda a guerrilha (Tajú, 1988:10).

<sup>69</sup> Tajú, 1988:10; Minter, 1998:344/5 e Egerô, 1992:70.

<sup>70</sup> A 23 de Janeiro de 1974, Jardim reuniu-se em Lusaka com os colaboradores directos de Kaunda, com o fim de apresentar o seu plano de 3 anos, sob o respeito das orientação de Lisboa, a não entrega da soberania política a FRELIMO sob a imposição revolucionária, mas sim, sob a orientação negocial entre a FRELIMO e o Governo português (Tajú, 1988:11/2).

O golpe de Estado de Abril e os Acordos de Lusaka (1974) permitiram a instalação do Governo de Transição em Moçambique e o início da fuga dos colonos portugueses a Rodésia do Sul<sup>71</sup>. A proclamação da independência de Moçambique em 1975 possibilitou que a guerrilha zimbabweana (ZANU e a ZANLA) tivessem maior espaço de manobras contra o Governo rodesiano. E o Governo moçambicano decretou sanções em Março de 1976 contra o Governo rodesiano fechando a fronteira ocidental e todo o tráfego de mercadorias rodesianas pelo Corredor da Beira. Em resposta, o Governo rodesiano criou a "Central Intelligence Organization (CIO)", que criou a "Voz da África Livre" dirigida pela "Directorate Psychological Warfare" passando a inviabilizar as políticas económicas de Moçambique independente<sup>72</sup>.

Foi dentro dessa movimentação que se criou a MNR em 1977, que passou a fazer ataques esporádicos e a raptar populações nas províncias de Manica e Sofala<sup>73</sup>. Com a proclamação da independência do Zimbabwe em 1980, a cooperação com Moçambique passou a ser um ponto importante para a SADCC, na rede dos transportes para os países do interior. Essa situação permitiu que a partir de 1980 a MNR ficasse ao cuidado da África do Sul<sup>74</sup>, e a partir de 1982, a região fronteiriça de Manica com Zimbabwe, principalmente no distrito de Manica e Bárue, sofresse ataques da RENAMO, o que condicionou, a migração das populações para Zimbabwe a procura de segurança face o avanço da guerra, emprego, assistência sanitária, educacional e outros serviços básicos<sup>75</sup>.

---

<sup>71</sup> Tajú, 1988:12. Rita-Ferreira, 1988:127-141.

<sup>72</sup> Tajú, 1988:12/3; Egeró, 1992:68/9.

<sup>73</sup> Tajú, 1988:14/6.

<sup>74</sup> Minter, 1998:344/4, Egeró, 1992:70 e 90.

<sup>75</sup> Alexander, 1995:16/7.

APÊNDICE 2:

ESTATÍSTICAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA E DE EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MILHO E DE MÃO-DE-OBRA NO PERÍODO COLONIAL, 1960-1974

2.1. Evolução do Crédito Agrícola Disponibilizado aos Agricultores Membros do GPCDB/GLPMS, 1945-1964

Campanha agrícola	1945/6	1946/7	1947/8	1948/9	1949/50	1950/1	1950/1
Crédito (00\$)	1.372.475	969.000	1.156.000	2.667.000	2.724.000	5.892.500	5.500

1961/2	1962/3	1963/4
10.000*	5.500*	50.000*

Fonte: AHM-FGG, Cx., 96. P.v/12ª. Arquivo da Secretaria Geral de Moçambique. (adaptado)

2.2. Importação de milho para Moçambique em períodos quinquenais, 1946-1965

Quinquénio	Média anual (tonelada)
1946-1950	4162
1951-1955	14848
1956-1960	13276
1961-1966	30328

Fonte: Mackintosh, 1983:85.

2.3. Análise das Importações de milho para Moçambique, 1961-1965.

Ano	Quantidades (toneladas)					Valores (contos)				
	1961	1962	1963	1964 <sup>a</sup>	1965 <sup>a</sup>	1961	1962	1963	1964	1965
	516	41987	34953	31672	42512	813	57913	51614	56364	82886

a) alguns dos volumes físicos em toneladas são estimativas.

Fonte: "III Plano de Fomento Para 1968-1973", 1968:39.

2.4. Preço de Milho Segundo o Despacho do Ministro do Ultramar-Nº 4 da Portaria N.º 20112 de 12 de Outubro de 1963

Tipo Seleccionado	Kg Desensacado	Kg a Gravel
1	2\$ 094	2 \$ 072
2	2\$ 044	2 \$ 022
3	1\$994	1 \$ 972
Misturado	Kg Desensacado	Kg a Gravel
1	1 \$ 843	1 \$ 821
2	1 \$ 742	1 \$ 720
Refugo	1 \$ 691	1 \$ 669

Fonte: III Plano de Fomento-Parte II-Relatório Sectoriais: Agricultura e Silvicultura: Tomo III-Milho-Trigo-Arroz- A Mandioca. Vol. I. Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique, [ s.d.], p. 349.

\* Estes valores forma créditos disponibilizados pelo Governo Geral de Moçambique a partir do ICM financiado pelo Banco Nacional Ultramarino, (AHM\_FGG. Cx. 915, P.v/5ª. Arquivo de Repartição do Gabinete-Grémios de Produtores de Cereais do Distrito da Beira).

**2. 5. Exportações Rodesianas (\$000)**

Destino	1965	1966	1967	1968	1969	1969 como múltiplo de 1965
1. Para Portugal	400	1544	3286	4340	4295	10*
2. Para Moçambique	2398	5268	3517	4923	6207	2,6*
3. Para Angola	388	410	537	630	883	2,3*
4. Total da "Área Portuguesa"	3186	7222	7340	9893	11386	3,4*
5. Total de Importações	330000	210000	187812	183196	220 120	
4. Como % de 5.	0,96%	3,44%	3,91%	5,40%	5,17%	

Fonte: Davies, 1981:77

**2.6. Importação Rodesiana (\$000)**

Proveniência	1965	1966	1967	1968	1969	1969 múltiplo de 1965.
1. De Portugal	308	802	1331	1787	1188	3,9%
2. De Moçambique	2742	2240	2441	2734	2542	0,92%
3. De Angola	118	108	247	437	409	3,5%
4. Total da "Área Portuguesa"	3168	3150	4018	4958	4140	1,3%
5. Total de Importações	240000	170000	185776	205470	198613	
4. Como % de 5.	1,32%	1,85%	2,16%	2,41%	2,08%	

Fonte: Davies, 1981:77

### 2.7. Migração de trabalhadores negros estrangeiros para Rodésia do Sul, 1955-1974

Ano	Total de Imigrantes	Emigrantes	Imigrantes		Migração de Moçambicanos
			Moçambicanos	% Total Imig.	
1955	110970	112800	49690 (44.8%)	51000	-1300
1956	114200	116800	52210 (45.7%)	59000	-6800
1957	115700	114300	54930 (47.5%)	50900	+4000
1959	86070	98500	34750 (40.4%)	41100	-6400
1960	79080	85300	29180 (36.9%)	31600	-2400
1961	68690	75000	19120 (27.8%)	21200	-2100
1963	45220	50300	6940 (15.3%)	11900	-5000
1964	40370	48600	9540 (23.6%)	10600	-1100
1965	29030	31700	8490 (29.2%)	7750	+140
1967	16280	20960	3290 (20.2%)	3370	-80
1968	19350	21910	4660 (24.1%)	5230	-570
1969	15880	18020	5550 (34.9%)	6630	-1080
1971	10500	20250	3830 (36.5%)	6280	-2450
1974+	6990	6460	3270 (46.8%)	1130	+2410

+ o aumento na imigração que surge como excepção á tendência geral é na realidade resultado de uma reclassificação administrativa. Não reflecte um aumento real na imigração.

Fonte: Adam et al, 1981:70

### 2.8: Impacto e Previsões dos Investimentos do III Plano de Fomento na Agricultura em Moçambique, 1968-1973

Ano	Investimentos (contos)		Balança de pagamento (contos)	
	Entrada	Saída	Positivo	Negativo
1968	173.924	14.810/110.000	—	—
1969	—	—	17.000	269.224
1970	—	87.000	1.586.000	—
1973	—	156.000	3.630.000+490.000*	—

\* custos de substituição das importações

(—) não foram encontrados os dados relativos a esses anos.

Fonte: III Plano de Fomento para 1968-1973, 1968: 71/3, (adaptada).

**APÊNDICE 3:  
ESTATÍSTICAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MILHO E ALGUNS PRODUTOS  
INDUSTRIAIS DE PRIMEIRA NECESSIDADE NO PERÍODO PÓS COLONIAL, 1975-2000**

**3.1 Quadro evolutivo da população de alguns distritos entre 1980-1986 na província de Manica.**

Distritos	Área / km <sup>2</sup>	População		Aumento da Pop.1980/6 %	Agregados familiares		
		Total	Dens.km <sup>2</sup>		Urbana	Rural	Total
Chimoio/cidd	182	81000	445.10	18.9	17337	1500	18837
Chimoio	6451	214157	32.2	46.8	113	37438	37551
Manica	3983	86194	21.6	62.1	1259	15980	17239
<b>Total</b>	<b>10616</b>	<b>381351</b>	<b>498.9</b>	<b>127.6</b>	<b>18709</b>	<b>54918</b>	<b>73627</b>

Fonte: GTZ-MAP, 1987:8.

**3.2. Produção de Milho na Empresa Estatal Agrária de Vanduzi, 1986-1989**

Campanha Agrícola	Área (ha)	Rendimento (ton./ha)	Produção (ha)	Preço (mt/kg)	Valor (contos)
1986/87	510	0.4	200	-----	-----
1987/8	293	1.06	313		
1988/89	500	1.6	800	112.5	90 000

Fonte: DPAM. Programa de Produção Agrícola Para 1989.

**3.3. Agricultores Privados em Vanduzi, 1980-1991**

Nome	Área (ha)	Data de ocupação	Residência
José Meque	150	1983	Chimoio
Joaquim Mucave Chongo	1175	1990	Vanduzi
Ana Joaquim Constantino	250	1990	Chimoio
ZIMOFA	1000	1990	Vanduzi
Augusto Jaime	250	1990	Chimoio
Textáfria	800	1990	Chimoio
José Dias de Sousa Lário	100	1990	Vanduzi
António da Esperança Chukwa	500	1990	Chimoio
José Albino Rodolfo	50	1991	Chimoio
<b>Total</b>	<b>4.275</b>		

Fonte: Myers, 1993:53.

**3.4. Produção de milho no Sector Estatal e Privado na Província de Manica,  
1977-1985**

Ano	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	
Sectores										
Prod. (ton.)	Estatal	1430	5088	4960	4300	6876	6150	2220	4246	3173
	Privado	--	44,80	760	1480	440	600	650	2960	1456
Quant. (ton/ha)	Estatal	147	1,56	1,25	1,05	1,56	1,23	0,50	1,51	0,93
	Privado	--	2,2	0,9	0,9	0,7	0,5	0,4	0,7	0,7

Fonte: GTZ-MAP, 1987:20/1 (adaptada).



### 3.5. Produção Agrícola na EEAV, 1981-1987

Ano	1981/2	1982/3	1983/4	1984/5	1985/6	1986/7
Área/ha	4798*	3188*	1304	709	824	1165**
Prod. (Ton)	6002*	2607*	2732	1446	635	3170**
Prod/ha	1,25*	0,81*	2,095	2,039	0,77	2,72**

Fonte: Myers, 1993:46/7 (adaptada).

### 3.6. Crédito Agrário Disponibilizado pelo BPD à EEAV, 1984-1987

Campanhas agrícolas	Crédito utilizado (000 mts)	Crédito reposto (000 mts)	Média	Crédito a repor (000 mts)	Débito acumulado (000 mts)
1984-1985	38,149	16,844	44.2	21,306	10,171
1985-1986	43,627	21,061	48.3	22,566	25,846
1986-1987	87,917	25,275	28.7	62,642	71,942
Total	169.693	63.18	37,55	106.514	107.959

Fonte: Myers, 1993:48 (adaptada)

### 3.7. Produção de Milho na Empresa Agrária de Vanduzi, 1981-1987

Ano	1981/2	1982/3	1983/4	1984/5	1985/6	1986/7
Área/ha	3 380	2 449	1 045	563	567	510
Prod. (Ton)	4 732	1 175	1 565	951	624	1 045
Prod/ha	1.4	0.5	1.5	1.7	1.1	2.1

Fonte: Myers, 1993: 46/7 (adaptada)

### 3.8. Produção de Milho nas Cooperativas da Província de Manica, 1978-1985

Ano	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Produção (ton.)	84	72	78	720	172	83	310	283
Produção Média (ton./ha)	0.38	0.57	0.40	1.03	0.64	0.99	0.82	0.82

Fonte: GTZ-MAP, 1987:2 (adaptada).

### 3.9. A Produção de Milho em Manica e Sua Variação em Diversos Sectores de Actividades, 1986-1996

Campanhas Agrícolas	1986/7		1987/8		1988/9		1989/90		1990/1		1991/2	
	Ha/Ton.	Ha/Ton.	Ha/Ton	Ha/Ton	Ha/Ton	Ha/Ton	Ha/Ton	Ha/Ton	Ha/Ton	Ha/Ton.	Ha/Ton.	
Sectores												
Estatal	1590	2785	1158	1526	1307	2276	1011	1995	648	881	90	11
Cooperativo	177	202	305	398	252	766	259	285	307	28	206	2
Privado	1240	1211	4666	4708	4227	5801	3485	4450	6097	2729	5233	239
Misto	--	--	--	--	--	--	--	--	300	186	--	--
Total	3007	4198	6029	6632	5886	8843	4755	6730	7352	3324	5529	252

\* o aumento das áreas de produção e da sua produtividade é referente a cultura de milho.

\*\* o aumento das áreas de produção e da sua produtividade é referente as culturas de batata, vegetais frutas e algodão.

1992/3		1993/4		1994/5		1995/6	
Ha/Ton		Ha/Ton		Ha/Ton		Ha/Ton	
50	100	324	978	400	600	400	600
264	400	336	506	414	847	414	847
3416	6276	3540	6768	3730	4550	3730	4550
347	620						
4077	7396	4524	9487	4544	5997	4544	5997

Fonte: MAP, 1996: 20.

### 3.10. Total da Produção de Milho Comercializada na Província de Manica, 1987-1996

Ano	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Quant. Comerc. (ton)	6.105	10.496	15.705	15.432	5.000		12.005	20.150	12.500	52.747

Fonte: MAP, 1996: 63-67.

### 3.11. Evolução dos Preços de alguns Produtos Agrícolas e Industriais de Primeira Necessidade na Capital Provincial de Manica (Chimoio), 1992-1997

Produto Comercializado (em quilograma e litros)	Milho Branco (00, mt)	Farinha de Milho Branco (00,mt)	Milho Amarelo (00,mt)	Farinha de Milho Amarelo (00,mt)	Açúcar Casta-Lho Nacional (00,mt)	Óleo Avulso Importado (00,mt)	Óleo Avulso Nacional (00,mt)
Ano							
1992	1.429	-----	495	660	1.795	5.532	4.450
1993	364	760	331	613	2.385	5.152	4.830
1994	602	1.316	1.114	2113	9.968	-----	8.588
1995	1.175	3.678	1.066	3.537	5.159	-----	13.899
1996	1.891	5.643	2.491	6.042	7.077	14.000	16.069
1997	1.250	5.738	-----	-----	6.857	-----	15.617

Fonte: MAP, 1996: 60.

### 3.12. Evolução de Preços de alguns Produtos de Primeira Necessidade, 1986-1989

Produto	U/M	Dezembro (1986) (00 mt)	Março (1987) (00 mt)	Agosto (1987) (00,00 mt)	Setembro (1988) (00mt)	PVP (1989) (00mt)	Candonga (1989) (00mt)
Açúcar	1 Kg	19	33	50	264	446	600
Arroz externo	1Kg	16	70	105	271	461	-----
Sabão	1Unidade	49	97	87	429	863	1.500
Óleo	1L	200	690	690	862	1.396	1.550
Sal	1Kg					-----*	-----
Peixe Seco	1Kg	300	900	2.400	1.400	-----	-----
Fósforo	1Unidade	1	8	15	25	-----	-----
Petróleo	1L	5	5	61	61	-----	-----
Cobertor	1Unidade	1.442	8100	9703	11.711	-----	-----
Capulana	1Unidade	320	1.240	2.254	4.286	-----	-----

Fonte: Adam e Cruz e Silva, 1989, anexo 8, mapa 2, (adaptada).

\*Não foi possível encontrar os dados.

**3.13. Variação da Produção de milho em Moçambique com os Países Vizinhos (1990-1998): África do Sul, Suazilândia, Zâmbia, Zimbabwe e Malawi.**

Ano	Moçambique (000 m <sup>3</sup> )	SADC-vizinhos (000 m <sup>3</sup> )
1990	453	13.878
1991	327	12.099
1992	133	4.104
1993	533	14.400
1994	526	17.135
1995	734	7.541
1996	947	16.323
1997	1.042	13.744
1998	1.124	11.647

Fonte: Tschirley e Santos, 1999:5

**3.14. Balanço da Força de Trabalho Permanente da Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi: campanha de 1988/89.**

Categoria	N.º de Trabalhadores Existentes								Salários Mensais (contos)
	Nível de Escolaridade								
	Sup.	Méd.	9 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	Alfab.	Analf.	Total	
Director da Empresa			1					1	35.800
Chefe de departam.		1		3	1			5	150.150
Chefe de U.P.				1	2	1		4	108.640
Chefe de delegação					1			1	27.160
Normador de Trab.				1				1	24.500
A.P.E.S.					1				16.300
Escriturário					3			3	58.500
Empreg/armazem					2			2	35.770
Caixa					1			1	27.160
Vendedor/cobrador					1			1	13.800
Dactilógrafo				1				1	13.800
Apontador					5			5	63.000
Guarda							3	3	36.000
Contínuo						1		1	16.300
Servente						2		2	24.000
Responsável A.E.A				1				1	20.300
Operador de rádio					2			2	36.025
Mecânico					8	1	1	10	167.650
Ajud. Mecânico					4			4	51.200
Soldador							1	1	18.900
Ajud. Soldador						1		1	12.800
Ferreiro							1	1	16.450
Bate-chapa							1	1	16.450
Abastecedor/comb.					1			1	13.800
Remendar/Pneus							1	1	12.800
Electricista						1		1	12.900
Motorista					5			5	84.700
Adj.Camião						4		4	51.200
Pedreiro						2		2	33.250
Adj.Pedreiro						2		2	25.600
Carpinteiro					2	1		3	43.050
Adj.Carpinteiro						1		1	12.800
Torneiro/Madeira					1			1	14.350
Op.Máq. Escavador.					1			1	16.450
Engenheiro agrário	1							1	40.250

Téc.Méd. agrícola		2						2	67.900
Téc.Bás. agro-pecu.			1					1	26.250
Téc.Básico de rega				2	1			3	85.900
Chefe de brigada				4				4	62.500
Ope. motobomba				2				2	20.000
Alfabetizador				3				3	37.800
Op.Máq.autocobin				3				3	41.400
Tractorista					7	9		16	190.4000
Ope. agrícola								61	552.000
Op. Agríc. sazonal									672.300
Trab. Armado								35	333.550
Trab. reformado								29	179.810
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>45</b>	<b>25</b>	<b>17</b>	<b>237</b>	<b>3.621.615</b>

Fonte: DPAM. "Balança de Força de Trabalho Permanente: Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi: campanha 1988/89", 1989 (adaptada).

### 3.15. Planos Financeiros da Empresa Estatal Agrária de Vanduzi, 1988-1989

Ano	Despesas (contos)	Receitas (contos)	Défice (contos)	Lucro (contos)
1986/87	87.916,9	25.275,2	- 62.641,7	-----
1988	142.958,3	146.012,5	-----	3.054,2
1989	230.169,725	254,96	-----	+ 24.790,28

Fonte: DPAM. Plano Financeiro da Empresa Estatal de Vanduzi, 1989.

### 3.16. Distribuição da População Refugiada/Deslocada Estimada por Distrito a Nível da Província de Manica, 1980-1991

Nome do distrito	N.º de refugiados	% da população c/ assistência
<b>Guro</b>	<b>26 190</b>	<b>69,5</b>
Tambara	12 600	100,0
<b>Báruè</b>	<b>31 500</b>	<b>47,0</b>
Macossa	6 300	75,0
Gondola	14 700	10,5
Chimoio	8 400	3,7
<b>Manica</b>	<b>31 290</b>	<b>19,6</b>
Sussundenga	22 890	22,2
<b>Mossurize</b>	<b>31 080</b>	<b>100,0</b>
Machazi	22 050	43,8
<b>Total</b>	<b>210 000</b>	<b>25,0</b>

Fonte: GTZ-MARRP, 1992:11/2.

### 3.17. Número Total dos Trabalhadores e o Respectivo custo Salarial na EEAV

Ano	Número Médio de Trabalhadores		Salário dos Trabalhadores (contos)	
	Nacional	Estrangeiro	Nacional	Estrangeiro
1987	302	1	11.932	300
1988	270	*	36.000	*
1989	238	*	41.943,9	*

Fonte: DPAM, 1988 e 1989 (adaptada).

\* Não se conseguiu obter os dados.

### 3.18. Salários dos Trabalhadores Efectivos e Sazonais na EEAV no Ano de 1989

Mão-de-obra	Meses do Ano						
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
Efectiva	1.106,45	1.106,45	*	*	*	*	*

Sazonal	*	486	639	45	*	657	1143
Meses do Ano	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Efectivos	*	*	*	*	1.106,45		
Sazonais	1.269	450	216	54	*	13.277,4	

Fonte: DPAM, 1988 e 1989 (adaptada).

\* Não se conseguiu obter os dados.

### 3.19. Exemplo de Alguns Pequenos Agricultores/ Camponeses Produtores de Milho em Vanduzi, 1995-2000

Campanha	Nome do camponês	Área de prod. (ha)	Produção (sacos/ 90kg)	Preço/ comercializado
1995 a 1996	Eresse Miquitaio Matsipissa	9	38 CB=190	Galone= 3.000,00mt Lata= 12.000,00mt
		18	86 CB= 450	
1997 a 1998	Araújo Mpúngu	4	30	Galone= 5.000, 00mt Lata= 20. 000, 00mt
	Nelson Fole	3	26	
1999 a 2000	Augusto Rezar	2,5	8/10	Galone= 6.000,00mt Lata= 24.000,00mt
				Lata= 20/30.000,00mt

Galone ≈ 4,5 a 5 kg; Lata ≈ 18 a 19 kg

Caroça de Boi (CB) ≈ 5 sacos de 90 kg.

Fonte: Araújo Mpúngu; Nelson Fole. Mocumbezi-Vanduzi, 27. 03. 2003. (adaptada a partir das entrevistas).

### 3.20. O Preço de Venda de Milho em Vanduzi Comparado Com o Custo de Transporte, 2000-2003

Quantidade a comercializar	Preço unitário	Custo de transporte: Vanduzi a Tete	Revenda de milho em Tete	Margem do vendedor sem custos de transporte
Galone	10.000,00mt	.....	12.000,00mt	2.000,00mt
Lata	40.000,00mt	.....	45.000,00mt	5.000,00mt
1 sacco = 6 latas	240.000,00mt	45/50.000, 00mt	270.000.00mt	10.000,00mt
Passagem do comerciante/ Ida e volta		180.000,00mt		

Fonte: Afonso Temava, Luís Fernando, Eduardo Raul. Vanduzi (sede), 25. 03. 2003, (adaptada).

**APÊNDICE 4:**

**ESTATÍSTICAS DE FACTORES DE PRODUÇÃO NO PERÍODO DA INTERVENÇÃO DA GTZ-MARRP NA AGRICULTURA FAMILIAR EM VANDUZI, 1984-1990**

**4. 1. Factores de produção distribuídos pela GTZ-MARRP aos camponeses de Vanduzi, Machipanda e Sussundenga, 1984-1985**

Ano	Quantidade	Tipo de factor	N.º total da Pop. abrangida
1984	392 toneladas	Milho, mapira, feijão manteiga e Nhemba	20 000 agricultores
	135 ton.	Adubo	
	50 000	Instrumentos manuais	
	527	Charruas de boi	
	100	Moagens	
1985	23 000	instrumentos agrícolas	25 000 agricultores
	799 toneladas	Sementes de milho de polinização aberta e outras	
	34200	Enxadas	
	60 toneladas	Adubo	
	10 000	Catanas	
	25 000	Machados	
	120	Charruas	
	15 000 embalagens	Culturas mistas	
	32 000 embalagens individuais	Semente, adubo, e insecticidas	

Fonte: GTZ-MAP, 1987: 1-5 (adaptado)

**APÊNDICE 5:**

**VARIAÇÃO DA PRECIPITAÇÃO MÉDIA MENSAL NA PROVÍNCIA DE MANICA, 1991/2**

Mês	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J
Precit. Média	9	12	15	34	103	210	229	181	185	48	19	13
Precit. 91/2	0	16	36	9	98	48	81	16	-----	-----	----	-----
dificint	9	---	25	5	5	162	148	165	----	-----	-----	----

Fonte: Paulino, 1992:2-3.

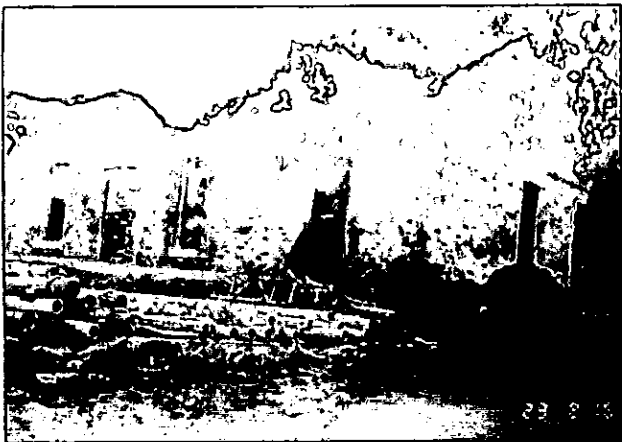
## APÊNDICE 6:

### PEQUENA CRONOLOGIA

- 1888- Fundação da Companhia de Moçambique
- 1891- Demarcação da fronteira Ocidental entre Moçambique e a Rodésia do Sul
- 1896-1906- Período da expropriação das terras dos camponeses em Manica pela Companhia de Moçambique.
- 1907- A Companhia de Moçambique abandona a extracção do ouro e dedica-se a produção agrícola (milho).
- 1913- Assinatura do acordo entre o Governo português e rodesiano sobre o recrutamento da mão-de-obra nos territórios de Manica e Tete.
- 1925, 1934, 1947, 1958 - Ratificação dos acordos de recrutamento da mão-de-obra de Moçambique para a Rodésia do Sul
- 1936- Fundada a Associação dos Agricultores do Distrito de Manica e Sofala
- 1942- Fim do poder da Companhia de Moçambique sobre os territórios de Manica e Sofala.
- Fundação do Grémio de Produtores de Cereais do Distrito da Beira.
- 1962- Fundação do Grémio de Lavoura do Distrito de Manica e Sofala
- 1972- Início de construção de aldeamentos coloniais em Vanduzi
- 1974/5- Período do Governo de Transição em Moçambique
- 1975- O ano da proclamação da independência de Moçambique
- Nacionalização da terra em Moçambique
- 1976- Início de ataques militares rodesianos à Moçambique
- Início do abandono dos farmeiros em Vanduzi
- 1977- Realização do III Congresso da FRELIMO
- 1978- Nacionalização do GLPDMS ao GAPPO
- Início do intervencionamento do Estado nas farmas abandonadas em Vanduzi
  - Início do cultivo das farmas abandonadas em Unidade de Produção em Vanduzi
- 1979- Início da organização das populações em aldeias comunais e cooperativas de produção em Vanduzi.
- Publicação da lei de terras 6/79 que atribui a exclusividade às empresas estatais agrícolas e as cooperativas de produção o uso e aproveitamento de terra em Moçambique
- 1980- Início da execução do PPI.
- Formação do ICM e da AGRICOM
- 1980/1- Formação da EEAV
- 1981- Ano de maior comercialização do milho a nível nacional desde da independência nacional.
- 1983- Realização do IV Congresso da FRELIMO
- Intensificação dos ataques da RENAMO em Vanduzi e destruição das máquinas agrícolas.
- 1984- Primeiras negociações entre Moçambique e as instituições de IBW, FMI e BM
- Início dos incentivos do projecto GTZ-MAP/MARRP à produção agrícola familiar em Manica.
- 1985 - O Governo de Manica lança o Programa de Desenvolvimento Rural de Manica.

- 1986- Início do desenvolvimento do comércio informal em Vanduzi (surgimento de barracas)
- 1987- Implementação da política de ajustamento estrutural (PRE) em Moçambique
- 1989- Falência da Empresa Estatal Agrária de Vanduzi.
- 1991- Fim da Empresa estatal Agrária de Vanduzi.
- 1992- Fim do conflito armado que opunha o Governo e a RENAMO em Moçambique.
  - Início da desminagem em Vanduzi.
- 1992/4- Período de secas sucessivas na província de Manica.
- 1992/4 – Os camponeses de Vanduzi sobrevivem na base das ajudas alimentares das ONGs devido a seca.
- 1994- realização das primeiras eleições gerais em Moçambique.
- 1995- Presença de comerciantes malawianos nos mercados informais de milho em Vanduzi.
  - O ano de maiores pedidos de título de terra em Vanduzi.
- 1997- O abandono dos comerciantes malawianos na compra do milho produzido em Vanduzi.
  - Os comerciantes malawianos dominam os mercados de milho da Zambézia e Nampula.
- 2000- início da implementação do PARPA
  - início da chegada de farmers zimbabweanos em Manica.

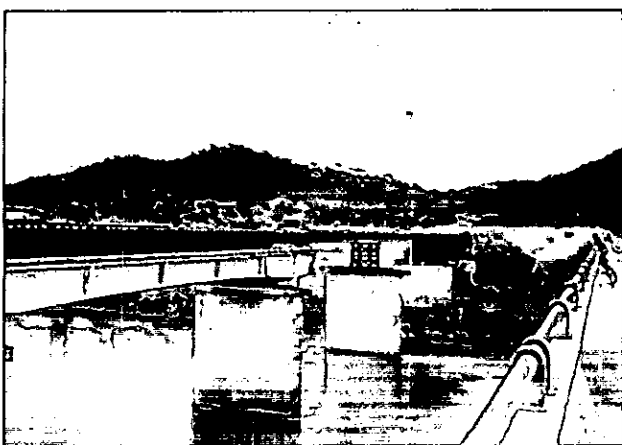




1 - Antigas instalações da Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi.



2 - Antigas máquinas autocombinadas utilizadas para colheita debulha e ensacamento do milho na e - Empresa Estatal Agrícola de Vanduzi.



3 - Ponte sobre o rio Púngue: a que foi destruída em 1976 pelo Governo de Ian Smith, e a direita a que foi reconstruída em 2000.



4 - Crianças menores de 5 anos voltando da pastoreira numa das ruas do bairro Sede de Vanduzi.



5 - Crianças menores de 12 anos e maiores de 2, conduzindo carroças de boi carregado de milho, numa das ruas do bairro sede de Vanduzi.



6 - Da esquerda para a direita: Zeca Johane, camponês e ex-enquadrador dos camponeses da localidade de Selva, ao centro o Srº Alberto Manuel Ndaiquirá, agricultor da Selva.



7 - Membros da associação dos Camponeses de Nhambela-Belas.



8 - Membros da associação dos Camponeses de Nhambela em pleno trabalho de lavoura com gado.



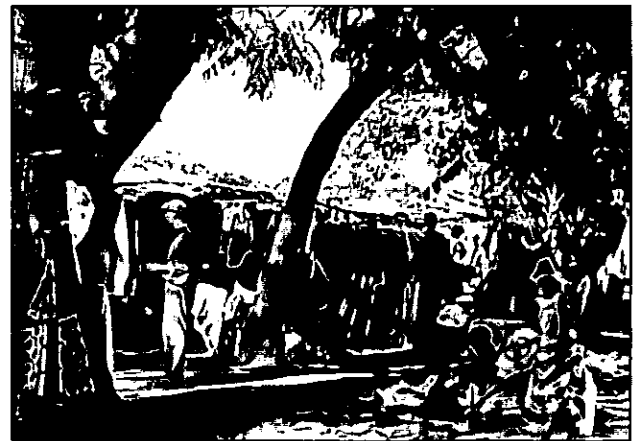
9 - Mercado informal de milho, (Sede) na região Sede de Vanduzi.



10 - Posto de venda de milho da PANNAR.



11 - Jovens vendedores de "calamidade"-Mercado Informal - Vanduzi-Sede.



12 - Mulheres e jovens vendedores de roupas usadas no mercado informal de Vanduzi-Sede.